PATRÍCIA APARECIDA GONÇALVES DE FARIA

CRÔNICAS DE GRACILIANO RAMOS EM *CULTURA POLÍTICA* (1941-1944): estudo crítico

ASSIS
2014

PATRÍCIA APARECIDA GONÇALVES DE FARIA

CRÔNICAS DE GRACILIANO RAMOS EM *CULTURA POLÍTICA* (1941-1944): estudo crítico

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social).

Orientador: Dr. Álvaro Santos Simões Júnior.

ASSIS
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Faria, Patrícia Aparecida Gonçalves de
F224c Crônicas de Graciliano Ramos em Cultura política (1941-1944): estudo crítico / Patrícia Aparecida Gonçalves de Faria. - Assis, 2014
150 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr. Álvaro Santos Simões Júnior

1. Ramos, Graciliano, 1892-1953. 2. Periódico brasileiro. 3. Crônicas brasileiras. 4. Literatura brasileira. I. Título.

CDD 079.81
869.93

Aos meus pais, Antônio e Airam, mestres na arte de amar.

AGRADECIMENTOS

Segundo o escritor francês Antoine de Saint-Exupéry, cada um que passa em nossa vida, passa sozinho, pois cada pessoa é única e nenhuma substitui outra, mas não vai só nem nos deixa só, pois leva um pouco de nós mesmos e deixa um pouco de si mesmo. Assim, posso dizer que em todas as etapas de nossa vida dificilmente nos encontramos sozinhos ou desamparados e sei que a realização deste trabalho não seria possível sem o apoio e a colaboração de importantes pessoas.

Portanto agradeço, primeiramente, a Deus, meu apoio, sustento e força.

Agradeço também aos meus pais, por todo amor, dedicação, paciência e incentivo, pois sem o apoio deles, com certeza, a realização desse trabalho não seria possível.

Ao meu namorado Julio Cesar pelo amor, pelo companheirismo, pelo carinho, pela paciência e, principalmente por acreditar no meu trabalho e na concretização desse sonho.

Ao meu orientador Dr. Álvaro Santos Simões Júnior, pelo seu exemplo de professor e orientador, que com muita atenção, compreensão e paciência ajudou-me nos momentos de maior indecisão a trilhar o percurso desta dissertação.

Ao meu adorável irmão Vitor Gabriel e minha cunhada Carla pelas palavras de apoio e incentivo.

À minha amada sobrina Carolini Victoria que me ensinou com o seu amor de pequenina que nos momentos mais difíceis o mais importante é ter paciência.

À minha grande amiga Camila Landucci por estar sempre ao meu lado desde a graduação até a finalização deste trabalho apoiando, aconselhando, incentivando e acreditando na potencialidade da pesquisa.

Aos meus amigos Clauber Ribeiro Cruz e Bruna Almeida pelo companheirismo, apoio e motivação nos momentos de dificuldades.

À minha amiga Adriana Toral pelo incentivo e contribuição nos momentos mais difíceis.

Aos funcionários da biblioteca “Acácio José Santa Rosa” e da Pós-Graduação da UNESP/Assis por toda a atenção e comprometimento que dedicam ao atender os alunos e pesquisadores do campus.

Agradeço à Roseli Pinheiro Santilli, secretária do Departamento de Literatura, pela simpatia e pelo apoio em inúmeros momentos.

Aos professores Dr. Benedito Antunes e Drª. Rosane Gazolla Alves Feitosa, presentes no Exame de qualificação pelas sugestões e críticas que me ajudaram a esclarecer dúvidas que ainda permaneciam.

À professora Drª Patricia Peterle, minha primeira orientadora, que com carinho e muito incentivo acreditou no meu trabalho enquanto estudante e pesquisadora.

Ao professor Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo, que em suas orientações emanava conselhos e palavras de sabedorias, advindas de muita experiência literária.

Agradeço, por fim, a todos que tiveram, em muitos momentos, de abdicar de minha presença no decorrer desta pesquisa.

FARIA, P. A. G. de. **CRÔNICAS DE GRACILIANO RAMOS EM *CULTURA POLÍTICA* (1941-1944): estudo crítico.** 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

RESUMO

O escritor alagoano Graciliano Ramos (1892-1953) sempre foi reconhecido e aclamado pela crítica e pelo público como grande escritor de romances e memórias. Preso político durante o período do Estado Novo, após deixar o cárcere e alcançar o reconhecimento de editores e intelectuais renomados, decidiu fixar residência no Rio de Janeiro. Contudo, enfrentou sérias dificuldades financeiras na capital, juntamente com esposa e filhos, e constatou que sobreviver somente de literatura não era uma tarefa fácil. Aliando a prática da escrita de romances e contos com a imprensa da época, colaborou durante os anos de 1941 a 1944, com *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros (1941-1944)*, principal publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), controlado pelo *Estado Novo*, responsável pela sua prisão em 1936, sem a mínima acusação formal. Assim, considerando o percurso intelectual e literário do autor de *Vidas Secas*, este trabalho pretende, a partir da análise das crônicas publicadas, na fonte primária *Cultura Política*, e posteriormente selecionadas para compor as publicações póstumas de *Viventes das Alagoas* (1962) e *Linhas Tortas* (1962), levantar as características da revista e suas estratégias para manter em seu rol de colaboradores figuras importantes, como Graciliano Ramos e, certamente, verificar as estratégias de escrita utilizadas pelo escritor para servir o Estado sem, contudo, se render a ideologia do governo. O presente estudo pretende, ainda, observar nas crônicas de *Cultura Política* a ótica do escritor ao discutir os usos e costumes nordestinos, a importância da linguagem e da vida literária, as relações políticas e econômicas ligadas, mais estritamente, ao nordeste.

PALAVRAS-CHAVE: Graciliano Ramos; *Cultura Política*; crônicas.

FARIA, P. A. G. de. **GRACILIANO RAMOS' CHRONICLES IN *CULTURA POLÍTICA* (1941-1944): critical study.** 2014. 150 f. Dissertation (Master degree in literature) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2014.

ABSTRACT

The alagoano writer Graciliano Ramos (1892-1953) has always been known and honored by the criticism and the public as a great writer of novels and memoirs. After being politically arrested during the time of the Estado Novo, he decided, after leaving th prison and achieving recognition among the publishers and known intellectuals, to live in Rio de Janeiro. However, he faced up serious financial problems in the capital, along with his wife and kids, and he noticed that living only of literature wouldn't be so easy. Joining the practice of writing novels and short stories the to the press of the time, he collaborated from the years of 1941 to 1944 in *Cultura Política*: *revista mensal de estudos brasileiros – monthly magazine of Brazilian studies* - (1941-1944), the main publication of the Press and Advertising Department (PAD), controlled by the Estado Novo, which was responsible to send him to prision in 1936, without, at least, a formal accusation. Thus, considering the intellectual and literary path of the writer of *Vidas Secas*, this research aims, from the analysis of some chronicles published in *Cultura Política* and later chosen to be part of the posthumous publication of *Viventes das Alagoas* (1962) and *Linhas Tortas* (1962), at studying the characteristics of the magazine and its strategies to maintain the group of important people, such as Graciliano Ramos and, certainly, to verify the strategies of the writing used by the writer to help the State without, however, to surrender to the government ideology. This study still aims at defining in the chronicles of *Cultura Política* the relation to the writer's point of view with the Brazilian northeast custom, the importance of the language and the literary life and the political and economical connection linked, more specifically, to the northeast.

KEYWORDS: Graciliano Ramos; Cultura Política; Chronicles.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – *Quinta página de Cultura Política: Revista mensal de estudos brasileiros* 28

Figura 2 – Sumário de *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros* 29

Figura 3 – Capa de *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros* 30

Figura 4 – Nota do Editor da Crônica XI (ano 2, n. 11, jan. 1942) 98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crônicas: Usos e Costumes 102

Tabela 2 – Crônicas: Relações Econômicas 109

Tabela 3 – Crônicas: Política Nordestina 126

Tabela 4 – Crônicas:Linguagem e Vida Literária 139

Tabela 5 – Crônicas publicadas em *Cultura Política* fora do contexto nordestino 144

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 14

I. *CULTURA POLÍTICA*: REVISTA MENSAL DE ESTUDOS BRASILEIROS 18

1. Formação e consolidação do Estado Novo: terreno propício para a criação e circulação de *Cultura Política*..... 18

2. *Cultura Política:* Revista Mensal de Estudos Brasileiros 25

3. Estrutura de *Cultura Política* 35

4. Colaboradores da revista..... 43

5. As revistas *Ciência Política* e *Cultura Política*..... 47

6. A contribuição de Marques Rebelo em *Cultura Política* 50

II. O PERCURSO INTELECTUAL, ARTÍSTICO E POLÍTICO DE GRACILIANO RAMOS 56

III. POLÍTICA, CULTURA E LITERATURA: A ESCRITA DE GRACILIANO RAMOS NAS PÁGINAS DE *CULTURA POLÍTICA*..... 75

1. Os escritos de Graciliano Ramos 75

2. Graciliano Ramos e a publicação póstuma de *Viventes das Alagoas* e *Linhas Tortas* 81

3. A recepção crítica das crônicas publicadas por Graciliano Ramos em *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros..... 84

4. As crônicas de *Cultura Política* 88

A. Usos e costumes nordestinos nas crônicas de Graciliano Ramos em *Cultura Política* 93

B. Relações econômicas nas crônicas de Graciliano Ramos em *Cultura Política* 103

C. A política nordestina nas crônicas de Graciliano Ramos em *Cultura Política* 110

D. A linguagem e a vida literária nas crônicas de Graciliano Ramos em *Cultura Política* 127

E. Crônicas publicadas em *Cultura Politica* fora do contexto nordestino 140

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 145

REFERÊNCIAS 147

O que sei é que não há talento que resista à ignorância da língua...

(Graciliano Ramos)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O escritor alagoano Graciliano Ramos (1892-1953) foi reconhecido e aclamado pela crítica e pelo público como grande escritor de romances e memórias. Preso político durante o período do Estado Novo, após deixar o cárcere e alcançar o reconhecimento de editores e intelectuais renomados, decidiu fixar residência no Rio de Janeiro. Contudo, enfrentou sérias dificuldades financeiras na capital, juntamente com esposa e filhos, e constatou que sobreviver somente de literatura não era uma tarefa fácil. Entretanto, colocando em prática o ofício da reescrita e o seu apreço pela solidão, colaborou durante os anos de 1941 a 1944 em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, principal publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), controlado pelo *Estado Novo*, responsável pela sua prisão em 1936, sem a mínima acusação formal.

Assim, considerando o percurso intelectual e literário do autor de *Vidas Secas*, o objetivo deste trabalho visa a realizar um estudo das crônicas que foram publicadas por Graciliano Ramos entre os anos de 1941 a 1944 em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros (1941-1945).*

Tal escolha é justificada pelo mérito literário dos escritos de Graciliano Ramos e para o entendimento de uma colaboração tão controversa em um periódico governamental, uma vez que o escritor de *Vidas Secas* foi preso durante o governo de Getúlio Vargas, principal responsável pela circulação da revista. Nesse sentido, além de analisar a qualidade literária desejamos desvendar as estratégias de escritas utilizadas pelo autor para permanecer como cronista da revista e, simultaneamente, verificar as manobras de *Cultura Política* para manter Graciliano Ramos como colaborador fixo da seção "Quadros e Costumes do Nordeste" e sustentar sua permanência até 1944.

Todas as 25 crônicas presentes na revista foram publicadas entre maio de 1941 e agosto de 1944, nas seções "Quadros e costumes do Nordeste", "Quadros e costumes regionais", "Quadros regionais" e "Literatura" e, serviram de base para as análises realizadas nesta dissertação. Todavia, para atender aos critérios da análise estabelecida para este estudo, as crônicas foram selecionadas, separadas e elencadas de acordo com os temas análagos ao assunto a que pertencem, de modo a nortear os rumos adotados pelo escritor alagoano em *Cultura Política*.

O objeto de análise, conforme já citado, será a revista *Cultura Política*, independentemente das crônicas terem sido posteriormente publicadas em livros. Vale

destacar que deste total, 22 foram publicadas na obra póstuma *Viventes das Alagoas* (1962), duas na obra póstuma *Linhas Tortas* (1962) e apenas uma recolhida no livro *Garranchos: achados inéditos de Graciliano Ramos*, organizado por Thiago Mio Salla (2012).

Sendo assim, as fontes primárias deste trabalho são as crônicas publicadas em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros,* que atualmente se encontra digitalizada pela Fundação Getúlio Vargas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no site http://cpdoc.fgv.br/.

Durante a realização da pesquisa encontramos algumas dissertações e teses que fizeram análises das crônicas publicadas por Graciliano Ramos na revista *Cultura Política* ou na obra *Viventes das Alagoas*. Todavia, verificamos que o estudo mais detalhado pertence a Thiago Mio Salla que, em sua tese de doutorado, defendida em 2010 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, intitulada "O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política", ressaltou o percurso cronístico de Graciliano Ramos em diversos periódicos, com destaque para as crônicas que se encontravam presentes, principalmente, na seção "Quadros e costumes do nordeste" e abordavam a temática regionalista, e cujo objetivo principal era "investigar a relação estabelecida entre artista e Estado, com ênfase nas estratégias empregadas pelo primeiro para equilibrar-se sobre uma espécie de fio de navalha ao longo do regime de 1937[1]."

O pesquisador, entretanto, não analisou todo o material presente em *Cutura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros,* pois manteve seu foco apenas nas crônicas que abordavam a temática regionalista, amaparado pelo princípio investigativo que abordava a relação entre artista e estado, enfatizando as estratégias de escrita utilizadas pelo artista alagoano para atuar como colaborador da imprensa getulista. Sendo assim, o presente estudo objetiva analisar todas as temáticas abordadas por Graciliano Ramos em *Cultura Politica* verificando, concomitantemente, as estratégias de escritas utilizadas pelo escritor alagoano, sem deixar de abordar os artifícios adotados pelo periódico para manter entre seus colaboradores figuras importantes e reconhecidas como Graciliano Ramos.

Assim, esta dissertação apresenta três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos algumas considerações sobre a formação e a consolidação do Estado Novo, estrutura governamental propícia para a criação e circulação de *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros.* A partir destas considerações, realizamos algumas averiguações sobre o periódico e pudemos inferir que a revista tinha por objetivo unir a cultura e a política, de

[1] SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política*. São Paulo: T.M. Salla, 2010. 721 f. p. 22.

modo a integrar todas as regiões no novo contexto político, no caso o Estado Novo. Para tal intento, as publicações mensais realizavam os seus estudos nos mais variados setores da política e da cultura, sendo comum circularem em suas seções fixas textos sobre economia, técnica, arte, literatura, ciências, música, rádio, educação, cinema e teatro, entre outros temas.

Com objetivo de enfatizar a importância de propagação de *Cultura Política* em relação os elementos culturais sob a proteção do Estado fez-se necessário um estudo breve de dois periódicos da época: *Cultura Política* e *Ciência Política*, com o intuito de mostrar que ambos difundiram os projetos ideológicos governamentais, mas que *Cultura Política* era a revista oficial do governo que ocupava lugar de destaque pelos temas abordados que valorizavam as diversas esferas sociais na difusão dos feitos do governo, contando com artistas e escritores renomados como parte de seu rol se colaboradores.

Ainda, no primeiro capítulo, ao fazer uma análise acerca da revista e seus colaboradores percebemos que Marques Rebelo ficou responsável por uma seção similar a "Quadros e costumes do Nordeste", intitulada "Quadros e costumes do Centro e do Sul". Portanto, verificar os escritos de Marques Rebelo é essencial para compreender quais eram os processos de escrita adotados pelos colaboradores da revista e as divergências entre eles, uma vez que os métodos dos utilizados por Graciliano Ramos em nenhum momento faz menção honrosa ao Estado Novo e a Getúlio Vargas, mas na escrita de Marques Rebelo não existe esta preocupação.

Dessa forma, buscando informações sobre o Estado Novo e tentando desvendar as características da revista, encontramos trabalhos de estudiosos, historiadores e críticos literários importantes como Raul Antelo, Lucia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso, Ângela Maria de Castro Gomes, Tânia Regina de Luca, Thiago Mio Salla e Roberto Gambini, entre outros.

Já o segundo capítulo, por sua vez, tem como objetivo observar a biografia e a trajetória literária do escritor alagoano. Nesta parte, traçamos o percurso intelectual, artístico e político de Graciliano Ramos e a sua contribuição literária no cenário nacional. Para tal intento, contamos com a leitura de obras de críticos e biógrafos importantes como Dênis de Moraes, Rui Mourão, Antonio Candido, José Carlos Garbuglio, Alfredo Bosi, Valentim Facioli, Sérgio Miceli, Ricardo Ramos e Sônia Brayner, entre outros.

No terceiro capítulo, apresentamos as análises das crônicas presentes em *Cultura Política*, elencamos os principais assuntos que foram abordados por Graciliano Ramos em seus textos e os classificamos de acordo com os seguintes temas: usos e costumes nordestinos,

as relações econômicas nordestinas, a linguagem e a vida literária no nordeste, a política nordestina e as crônicas que não tiveram como cenário a região do Nordeste. Ao realizar as verificações percebemos que muitas destas crônicas traziam reflexões capazes de se enquandrarem, simultaneamente, em mais de uma das temáticas que foram elencadas acima.

Ao adentrar as crônicas que constituem nossas fontes primárias, observamos que o veículo utilizou como uma de suas principais estratégias as notas do editor, com o intuito de estabelecer uma série de suposições que pudessem possibilitar o direcionamento da leitura, como se fossem diretrizes interpretativas que oferecessem ao leitor as coordenadas necessárias para atender ao real propósito da revista *Cultura Política*.

No entanto, podemos perceber que Graciliano Ramos em suas crônicas, também, adotou estratégias que não alteraram a sua verdadeira intenção de escrita, pois em nenhum momento fez menção honrosa à política vigente ou citou o nome do presidente em suas colaborações, diferentemente de outros colaboradores da revista.

Capítulo I

CULTURA POLÍTICA: REVISTA MENSAL DE ESTUDOS BRASILEIROS

1. Formação e consolidação do Estado Novo: terreno propício para a criação e circulação de *Cultura Política*

No Brasil, vigorou de 1930 até 1945 um regime autoritário que passou por dois períodos decisivos. O primeiro marcado pela Revolução de 1930, movimento comandado por aqueles que acreditavam que as mudanças só poderiam acontecer com a destituição dos governadores da Primeira República (1889-1930). O segundo, aconteceu a partir do fortalecimento de um estado centralizador que foi responsável pelo golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo.

Este primeiro momento, conforme comentado, foi marcado pela Revolução de 1930, movimento idealizado pelos que pensavam que a única maneira de introduzir as mudanças que o país necessitava para se inserir na nova ordem mundial, marcada pela industrialização e pelo progresso, era destituir do poder os governantes da Primeira República (1889-1930).

O historiador Boris Fausto em *História do Brasil* enfatiza que após a revolução de 1930 o Estado se opôs ao governo oligárquico na atuação econômica, social e contou com o apoio do exército.

> Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos. Devemos acentuar pelo menos três dentre eles: 1. A atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. A atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. O papel central atribuído às Forças armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna[2].

Os adeptos da Revolução de 30 alegavam que a política de importação adotada pela compra dos produtos manufaturados advindos do exterior atrapalhava e impedia o processo de modernização, inclusive a concretização de uma política nacional que estivesse voltada para a nossa realidade. Todavia, o governo revolucionário encontrou diversas dificuldades para a sua

[2] FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo; editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 327.

implantação e consolidação, pois muitos dos que ajudaram na tomada do poder tinham os seus próprios interesses e posicionamentos e, logo, a reconstrução do país passou a ser vista de maneira divergente. Sendo assim, ocorreram agitações políticas, como a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo e a Intentona Comunista de 1935, que se propagou em diversos pontos do país.

Dessa forma, diante de tantas mudanças, o Estado se tornou cada vez mais soberano e independente perante uma sociedade multifacetada: a oligarquia rural em crise, as massas urbanas e a burguesia nacional que buscava cada vez mais o seu espaço social, político e econômico.

Assim sendo, o Estado carecia atender às solicitações dessas três classes, ou seja, necessitava fazer manobras governamentais para que todos pudessem ter os seus interesses atendidos. Precisava, concomitantemente, montar uma estrutura que pudesse agradar a todos, inclusive aos setores populares.

O crítico literário *Raul Antelo* em *Literatura em Revista*, no capítulo intitulado *Cultura Política*, tece alguns comentários a respeito desta forma de governar baseada nos moldes do populismo.

> Um novo esquema monta-se aos poucos. Esta estrutura institucional autoritária e quase corporativa, que se orienta, no político, por um nacionalismo antiliberal e antiligárquico, e, no econômico, por uma modernização industrial de cunho nacional, deitando suas bases no apoio majoritário de setores populares, embora declare um caráter policlassista, essa estrutura é o que, na falta de melhor rótulo, conhecemos como *sistema populista*. Sistema, como se sabe, baseado na *diferença*, pois, no que diz respeito à sua composição social – diversas formas produtivas correspondendo às distintas etapas de desenvolvimento pelas quais o país atravessava –, essa sua constituição é, no mínimo, heterogênea e móbil. [...] Proclama-se democrático ainda que incapaz de efetivar seu caráter nacional, pois isto implicaria a dissolução de sua estrutura de poder – os remanescentes da hegemonia oligárquica, afetando destarte as relações de produção em que se assenta[3].

Amparado pelo viés do populismo e da autoridade, o que se vê é um estreitamento entre as relações institucionais do Estado e da produção cultural. Assim, com a queda do presidente Washington Luís[4], as oligarquias regionais que apoiavam a "aliança

[3] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984. p. 2-3.

[4]Washington Luís foi o último presidente da Primeira República e governou entre os anos de 1926 e 1930, quando foi deposto por um golpe de Estado no dia 24 de outubro de 1930, vinte e um dias antes do término do seu mandato como presidente da república, que passou o poder, em 3 de novembro, às forças político-militares comandadas por Getúlio Vargas, na denominada Revolução de 1930..

revolucionária", responsável pela tomada do poder, sob o comando de Getúlio Vargas, iniciaram reformas no cenário estatal, criando dois novos ministérios, alguns institutos, conselhos e departamentos. O estado instituiu o Ministério da Educação e da Saúde Pública (MESP) e o Departamento Oficial de Publicidade (DOP) como forma de administrar as bases da cultura nacional.

Obviamente, a criação desses departamentos e ministérios não aconteceu por acaso, pois a cúpula governamental almejava controlar a cultura e a educação de modo a propagar os novos moldes de uma unidade nacional que estivesse amparada sob a ótica de que a "legitimidade de um governo estaria fundada no reino do consenso de valores"[5].

Essa forma de governar começou, então, a ganhar novos moldes, principalmente pelo fato de opor-se ao regime da Primeira República e de culpá-lo pelos desequilíbrios do país; também por almejar a todo custo a construção de uma unicidade nacional que pudesse mistificar e celebrar o novo governo como um regime forte e concreto. Desta perspectiva, os veículos de comunicação ganharam um papel importante no processo de difusão e propagação, inclusive no processo de centralização da imagem pública de Getúlio Vargas[6].

Como se sabe, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, aconteceram vários deslocamentos importantes na imprensa; muitos órgãos perderam o seu espaço, como o *Correio Paulistano*, outros fecharam como *O País*, e alguns mudaram de donos ou, ainda, modificaram a sua forma editorial, como foi o caso do *Jornal do Brasil*.

A historiadora Tania Regina de Luca em ensaio publicado no livro *História da Imprensa no Brasil*, intitulado "A grande imprensa na primeira metade do século XX" aponta que:

> o relacionamento amistoso entre a grande imprensa e o governo provisório não durou muito. A instabilidade dos momentos iniciais foi um dos argumentos mobilizados para justificar o cerceamento da liberdade de expressão tanto nos jornais e revistas, que se constituíam nos veículos privilegiados para formação da opinião, quanto em outros meios de difusão da informação disponíveis na época – cinema e especialmente o rádio, que se expandiu exatamente nas décadas de 1930 e 1940 e cuja importância num

[5] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo:* ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. p. 39.

[6] Getúlio Vargas, após quatro anos no poder, desde 1930, assumiria a presidência do Brasil em 1934, eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte, promulgando a constituição de 1934 que marcou o início do processo de democratização do país e trouxe avanços significativos, como o princípio da alternância do poder, a garantia do voto universal e secreto, agora estendido às mulheres, a pluralidade sindical e o direito à livre expressão. Entretanto, como sabemos, o processo de democratização foi interrompido pelo golpe de 1937.

> país de dimensões continentais e com altas taxas de analfabetismo não passou despercebida ao regime.[7]

Mesmo diante desta instabilidade entre o governo e a grande imprensa, a chegada ao poder dessa nova geração, muito mais centralizada, começou a modernizar e intervir no campo cultural. Segundo palavras do próprio governo, o Mesp e o DOP começaram a regulamentar e a patrocinar a cultura erudita, a cultura popular e a emergente indústria cultural representada pelo rádio, o cinema e a imprensa com o intuito de desenvolver a cultura nacional.

Imeditamente foi criado um processo de administraçao cultural que contou com a supervisão de Gustavo Capanema[8], nomeado chefe do MESP em 1934. Numa longa apresentação a Getúlio Vargas, em 1935, Capanema evidenciou que a sua administração estaria com vistas voltadas para a preparação, a composição e o aperfeiçoamento do homem brasileiro. Coerentemente, segundo o ministro, a valorização deste homem era um projeto cultural, uma vez que o homem poderia impor as suas vontades através da cultura, ou seja, o indivíduo estava destinado a viver pela nação devendo estar integrado a ela de corpo e alma. Com esta proposta, o ministério da Educação cumpriria a sua principal missão, que era agir sobre o futuro do país[9].

A criação de novos departamentos moldou os planos e os objetivos almejados pelo novo governo após a Revolução de 30. Todavia, mesmo diante de novas criações e implantações, a nova instituição ainda se via ameaçada, conforme se mencionou. Sendo assim, a alternativa encontrada para impulsionar o desenvolvimento do país, permitindo a sua

---

[7]LUCA, Tania. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.167.

[8] Gustavo Capanema nasceu em Pitangui, no estado de Minas Gerais em 1900. Estudou direito como a maioria dos jovens de sua época e teve envolvimento com o serviço público e a política. Casou-se com Maria Massot, filha de militar, e, com ela, teve dois filhos. Dono de uma carreira política muito longa, ocupou cargos nas esferas estadual e federal, tanto executivos quanto parlamentares. No entanto, o cargo que mais marcou a sua carreira foi o de Ministro da Educação e Saúde durante o primeiro governo de Vargas. Faleceu no Rio de Janeiro em 1985. (GOMES, Ângela de Castro. O ministério e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, Ângela de (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.16.). Antes de ocupar a chefia do Ministério da Educação e Saúde, Gustavo Capanema vinha de uma experiência na Secretaria de Interior de Minas Gerais, no governo de Olegário Maciel; tendo, ainda, uma rápida passagem na interventoria interna do estado. Tentado pelo convite feito por Vargas para integrar o ministério, não hesitou e acabou aceitando o cargo com o intuito de implantar os seus ideais de administração em solo carioca sem, contudo, esquecer a amizade que fizera com o grupo modernista mineiro cujo "cosmopolitismo tecia uma larga rede de afinidades por toda uma geração de intelectuais, artistas e políticos". (LISSOVSKY, Maurício & SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquiteturável nos anos 1930. In: GOMES, Angela de (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.49-50).

[9] LISSOVSKY, Maurício & SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquiteturável nos anos 1930. In: GOMES, Angela de (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.49-50.

entrada na nova ordem mundial, foi constituir-se de um Estado forte e centralizador que culminou no golpe de 10 de novembro de 1937. Instaurou-se assim o Estado Novo, o segundo momento desse governo autoritário. De início, o Parlamento foi dissolvido, e os partidos políticos extintos, sendo ampliados os poderes políticos do presidente.

O estudioso e biógrafo Dênis de Moraes[10], na obra *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos* comenta o golpe de 1937 e as medidas autoritárias implantadas por Getúlio Vargas:

> O golpe seria confirmado pela *Voz do Brasil*. A nova Constituição – batizada de 'Polaca' por basear-se em dispositivos autoritários da Carta da Polônia – era um primor de barbaridades. Vargas governaria por decretos-leis, o Congresso ficaria entregue às traças, a imprensa censurada e os direitos e garantias individuais suspensos[11].

Entretanto, o governo não queria divulgar a população apenas o seu caráter autoritário e centralizador. Utilizando de manobras, inclusive propagandísticas, conseguiu, em pouco tempo, mostrar à grande massa populacional melhorias econômicas e sociais, voltadas, principalmente, para a urbanização e industrialização. Com efeito, implantou algumas mudanças como a racionalização do aparelho burocrático do Estado, políticas sociais dedicadas à regulamentação das leis trabalhistas, a ampliação dos estabelecimentos de saúde pública e medidas em favor da educação e cultura. No entanto, no campo, não houve avanços, permanecendo inalterado o poder dos coronéis. As transformações introduzidas não apagavam o lado autoritário de um regime, que contou com a violência física e simbólica, facilmente detectadas pela ação da polícia e da censura.

Esta política governamental baseada nos moldes do populismo e da censura não era um modelo novo, inclusive vários países viviam esta política desde o fim da primeira guerra mundial, como a Itália, a Alemanha e a Espanha, entre outros. Pois, o fascismo conseguiu como nenhum outro regime, intensificar o poder do Estado, ou seja, o indivíduo fazia parte de um Estado absoluto, que ocupava todos os espaços da sociedade de forma que a sua liberdade era anulada.

Prontamente, a forte influência do nazifascismo, representado por Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália, marcou o forte sentimento nacionalista e a centralização do poder estatal. O Brasil, por sua vez, também mantinha uma admiração pelo fascismo, principalmente pela influência exercida pela Ação Integralista Brasileira (AIB), organização

[10] MORAES, Dênis. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
[11] *Ibid.*, p. 167.

fascista liderada por Plínio Salgado, cujos princípios conservadores eram resumidos no seguinte *slogan:* "Deus, Pátria e Família".

Nesse sentido, segundo Lúcia Lippi Oliveira, na "Apresentação" da obra *Estado Novo: Ideologia e Poder*, o Brasil teria implantado o Estado Novo com base nos rumos da política internacional.

> Nos anos 30, o Brasil não seguiu rumos muito distintos dos que estavam sendo trilhados pelos países europeus e que eram objeto da atenção dos brasileiros ilustrados. Mussolini chegou ao poder na Itália em 1923; Hitler, com sua ascensão à Chancelaria em 1933, acabou de desintegrar a República de Weimar; Salazar, em 1929, chegou a primeiro-ministro de Portugal; a Espanha se encontrava, entre 1936 e 1939, banhada no sangue de uma guerra civil. A França, modelo da nossa civilização humanista, vinha enfrentando fortíssimos movimentos nacionalistas de direita desde o fim do século XIX, e teve, no caso Dreyfus, um divisor de águas da política e da sociedade. [...] O Estado Novo ocorreu, portanto, numa onda de transformações por que passava o mundo, o que reforçava a versão de que a velha democracia liberal estava definitivamente liquidada[12].

O entusiasmo pelo fascismo era tanto que, o governo chegou a recusar os vistos e até mesmo a perseguir os judeus que buscavam refúgio no Brasil. A explicação dada pelo presidente para tal injustiça era a de que havia a necessidade de impedir uma conspiração comunista generalizada.

Utilizando de suas manobras propagandísticas, o governo denunciou o Plano Cohen, um documento divulgado pelo presidente em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, que continha um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, foi provado que o documento não passou de uma farsa, que tinha como objetivo justificar a instauração da ditadura do Estado Novo em novembro de 1937[13].

Entretanto, mesmo mantendo uma aproximação direta com os regimes políticos externos, o governo precisava ao mesmo tempo manter-se forte e centralizador, sem, contudo, ser visto pela população como autoritário e inibidor das liberdades individuais. Sendo assim, buscou incessantemente diferenciar-se dos regimes autoritários, que serviram de base para a sua estruturação sem deixar de legitimar, defender, propagar e justificar os novos rumos da política e da economia a partir do golpe de 1937.

---

[12] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Apresentação In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo:* ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 198, p.7.

[13] http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen. Acesso: 12/03/20123.

É, portanto, neste contexto político que os elos entre a cultura e a política se estreitaram ainda mais, tanto que se inseriu na Constituição de 1937, o artigo 128, confirmando que o Estado tinha como dever contribuir, direta e indiretamente, com o desenvolvimento da cultura do país, inclusive com a criação de instituições artísticas, científicas e de ensino.

No ano seguinte, no dia primeiro de julho, promulgou-se o decreto 526, dando ao Conselho Nacional de Cultura a função de coordenar as atividades culturais realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde.

No artigo, "Gustavo Capanema, ministro da Cultura", a estudiosa Daryle Williams tece alguns comentários sobre a criação deste decreto:

> [...] Foi nesse decreto-lei que Capanema formalmente definiu o desenvolvimento cultural como: a) a produção filosófica, científica e literária; b) o cultivo das artes; c) o patrimônio cultural; d) o intercâmbio intelectual; e) a difusão cultural na mídia de massa; f) as causas patrióticas e humanitárias; g) a educação cívica; h) a educação física; e i) a recriação. Desde então, como observou Sérgio Miceli, a cultura nacional se tornou um negócio oficial, administrado por um Estado autoritário em expansão.[14].

Nesta direção, a cultura e a propaganda tornaram-se atividades estatais e passaram a ser utilizadas como meio educativo de doutrinação da opinião pública, principalmente no quesito relacionado à aceitação do regime juntamente com a figura de Getúlio Vargas. "A palavra de ordem naquele momento era mobilizar a população e conquistar adesões aos projetos governamentais, e para tanto procurou-se construir uma imagem específica do regime e de seus representantes".[15]

Portanto, é amparado por esta perspectiva que o Estado Novo conseguiu manter uma política de comunicação organizada e eficaz. Em outras palavras, financiava a sua própria propaganda e colocava em circulação mensagens e relatos favoráveis ao governo nos mais variados meios de comunicação como o rádio, os jornais, as revistas, o cinema etc; como fizeram os outros governos autoritários e populistas que também utilizaram da estratégia da propaganda para se afirmarem perante todos como um governo forte.

Para tal intento, o governo contou com o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), cuja criação dercorreu de um longo processo que teve início em 1931, com o

[14]WILLIAMS, Daryle. Gustavo Capanema, ministro da Cultura. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.256.
[15] LACERDA, Aline Lopes de. Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial Obra getuliana. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.104-105.

surgimento do Departamento Oficial de Publicidade (DOP), substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), cuja direção pertencia a Lourival Fontes. Após o golpe de novembro de 1937, o órgão mudou-se para o Palácio Tiradentes, a ex-sede da Câmara dos Deputados. Em 1938, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) transformou-se no Departamento Nacional de Cultura (DNC) que se organizou no dia 27 de dezembro de 1939 e instaurou o DIP, comandado por Lourival Fontes[16]. O DIP contava com as seguintes divisões: radiodifusão, cinema e teatro, imprensa, serviços auxiliares, turismo e divulgação.

No exercício de suas atribuições, o DIP era o órgão responsável por vigiar as manifestações da cultura popular, classificar, definir e centralizar a publicidade e a propaganda externa e interna dos meios de comunicação organizando manifestações cívicas e dirigindo a radiodifusão oficial do governo, bem como a censura em nível nacional. Desse modo, "o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é genericamente referido como o responsável pela censura na Era Vargas".[17]

Assim, com todo esse controle em suas mãos o governo estadonovista conseguiu como nenhum outro governo anteriormente conduzir com eficiência a sua propaganda em benefício próprio, pois contava com uma máquina propagandística que mesclava cultura e política e divulgava os seus feitos enfatizando a nova ordem baseada no fortalecimento do Estado.

2. *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*

Utilizando de suas artimanhas e, ao mesmo tempo, tentando evitar confrontos diretos com os intelectuais que não almejavam apoiar o novo regime, o Estado procurou contornar os posicionamentos desses escritores no anseio de impedir que fosse feita uma oposição aberta ao governo, mesmo vigorando a censura, fortemente exercida pelo DIP.

É nesse contexto que se criou a revista *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, com o intuito de promover um discurso voltado para a constituição de uma ação política preocupada com a construção de uma nova ordem, engajada em enfatizar e propagar o "novo" conceito de governar, segundo os moldes estadonovista.

[16] LUCA, Tania. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.170

[17] LUCA, Tania. *Leituras, Projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 136.

Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, que circulou de março de 1941 a outubro de 1945, foi o periódico de maior força e durabilidade ao longo da ditadura Vargas, vendida nas principais bancas de jornal do país. Apenas uma parcela mínima desses exemplares era distribuída pelo DIP.

No decorrer de sua existência foram publicados cinquenta números com uma tiragem mensal de aproximadamente 3.000 exemplares que contavam com aproximadamente 300 páginas medindo 16 x 22,5 cm. A exceção ficou por conta dos três últimos números que, com o fim da Agência Nacional, reduziram as suas páginas para cento e poucas numa medida de 13,50 x 18,50 cm; todas as publicações da revista foram realizadas por Fernando Chinaglia S/A.

Os exemplares eram vendidos por um valor simbólico de Cr$ 3,00, sendo que uma assinatura anual correspondia a Cr$ 30,00. Todavia, o seu custo unitário ultrapassava a quantia de Cr$10,00. Nesse sentido, fica atestado que a finalidade do periódico era divulgar o governo e os seus feitos culturais no país sem a mínima intenção de lucrar com as suas publicações.

Inicialmente, *Cultura Política* utilizava uma linguagem mais formal e literária. Contudo, com o tempo e diante das suas transformações, permitiu-se o uso de uma linguagem mais coloquial, mais proximidade dos temas inerentes à realidade cotidiana do período, como por exemplo, a entrada no Brasil na segunda guerra mundial.

Desde a sua fundação em março de 1941 até a sua extinção em outubro de 1945, a revista foi dirigida por Almir Bonfim de Andrade[18] a convite de Lourival Fontes, diretor do DIP. Almir de Andrade ficou à frente da revista durante as cinquenta edições que foram controladas pelo DIP e, mesmo com o fim do departamento, por sua própria iniciativa, ainda mais três números foram estampados em agosto, setembro e outubro de 1945, como informa Raul Antelo: "[...] Amparada pelo aparelho estatal, *Cultura Política* conseguiu publicar cinquenta números, aparecendo o último em maio de 1945. Dissolvida a Agência Nacional, Almir de Andrade consegue imprimir ainda mais três, em agosto, setembro e outubro desse ano".[19]

[18] Advogado; Jornalista; professor de Psicologia e Lógica na Faculdade de Direito no Rio de Janeiro (1937) e no Colégio Universitário da Universidade do Brasil (1938); professor de psicologia na Faculdade Nacional de Filosofia (1939); catedrático de Direito Constitucional na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1941); diretor da Agência Nacional (1943); subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República (1951-1954); presidente do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (1959); membro fundador da Academia Brasileira de Filosofia. Juntamente com Azevedo Amaral e Francisco de Campos é considerado como um dos ideólogos do Estado Novo.

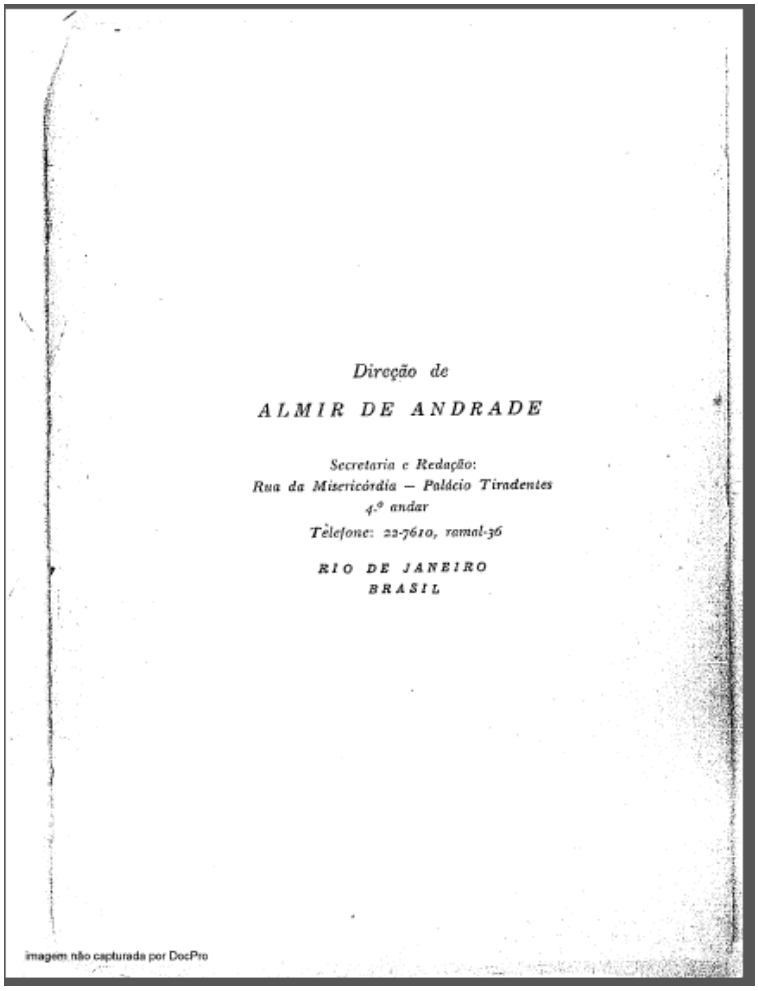
[19] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984. p.11.

Sobre a fase em que Almir de Andrade se dedicou ao governo Vargas e esteve à frente de *Cultura Política*, há no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), pertencente à Fundação Getúlio Vargas, um verbete que elucida muito bem as contribuições de Almir no plano político, social e cultural, enfatizando o seu desempenho propagandístico e à sua habilidade em agregar intelectuais não comprometidos com o regime, como Graciliano Ramos e Gilberto Freire:

> Considerado um dos principais ideólogos do Estado Novo (1937-1945), ao lado de Francisco Campos, intelectual e político que ocupou a pasta da Justiça de 1937 a 1942, e de Antônio José Azevedo do Amaral, também em março de 1941, a convite de Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundou *Cultura Política*: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, da qual foi diretor até outubro de 1945. Revista oficial do regime, publicada pelo DIP, *Cultura Política* teve como propósito definir e esclarecer os rumos das transformações ocorridas no Brasil durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas e congregou em seu quadro de colaboradores a elite intelectual do país, inclusive figuras não-comprometidas com o regime, como Graciliano Ramos, Gilberto Freire e Nélson Werneck Sodré. Através de artigos assinados e editoriais, Almir de Andrade buscou interpretar o Estado Novo, com base em um projeto ideológico eminentemente cultural[20].

Contando com a direção de Almir de Andrade, a revista estampava normalmente, entre a terceira e a quinta páginas, informações referentes à localização da secretaria e da redação, que funcionavam na Rua da Misericórdia, no Palácio Tiradentes – 4 andar, Rio de Janeiro – Brasil.

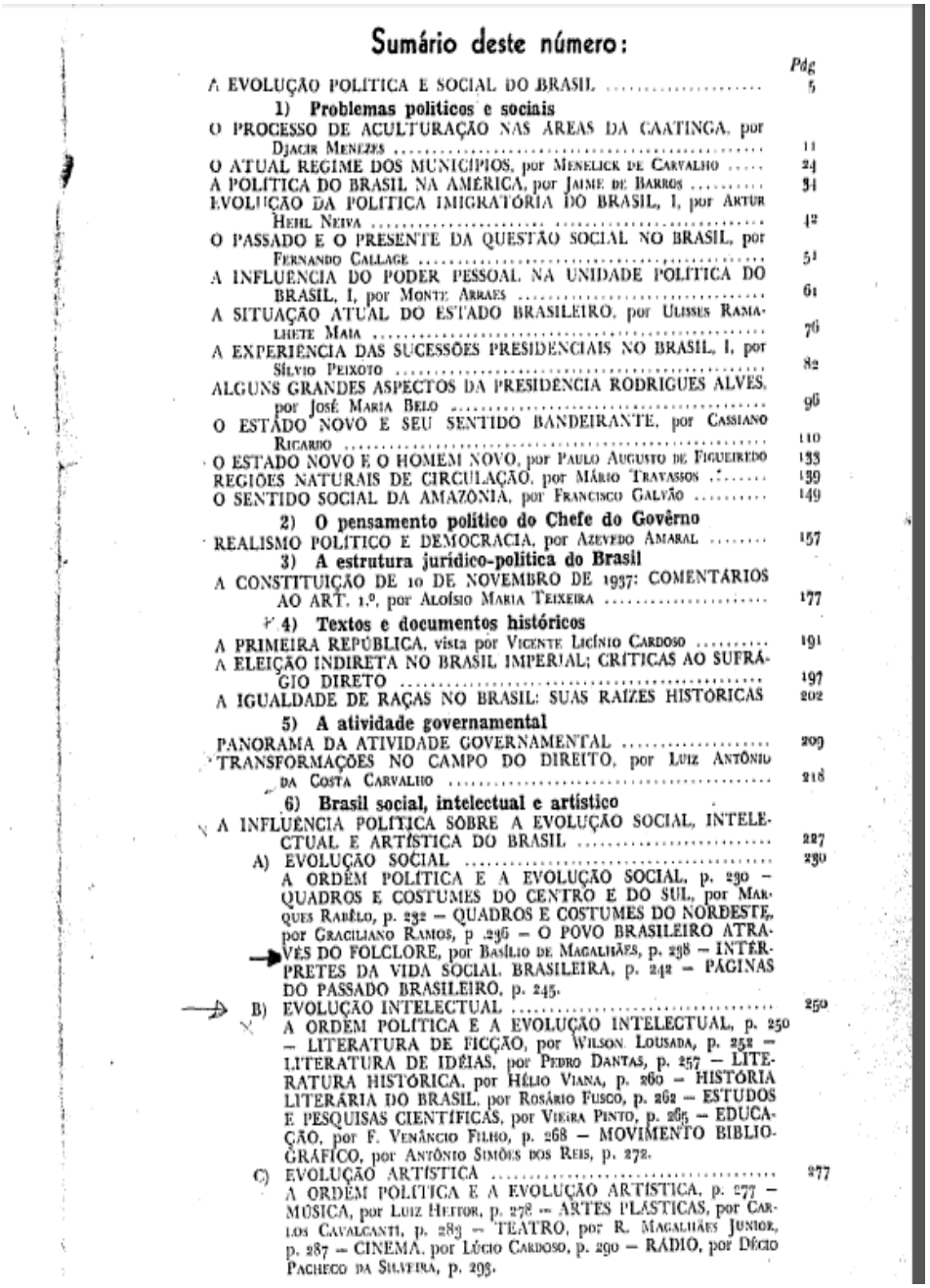
[20] VERBETE. Almir Andrade. Disponível em: http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx. Acesso: 10/02/2012.



Quinta página de Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, mar. 1941.

No sumário, na maioria das publicações, antes da enumeração das seções havia um artigo escrito pelo diretor da revista que assinava no final dos escritos como A. de A[21]. Em seguida, no mesmo sumário, apareciam as seis seções fixas enumeradas que perdurariam até agosto de 1942, na edição de número 18. Entretanto, alguns conflitos no DIP e o início da participação do Brasil na segunda guerra mundial obrigaram a revista a adequar as suas publicações aos novos rumos nacionais, ou seja, os artigos precisavam alertar a população sobre os rumos da guerra. Com isso, muitas das várias temáticas abordadas pela revista até aquele momento foram mantidas, outras seções, por sua vez, não conseguiram permanecer agrupadas e outras foram extintas, dando lugar a novas seções.

[21] Almir de Andrade.



Sumário deste número:

Pág.

A EVOLUÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL 5

1) Problemas políticos e sociais

O PROCESSO DE ACULTURAÇÃO NAS ÁREAS DA CAATINGA, por Djacir Menezes 11
O ATUAL REGIME DOS MUNICÍPIOS, por Menelick de Carvalho 24
A POLÍTICA DO BRASIL NA AMÉRICA, por Jaime de Barros 31
EVOLUÇÃO DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA DO BRASIL, I, por Artur Hehl Neiva 42
O PASSADO E O PRESENTE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL, por Fernando Callage 51
A INFLUENCIA DO PODER PESSOAL NA UNIDADE POLÍTICA DO BRASIL, I, por Monte Arraes 61
A SITUAÇÃO ATUAL DO ESTADO BRASILEIRO, por Ulisses Ramalhete Maia 76
A EXPERIENCIA DAS SUCESSÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL, I, por Sílvio Peixoto 82
ALGUNS GRANDES ASPECTOS DA PRESIDENCIA RODRIGUES ALVES, por José Maria Belo 96
O ESTADO NOVO E SEU SENTIDO BANDEIRANTE, por Cassiano Ricardo 110
O ESTADO NOVO E O HOMEM NOVO, por Paulo Augusto de Figueiredo 133
REGIÕES NATURAIS DE CIRCULAÇÃO, por Mário Travassos 139
O SENTIDO SOCIAL DA AMAZÔNIA, por Francisco Galvão 149

2) O pensamento político do Chefe do Govêrno

REALISMO POLÍTICO E DEMOCRACIA, por Azevedo Amaral 157

3) A estrutura jurídico-política do Brasil

A CONSTITUIÇÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937: COMENTÁRIOS AO ART. 1.º, por Aloísio Maria Teixeira 177

4) Textos e documentos históricos

A PRIMEIRA REPÚBLICA, vista por Vicente Licínio Cardoso 191
A ELEIÇÃO INDIRETA NO BRASIL IMPERIAL; CRÍTICAS AO SUFRÁGIO DIRETO 197
A IGUALDADE DE RAÇAS NO BRASIL: SUAS RAÍZES HISTÓRICAS 202

5) A atividade governamental

PANORAMA DA ATIVIDADE GOVERNAMENTAL 209
TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO DO DIREITO, por Luiz Antônio da Costa Carvalho 218

6) Brasil social, intelectual e artístico

A INFLUÊNCIA POLÍTICA SÔBRE A EVOLUÇÃO SOCIAL, INTELECTUAL E ARTÍSTICA DO BRASIL 227

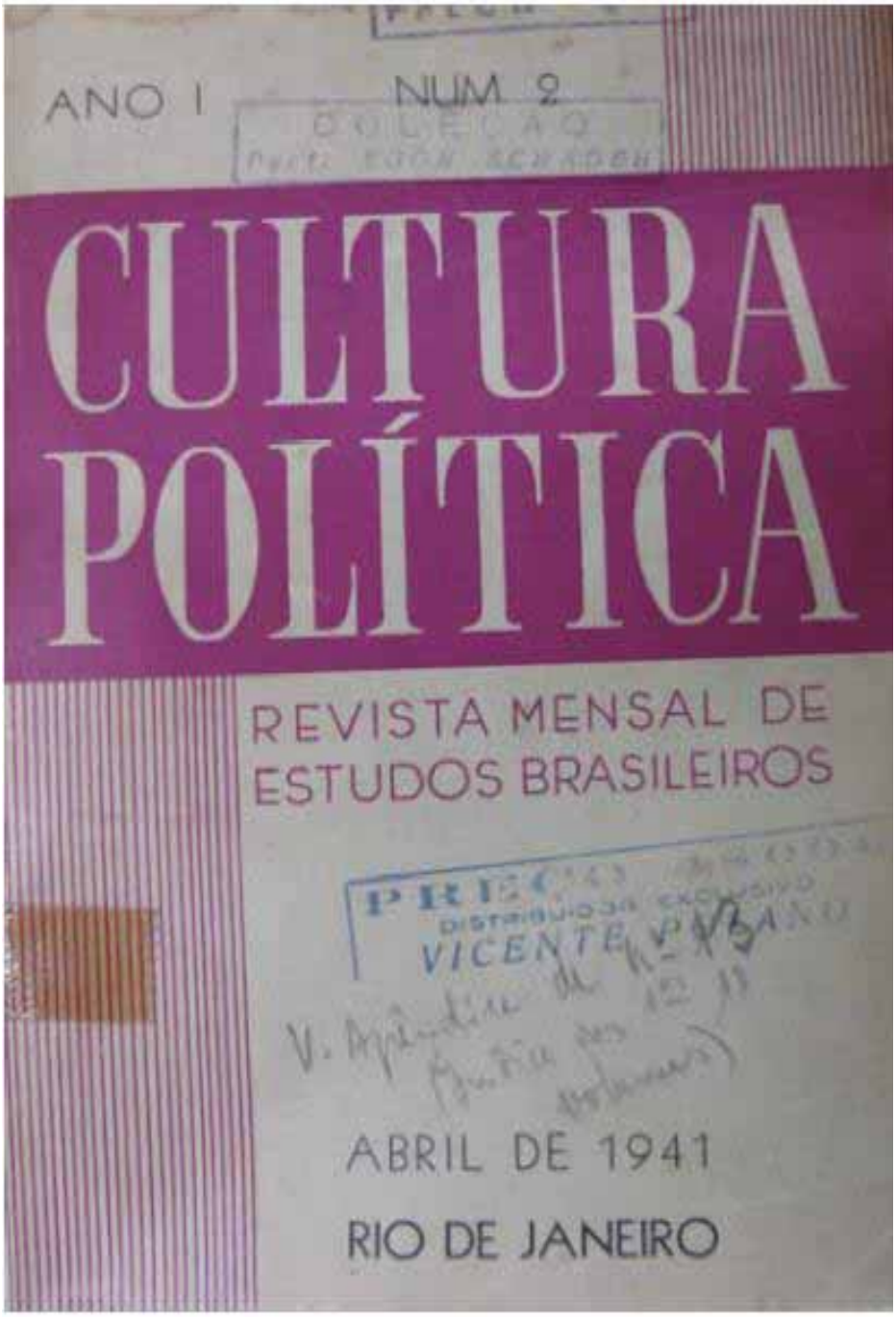
A) EVOLUÇÃO SOCIAL 230
A ORDEM POLÍTICA E A EVOLUÇÃO SOCIAL, p. 230 — QUADROS E COSTUMES DO CENTRO E DO SUL, por Marques Rabêlo, p. 232 — QUADROS E COSTUMES DO NORDESTE, por Graciliano Ramos, p. 236 — O POVO BRASILEIRO ATRAVÉS DO FOLCLORE, por Basílio de Magalhães, p. 238 — INTÉRPRETES DA VIDA SOCIAL BRASILEIRA, p. 242 — PÁGINAS DO PASSADO BRASILEIRO, p. 245.

B) EVOLUÇÃO INTELECTUAL 250
A ORDEM POLÍTICA E A EVOLUÇÃO INTELECTUAL, p. 250 — LITERATURA DE FICÇÃO, por Wilson Lousada, p. 252 — LITERATURA DE IDÉIAS, por Pedro Dantas, p. 257 — LITERATURA HISTÓRICA, por Hélio Viana, p. 260 — HISTÓRIA LITERÁRIA DO BRASIL, por Rosário Fusco, p. 262 — ESTUDOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS, por Vieira Pinto, p. 265 — EDUCAÇÃO, por F. Venâncio Filho, p. 268 — MOVIMENTO BIBLIOGRÁFICO, por Antônio Simões dos Reis, p. 272.

C) EVOLUÇÃO ARTÍSTICA 277
A ORDEM POLÍTICA E A EVOLUÇÃO ARTÍSTICA, p. 277 — MÚSICA, por Luiz Heitor, p. 278 — ARTES PLÁSTICAS, por Carlos Cavalcanti, p. 283 — TEATRO, por R. Magalhães Junior, p. 287 — CINEMA, por Lúcio Cardoso, p. 290 — RÁDIO, por Décio Pacheco da Silveira, p. 293.

Sumário de *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, mar. 1941.

Na capa, no topo da página, vinha estampado o ano e o número da revista, seguidos pelo título *Cultura Política* e seu subtítulo *Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. No final da página, mencionavam o mês e o ano juntamente com o local de publicação, a cidade do Rio de Janeiro.



Capa de *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros,* Rio de Janeiro, ano 1, n.1, abr. 1941.

Vale destacar aqui neste ponto que o título e o seu subtítulo não foram adotados por acaso. Grande parte dos artigos publicados mantinha estreita relação com a política do Estado Novo. O principal objetivo da revista era estreitar os laços existentes entre a cultura e a política sem, contudo, deixar de enfatizar que uma dependia da outra.

Nesse sentido, a circulação de *Cultura Política* era muito propícia para uma produção cultural que envolvia esforços no quesito de mesclar a cultura e a política.

Quanto ao título de *Cultura Política*, o próprio Almir de Andrade em "Política e Cultura", texto introdutório da revista, comenta as relações existentes entre cultura e política, temas que seriam incessantemente discutidos ao longo da existência do periódico:

> Cultura e política são [... indissociáveis: toda política verdadeira e sadia deve ser uma expressão de cultura popular, assim como toda cultura verdadeira e fecunda deve ter um sentido político; deve conter uma aspiração de integrar-se na vida organizada que a política representa, com cristalização da ordem social. [22]

Em relação ao subtítulo *Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, podemos inferir que a revista tinha por objetivo explicar as transformações sociais e políticas do país como um todo, almejando integrar todas as regiões no novo contexto político com bases fixadas no plano nacional. Para tal intento, as publicações mensais realizavam os seus estudos nos mais variados setores da política e da cultura: economia, técnica, arte, literatura, ciências, música, rádio, educação, cinema, teatro etc.

A estudiosa Monica Pimenta Velloso no ensaio "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual", publicado na obra *Estado Novo: Ideologia e Poder*, explana sobre o subtítulo da revista *Cultura Política.*

> A *Cultura Política*, conforme enuncia o seu subtítulo, configura-se uma revista de "estudos brasileiros", cuja proposta é a de "definir" e "esclarecer" o rumo das transformações sociais e políticas do país. As realizações do governo nos mais diversos setores – política, economia, técnica, artes, letras, ciências – são registradas. A revista anuncia os seus propósitos de promover e estimular o debate sobre a problemática regional, desde que se circunscreva ao contexto nacional[23].

No mesmo artigo de abertura da revista, já citado, o diretor e fundador da revista afirma que despertar a consciência política do Estado Novo por meio da cultura é uma das finalidades da revista. Em outras palavras, sob a sua visão, *Cultura Política* debatia os mais variados temas como a literatura, a ciência, o folclore, as artes, os costumes do Brasil etc. Seus objetivos eram, enfim, estampar as várias faces de um país que se dizia estar em pleno estado de evolução na esfera social:

---

[22] ANDRADE, Almir de. *Política e Cultura*. Cultura Política, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, abr. 1941, p.7

[23] VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. p.74-5.

> Despertar, robustecer, dilatar essa consciência política que precisa existir em todo esforço de cultura – é uma das finalidades dessa Revista. Se ela procura espelhar o Brasil sob todas as suas faces – sociais, intelectuais e artísticas – é para testemunhar que essa consciência já vai surgindo, como resultante da evolução da nossa mentalidade social.[24]

Assim, pode-se dizer que a principal finalidade da revista era estudar, determinar e esclarecer as transformações sócio-econômicas que aconteciam no país. Ela, ainda, relatava as realizações e os feitos governamentais, e funcionava como um veículo de divulgação das publicações e feitos realizados por Getúlio Vargas e o Estado Novo:

> A revista *Cultura Política*, uma das publicações promovidas pelo Estado Novo, ligada diretamente ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), apresentava como primeiro objetivo a divulgação das mudanças do país e as iniciativas governamentais. [25]

Para atingir o objetivo de divulgar as mudanças que aconteciam no país por meio das iniciativas governamentais, a revista precisou de um grande investimento financeiro. Por dispor de recursos vultosos, pode pagar a seus colaboradores o dobro do que era oferecido pelo mercado jornalístico da época. Assim sendo, o intuito do governo não era lucrar com as publicações e sim propagar os diversos estudos mensais realizados pela revista com o próposito de unificar a cultura e a política.

Desta forma, devido às suas qualidades editoriais, a sua extensão e ao grande investimento financeiro, conseguiu fazer jus à sua missão, ou seja, com coerência estampou em suas páginas particularidades culturais de várias áreas, de modo que conseguiu reunir uma grande quantidade de colaboradores de grande capacidade intelectual.

Logo no primeiro número da revista, no texto introdutório "A evolução política e social do Brasil", Almir de Andrade, já deixou bem claro que um dos principais anseios da revista era a sustentação da nova forma de governar baseada nos moldes do Estado Novo: "Anima-nos, todavia, a consciência de já termos vencido as nossas hesitações de ontem e de já havermos traçado um rumo definido para as nossas caminhadas de porvir[26]".

Certamente a consolidação desse desejo de firmar-se faz com que as páginas da revista sirvam como um "espelho" do Brasil, na medida em que não serão publicados apenas assuntos relacionados à política, mas, também, temáticas relacionadas a atividade criadora,

[24] ANDRADE, Almir de. *Política e Cultura*. Cultura Política, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, abr. 1941, p.7
[25] PETERLE, Patricia. Ignazio Silone e Graciliano Ramos, um olhar dialógico. In: PETERLE, Patricia (Org). *Ignazio Silone: ontem e hoje*. Rio de Janeiro. Editora Comunità, 2010, p. 74
[26] ANDRADE, Almir de. A evolução política e social do Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, mar. 1941, p.8.

com o apoio de homens das letras de todos os estados, como Graciliano Ramos (Nordeste) e Marques Rebelo (Sul).

> As páginas dessa Revista procurarão definir e esclarecer esse rumo. Elas serão, nesse sentido, um espelho do Brasil. O que somos, o que pensamos, o que realizamos em todos os setores da nossa atividade criadora – na política, na economia, na técnica, nas artes, nas letras, nas ciências – ficará estampado nestas páginas, através do depoimento de todas as gerações que hoje vivem, em todas as cidades e rincões do Brasil. Uns após outros esses depoimentos virão, do norte e do sul, do litoral e do centro, de velhos e moços, de gerações da República e do Império, de antes e de após – guerra. Eles falarão pelo Brasil. Porque eles são o Brasil.[27].

Mais de um ano após a primeira publicação da revista, manteve-se o mesmo discurso em relação aos objetivos de *Cultura Política*, ou seja, Almir de Andrade reafirmou a importância das informações referentes às orientações governamentais com ênfase em atividades culturais como as científicas, as literárias, as educativas e as artísticas.

> E não será demais recapitular, ainda uma vez, o que ela tem realizado no domínio da *Cultura* brasileira e, muito particularmente, na difusão constante de dados e informações sobre os valores gerais do Brasil, sobre a doutrina e a orientação do Governo, sobre o desenvolvimento e a solução dos nossos problemas políticos, sociais, econômicos, administrativos, legislativos, militares, sobre toda a vida nacional, em suma, sem esquecer as atividades artísticas, literárias, científicas, educativas, bibliográficas.[28].

Coerentemente, para fundamentar o seu propósito de atuar em diversas áreas da cultura e da política, a revista precisou recrutar inúmeros colaboradores[29]. Inclusive, muitos deles, antes de escreverem para *Cultura Política*, estiveram do lado oposto do regime implantado por Vargas, mas no momento da publicação do periódico acabaram emprestando a sua pena ao periódico com o intuito de registrar colaborações que pudessem firmar as mudanças sociais, políticas e culturais pela qual passava o país após o governo Vargas.

No Brasil, um caso muito particular permeou a atividade de muitos artistas, como Candido Portinari, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade e José Lins do Rego, entre outros, que estiveram ao mesmo tempo, dentro e fora da política governamental, pois,

---

[27] ANDRADE, Almir de. A evolução política e social do Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, mar. 1941, p.8.
[28] ANDRADE, Almir de. O Estado Nacional e a missão de "Cultura Política". *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 2, n.18, Ago. 1942, p.4.
[29] Mais adiante, neste mesmo capítulo, no tópico quatro serão elencados alguns colaboradores que contribuíram com a revista *Cultura Política*.

apesar de estarem ligados ao governo pelas funções empregatícias que exerciam, não deixavam de manter os seus posicionamentos, ideologias e olhar crítico.

Grande parte destes intelectuais, literatos, arquitetos, músicos e pintores, entre outros, foram reunidos durante o ministério de Gustavo Capanema, durante os anos de 1934 e 1945. O conjunto destes intelectuais, inseridos no cerne governamental pelo posto de trabalho que ocupavam, foi nomeado como a constelação de Capanema.

Portanto, estes "funcionários do estado" viviam sob a ótica de um duplo viés, pois, precisavam, exercer seu trabalho junto ao estado por motivos financeiros, todavia, sem deixar-se alienar perante as práticas políticas adotadas. Além destes intelectuais existiam, ainda, outros grupos que preferiam adotar uma única perspectiva, ou seja, se rendiam aos encantos do governo e emprestavam o seu trabalho artístico em prol da propagação dos propósitos governamentais.

Antonio Candido no prefácio da obra de Ségio Miceli *Intelectuais à brasileira* analisa essa relação peculiar entre os intelectuais e o estado durante o governo Vargas.

> Mas o fato é que no processo estão envolvidos os homens, com a sua carne e a sua alma, de modo que conviria acentuar mais que um Carlos Drummond de Andrade "serviu" o Estado Novo como funcionário que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela da sua digniddae ou autonomia mental. Tanto assim que as suas idéias contrárias eram patentes e foi como membro do gabinete do ministro Capanema que publicou os versos políticos revolucionários de *Sentimento do mundo* e compôs os de *Rosa do povo*. Já um Cassiano Ricardo se enquadrou ideologicamente e apoiou pela palavra e pela ação, porque o regime correspondia à noção de democracia autoritária e nacionalisa[30].

Assim como Carlos Drummond de Andrade serviu o Estado, podemos afirmar que o escritor de *Vidas Secas* também conseguiu manter o seu equilíbrio como escritor, funcionário do estado e colaborador de *Cultura Política*, não se rendendo em nenhum momento em suas obras à ideologia vigente, ao contrário, colaborou em um periódico dipiano sem precisar citar abertamente o nome de Getúlio Vargas, como muitos dos colaboradores da revista.

Nesse sentido, conclui-se que durante seus quatros anos de sua existência, a revista conseguiu atingir as suas principais finalidades que eram, sem dúvida, auxiliar na construção e consolidação do mito Vargas. Para tal fim contou com escritores empenhados em divulgar os estudos realizados em diversos setores da cultura e da política, de modo que muitos destes

[30] CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 74.

colaboradores, em seus escritos, criticaram a democracia da Primeira República com o intuito de fundamentar as propostas de construção de uma nova sociedade, que seria conduzida pelo regime instaurado em 1937, o Estado Novo.

3. Estrutura de *Cultura Política*

Durante os 18 primeiros números, a revista apresentou seis seções fixas que se intitulavam da seguinte forma:

1. Problemas políticos e sociais
2. O pensamento político do chefe do governo
3. A estrutura jurídico-política do Brasil.
4. Textos e documentos históricos
5. A atividade governamental
6. Brasil social, intelectual e artístico.[31].

Cultura Política abre sua primeira seção "Problemas políticos e sociais" com artigos que abordavam o processo histórico do Brasil. Essas contribuições enfatizavam que o país, logo após o golpe do *Estado Novo*, vivia momentos de aceleração em relação ao passado, descrevendo as soluções advindas da era Vargas com o intuito de legitimar o regime. Em nota introdutória do editor sobre o conteúdo desta seção, havia, no primeiro número da revista, a seguinte afirmação:

> É consagrada esta seção ao estudo de todos os problemas políticos e sociais do Brasil – quer os problemas de ordem geral, doutrinária, histórica, econômica, administrativa, educacional, sanitária, militar, operária, quer os problemas regionais ou específicos de cada zona territorial e de cada paisagem humana.[32]

A segunda seção, "O pensamento político do Chefe do governo" visava interpretar as palavras, atos e ações de Getúlio Vargas. Os artigos faziam um paralalelo entre o pensamento de Getúlio e os novos rumos que vivia o país. Nessa mesma seção, ainda eram publicados

[31] A contribuição de Graciliano Ramos em Cultura Política está presente em Quadros e costumes do Nordeste, que se encontra na seção de número seis: Brasil social, intelectual e artístico.
[32] *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1. Mar. 1941, p.10.

pronunciamentos e entrevistas concedidas por Vargas, que almejava, ao mesmo tempo, legitimar a sua forma de governar e manter um contato direto entre o chefe da nação e o povo.

Na nota introdutória do editor da seção, justifica-se a sua criação, a partir dos seguintes argumentos em relação a Vargas:

> Nestes dez anos de lutas políticas pela estabilização das conquistas e concretização das aspirações revolucionárias de 1930, tem sido o Presidente Getúlio Vargas o pensamento diretor e inspirador da nossa vida pública. Em suas palavras e, ainda mais, em suas ações, tem-se refletido aspirações profundas do povo brasileiro, em seus ideais de paz e concórdia, de tolerância e de equilíbrio, de força e de brandura, de respeito ao trabalho e amor à terra e ao homem brasileiro.
> Pela sua integração em nossas tradições, pela sua compreensão viva do nosso espírito popular, pela sua capacidade de fugir do teoricismo abstrato e à exaltação dos ideais de violência, pela sua confraternização com as legítimas aspirações brasileiras e americanas de um nacionalismo sadio e pensamento do Chefe do governo, indubitavelmente, o mais ativo doutrinador do novo Estado Brasileiro, o que maior eco e compreensão tem encontrado em todas as camadas populares do país, do Norte, do Centro e do Sul.[33]

Em "A estrutura jurídico-política do Brasil", a terceira seção, era possível encontrar reportagens e artigos referentes às mudanças ocorridas no âmbito da administração pública e no campo do direito que estavam associadas ao Estado Novo. Para tal intento, era necessário que seus colaboradores fossem integrantes do Ministério Público, ministros do Supremo Tribunal, desembargadores etc, pois deveriam ter certo domínio sobre a administração pública e o direito. Esta seção também contou com a nota introdutória do editor que no trecho inicial deixou claro que a finalidade da seção era discursar sobre os comentários da nossa carta constitucional.

> A Constituição de 10 de novembro de 1937 se caracteriza por dois traços fundamentais: seu sadio realismo, adaptado às realidades e tradições brasileiras; seu espírito avançado e integrado nas grandes correntes de evolução política no mundo moderno.
> Para esclarecer êsses dois traços e acompanhá-los em seus desenvolvimentos e em suas raízes profundas, "Cultura Política" vai promover nesta seção, amplos debates e comentários em tôrno dos artigos da nossa carta constitucional, confiados sempre a Magistrados, membros do Ministério Público, Desembargadores e Ministros do Supremo Tribunal, Jurisconsultos ou figuras eminentes das letras jurídicas do país.[34]

[33] *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, Mar., 1941, p.156
[34] *Ibid.*, p.175.

A quarta seção, "Textos e documentos históricos", teve grande duração, pois perdurou desde o primeiro número, março de 1941, até o quadragésimo número em maio de 1944. Conforme destacou a nota do editor na publicação de estreia, o objetivo era resgatar os acontecimentos brasileiros antes de 1930 pautados em ações governamentais: "Quaisquer citações bibliográficas de velhos autores, ou de novos anteriores a 1930, e quaisquer documentos históricos, que interessem à vida política do Brasil – terão acolhida nessa seção."[35]. Acrescentamos ainda a nota do editor da publicação de número 18 com o intuito de um maior esclerecimento sobre a finalidade da seção.

> Destina-se esta Seção à transcrição de documentos históricos que, por serem ainda inéditos, ou pela raridade de suas publicações anteriores, possam ser úteis aos estudiosos do passado político do Brasil. Manuscritos existentes em depósitos públicos ou arquivos particulares, artigos de jornais antigos, textos relativos à história brasileira, aparecidos no estrangeiro, todos devidamente traduzidos e anotados por pessoas competentes – terão acolhida nesta parte de *Cultura Política*[36].

A penúltima seção, "A atividade governamental", registrava todo mês as medidas implantadas pelo governo na cultura, na educação, na saúde, na moradia, na agricultura, nas relações internacionais, no combate à seca etc. Os textos traziam informações sobre o regime, burocracia civil e militar, conforme aponta a primeira nota do editor: "Esta seção registrará, mensalmente, a atividade do Governo, na esfera legislativa e administrativa"[37].

Já na sexta seção, "Brasil social, intelectual e artístico"[38], o destaque estava no fato de trazerem em seus artigos temáticas sociais e culturais. A nota do editor evidenciou que a finalidade dos textos era propagar e transmitir informações relevantes sobre a influência da política governamental em relação às letras, as ciências, os costumes, os usos e as artes.

> A ordem social, a paz, o trabalho, a tolerância política – favorecem o desenvolvimento de todas as capacidades criadoras da coletividade. Pelo que um povo produz, na esfera das letras, das artes, das ciências, dos usos e costumes sociais – pode-se avaliar a sua vitalidade e a vitalidade das suas instituições.
> O Brasil de hoje recobra o ritmo fecundo de uma grande produtividade, em todos os setores da vida nacional. Compreendemos melhor o passado; sentimos de mais perto a inspiração de nossas traduções. A vida popular conquista um mais alto nível de estabilidade. Usos, costumes, artes,

[35] *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1. Mar. 1941, p.189.
[36] *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 18. Ago. 1942, p.296.
[37] *Ibid.*, p.208.
[38] Como nesta seção encontram-se as crônicas de Graciliano Ramos, ela será estudada mais detalhadamente e os títulos de suas subseções serão colocados em destaque.

> literatura, ciências – adquirem um impulso novo, de verdadeira floração intelectual e estética.
> Estas páginas irão refletir esse espetáculo extraordinário de renascimento. Colaboram nelas, desde o primeiro número, elementos escolhidos dentre os mais significativos da elite intelectual do Brasil. Elementos de diversas correntes literários, artísticos e científicos se encontram aqui representados, pois esta revista não tem partidos e há-de procurar sempre espelhar, tudo o que é genuinamente brasileiro. E mais ainda. Aqui colaboram nomes de todas as gerações que hoje vivem no Brasil; gerações de antes da República, que assistiram a Abolição. Cada uma delas tem um representante, assinando as crônicas mensais desta seção.
> O Brasil social, intelectual e artístico há-de espelhar-se aqui, no seu surpreendente espetáculo do renascimento, testemunhando, como um depoimento vivo e irretorquível, os benefícios desse espírito de paz, de concórdia, de tolerância e da inidade, que hoje desfrutamos.[39]

A seção "Brasil social, intelectual e artístico" apresentou três subseções com algumas subdivisões da forma como se menciona abaixo:

A) Evolução Social

- A ordem política e a evolução social.
- Quadros e Costumes do Nordeste.
- Quadros e Costumes do Centro e do Sul.
- Quadros e Costumes do Norte.
- O povo brasileiro através do folclore.
- Intérpretes da vida social brasileira.
- Páginas do passado brasileiro.

B) Evolução Intelectual

- A ordem política e a evolução intelectual.
- Literatura e Ficção.
- Literatura de Idéias
- Literatura Histórica.
- História Literária do Brasil.
- Estudos e pesquisas científicas.
- Educação.
- Movimento bibliográfico
- Bibliografia estrangeira sobre o Brasil.

[39] *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1. Mar. 1941, p. 225.

C) Evolução Artística

- A ordem política e a evolução artística
- Música.
- Artes plásticas.
- Teatro.
- Cinema.
- Rádio.

Como é perceptível, o termo 'evolução' apareceu como título das três subseções: "Evolução Social", "Evolução Intelectual" e "Evolução Artística". O diretor assim justificou a repetição da palavra: "A recorrência da palavra pressupõe o desenrolar de uma situação inicial até o momento presente, representado no texto pelo Estado Novo, no qual determinados aspectos do passado teriam atingido uma posição mais desenvolvida"[40].

Portanto, o fato da primeira subseção ser intitulada "Evolução Social" não ocorre por acaso, pois o intuito era o de colocar em foco uma visão sociológica voltada às artes, à cultura e a temas em geral. Desta forma, segundo a perspectiva estadonovista, um intelectual que preservava o social em suas obras era considerado evoluído e privilegiado. Thiago Salla alerta sobre o escopo da seção: "se havia uma ênfase sociológica, ela subordinava-se à ação governamental. O discurso getulista fazia crer que os avanços nos diferentes ramos de atividade seriam resultados das ações do regime"[41].

Ora, a intenção da seção "Brasil social, intelectual e artístico", com as suas subseções era a de confirmar a diversidade dos assuntos abordados e de seus colaboradores. Essa heteregeneidade, por sua vez, servia como uma forma de provar que todos tinham espaço na revista; aproveitava-se, inclusive, para destacar as proezas de um regime que se vangloriava da contribuição de intelectuais renomados.

Com o passar do tempo, a revista foi incorporando novas seções. A partir do número sete[42], *Cultura Política* enriqueceu-se com uma nova seção intitulada "O trabalho e a economia nacional", que, assim como as outras seções, contava com subseções e colaboradores fixos que dominavam os assuntos a serem discutidos em suas páginas.

[40] SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política*. São Paulo: T.M. Salla, 2010. 721 f. p. 246.
[41] *Ibid.*, p. 248
[42] *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n.7, setembro. 1941.

Como o próprio nome sugere, os artigos discursavam sobre os problemas referentes à produção brasileira e ao trabalho com o objetivo de divulgar os feitos estatais. "*Cultura Política* inaugura hoje esta nova seção, consagrada ao estudo de todos os problemas relacionados com a economia nacional, o trabalho e a produção"[43].

Outra seção foi criada na publicação de número quinze[44] de *Cultura Política* com o título de "Política militar e defesa nacional". Os temas analisados em seus artigos eram referentes à guerra, isto porque naquela época o mundo estava imerso na Segunda Guerra Mundial e fazia-se necessário divulgar as perdas, as mazelas, as vitórias e os fatos da guerra.

Sendo assim, a revista almejava estampar em suas páginas a repercussão do conflito mundial no Brasil, procurando esclarecer os rumos da guerra. Todavia, vale destacar que a seção foi criada dois meses antes de nosso país aderir ao conflito ao lado dos Aliados, em agosto de 1942. Isso aconteceu porque mesmo antes do Brasil entrar na guerra, já se viviam momentos difíceis e um clima de confronto pairava pelo ar, desde quando foram rompidas as relações diplomáticas com o Eixo[45].

Coerentemente, quando o país entra em conflito, a seção torna-se fixa e a revista reforça o seu posicionamento de união em prol da formação de uma nacionalidade forte e sólida. Desta forma, as publicações procuravam resgatar a importância histórica daqueles que, um dia, lutaram ou estavam lutando em nome de um processo de formação ou consolidação de uma unidade nacional. Portanto, a revista queria evidenciar que a decisão de entrar na guerra não era vã, pois em outros momentos a adesão do país ao conflito se fez necessária. Logo, seus artigos procuravam dar um sentido à adesão e à permanência do país na guerra sem, todavia, deixar de esclarecer o destino do conflito.

Assim, para esclarecer a população com autoridade e conhecimento de causa, era necessário que seus colaboradores fossem pessoas ligadas às Forças Armadas:

> Destina-se esta seção ao estudo da política militar brasileira e dos problemas da defesa nacional, em suas linhas fundamentais e de interesse coletivo. Para esse fim, ela receberá especialmente a colaboração dos militares de terra, mar e ar, e também de civis, que se tenham especializado em problemas conexos com os problemas militares da defesa nacional.[46].

[43] *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n.7, setembro, 1941, p.164
[44] *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 2, n.15, maio, 1942.
[45] O Brasil entra em guerra após o ataque japonês a Pearl Harbor em dezembro de 1941, pois nessa época, o Brasil dependia economicamente dos EUA e já mantinha um comércio fraco com a Alemanha. In: GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Editora Símbolo, 1977.
[46] *Ibid.*, p.198.

Com o passar do tempo, algumas seções seriam extintas e outras criadas. Grande parcela dessas mudanças aconteceu porque o Brasil rompeu com o Eixo e aliou-se aos Estados Unidos, entrando na guerra ao lado dos americanos. Com estas mudanças no âmbito governamental, o DIP passou por uma crise interna e Lourival Fontes foi demitido, em julho de 1942. Estas transformações e crises atingiram *Cultura Política*, que se viu obrigada a adequar-se aos novos rumos nacionais, isto é, precisava adaptar o seu perfil e os seus objetivos em prol da conscientização popular para os rumos da guerra, com o intuito de promover a segurança do país.

Mesmo preservando uma grande quantidade de temáticas, a revista não conseguiu mais manter as seções agrupadas: elas começaram a espalhar-se, variando de um número para outro. Assim, alguns segmentos diferentes passam a substituir as seções ou subseções já existentes, enquanto outras novas seções eram criadas.

É possível perceber grandes mudanças já a partir do número 19, de setembro de 1942. Não obstante, cinco seções ou subseções mantiveram-se: "Política militar e defesa nacional", "Educação", "Música", "Artes Plásticas" e "Rádio"; outras, por sua vez, conseguiram manter em grande parte a sua objetividade.

Algumas seções tiveram seus nomes substituídos por outros, como:

- As seções "Quadros e Costumes do Nordeste", "Quadros e costumes do Centro-Sul" e "Quadros e Costumes do Norte" cederam lugar para a seção "Quadros e costumes regionais".
- A seção "Páginas do passado brasileiro" passou a ser intitulada "Quadros do passado".
- A seção "Movimento bibliográfico" recebeu o nome de "Bibliografia".
- A seção "O povo brasileiro através do folclore" se resumiu apenas a "Folclore".
- As seções "Cinema" e "Teatro" se resumiram a uma única seção "Cinema e Teatro".
- As seções "Intérpretes da vida social brasileira" e "Textos e documentos históricos" foram absorvidas por "Textos e Documentação".

Ainda no número 19 seriam criados catorze títulos que iriam propagar informações referentes a esta nova fase da revista, a saber:

- Problemas regionais,
- Administração,

- Trabalho,
- Produção,
- Finanças,
- Educação,
- Transportes e Comunicações,
- Política nacional,
- Política Internacional,
- Povoamento,
- Literatura,
- Literatura Panamericana,
- Filologia,
- Inquéritos e reportagens,
- O Brasil no exterior.

A publicação de número 20, de outubro de 1942, ampliou a quantidade das seções e subseções, acrescentando-se as seguintes:

- Assistência Social,
- O Brasil na guerra,
- Doutrina política,
- História,
- Geografia,
- Museus,
- Cidades do Brasil,
- Direito constitucional.

O número 22 de *Cultura Política*, de dezembro de 1942, criou três novas rubricas:

- Linguística,
- Família,
- Navegação.

Nas edições de abril e dezembro de 1944, nos números 39 e 47, respectivamente, a revista não utilizou subdivisões em seu sumário, isto é, os títulos dos artigos eram colocados

um abaixo do outro, sem serem enquadrados em seções ou subseções a partir de então. E as notas introdutórias do editor que definiam os objetivos de cada seção foram desaparecendo.

Vale destacar que a seção em que Graciliano colaborou teve seu título modificado por duas vezes. Desde o seu primeiro número até a publicação de número 19, a seção aparecia como "Quadros e costumes do Nordeste" e, a partir de então, passou a ser chamada de "Quadros e costumes regionais" até a seção do número de 27, de maio de 1943; somente após este número foi denominada apenas como "Quadros regionais".

Assim, as perdas e as mudanças na estrutura, na sistematização e na maneira como a propaganda governamental era difundida pelo país fizeram com que a revista sofresse um processo de enfraquecimento que contribuiu para a sua extinção em outubro de 1945.

4. Colaboradores da Revista

Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros contou com uma grande quantidade de intelectuais que, na maioria das vezes, recebiam por suas colaborações o dobro oferecido pelo mercado jornalístico da época. Portanto, expor esses intelectuais renomados era mais do que ter a certeza de estampar em suas páginas artigos de boa qualidade; era, evidentemente, mostrar o quanto a nova estrutura estadonovista cativava a todos, desde os principais ideólogos do governo até a classe intelectual que outrora fora contra os princípios governamentais:

> A *Cultura Política* congrega no seu quadro de colaboradores a elite intelectual do período. Os principais ideólogos do Estado Novo se fazem presentes nas suas páginas, marcando espaço expressivo na produção do discurso. Nomes como os de Francisco Campos, Azevedo Amaral, Almir de Andrade (diretor da publicação) e Lourival Fontes (diretor do DIP) testemunham a presença dos grandes teóricos. A revista conta também com a colaboração de intelectuais das mais diversas correntes, como Nélson Werneck Sodré, Gilberto Freyre e Graciliano Ramos[47].

Segundo a perspectiva da revista, a construção de uma unidade nacional deveria sobrepor-se às divergências ideológicas, pois os seus colaboradores eram intelectuais de diversos tipos de correntes literárias, científicas e artísticas que se encontravam espalhados

[47] VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. p. 78.

por todo o país e que se reuniam por meio de suas publicações para difundir o que o país tinha de mais autêntico e peculiar.

Efetivamente, mais de trezentos intelectuais colaboraram com *Cultura Política*, conforme comenta Raul Antelo em *Literatura e Revista: "*Seria cansativo enumerar seus colaboradores, cuja cifra total supera folgadamente trezentos [...]".[48].

Na primeira seção, "Problemas políticos e sociais"[49], alguns nomes colaboraram esporadicamente e outros tiveram suas colaborações fixas por um período de tempo ou até a extinção do periódico. Dentre aqueles que contribuíram com a temática da seção estão advogados, jornalistas, professores universitários, escritores e funcionários do alto escalão. Alguns colaboradores, como José Maria Belo e Oto Prazeres, contribuíram com vários números em variadas subseções. Outros tiveram subseções fixas, como é o caso de Artur Hehl Neiva, responsável pela seção "Evolução da política imigratória do Brasil".

A seção "O pensamento político do Chefe do governo" contava com escritores, poetas, sociólogos, críticos literários, oficiais do exército nacional, entre outros. Entre seus colaboradores mais conhecidos podemos citar Rosário Fusco, Sílvio Peixoto, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freire, Olavo Oliveira, Azevedo Amaral e Julio Pires.

Na terceira seção, "A estrutura jurídico-política do Brasil" aparecem escritores, professores, oficiais do exército e figuras ligadas à Justiça, como juízes. Alguns desses colaboradores foram Oscar Tenório, Monte Arraes, Sergio Marinho, Vicente de Faria Coelho e Carlos de Oliveira Ramos, entre outros.

A quarta seção, intitulada "Textos e documentos históricos", contou com professores, políticos, escritores e outros profissionais. Até mesmo Getúlio Vargas, por meio de seus pronunciamentos coloborou com a seção.

Entre os colaboradores da penúltima seção, "A atividade governamental", pode-se citar: Olívio Monte Negro e Luiz Antônio da Costa Carvalho. Este último, inclusive, manteve uma subseção fixa intitulada "Transformações no campo do direito".

E a última seção, "Brasil social, intelectual e artístico", contou com colaboradores renomados que escreviam sobre temas relacionados à arte e à cultura. Muitas dessas contribuições ocorreram na mesma subseção durante um longo período de tempo. Exemplos notáveis são os de Marques Rebelo em "Quadros e Costumes do Centro e do Sul", Graciliano

[48] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984. p.11

[49] Neste tópico será feito um apanhado geral de nomes que colaboraram nas seis principais seções de Cultura Política. Conforme já mencionado, o nosso enfoque maior ficará na seção "Brasil social, intelectual e artístico", que conta com a colaboração de Graciliano Ramos.

Ramos em "Quadros e Costumes do Nordeste", Lúcio Cardoso em "Cinema", Wilson Louzada em "Literatura de Ficção", Guerreiro Ramos em "Literatura Latino-americana", entre outros.

Raul Antelo faz um apanhado das figuras intelectuais que contribuíram com "Brasil social, intelectual e artístico.":

> Detenhamo-nos [...] em algumas figuras que colaboraram na seção literária de publicação. Com rígida hierarquização, a revista cedia um espaço para cada um. Assim, o sexto capítulo da publicação – "Brasil social, intelectual e artístico" – abria-se invariavelmente com uma justificativa da influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil. A seguir, em "A evolução social", ainda se discorria sobre a ordem política e a evolução social, para só então incluir as seções propriamente ditas: os "Quadros e costumes do Centro-Sul", a cargo de Marques Rebelo, e os do Nordeste, escritos por Graciliano Ramos; a página de Basílio de Magalhães, "O povo brasileiro através do folclore", e outras de recuperação e homenagem: "Intérpretes da vida social brasileira" a "Páginas do passado brasileiro". Na segunda parte – "Evolução intelectual" –, apareciam rubricas de Wilson Louzada ("Literatura de ficção"), Prudente de Morais Neto ("Literatura de idéias"), Hélio Viana ("Literatura e história"), Guerreiro Ramos ("Literatura latino-americana"), Rosário Fusco ("História literária do Brasil"), F. Venâncio Filho ("Educação"), Antônio Simões dos Reis("Movimento bibliográfico") e Carlos Pedrosa ("Bibliografia etrangeira sobre o Brasil"). No último item de "Evolução artística", apareciam textos de Luís Heitor (música); Carlos Cavalcânti (artes plásticas); R. Magalhães Jr. (teatro); Lúcio Cardoso (cinema) e Martins Castelo (Marques Rebelo) (rádio)(...]).[50]

A seção criada a partir do número sete, "O trabalho e a economia nacional", contou, dentre seus colaboradores, com jornalistas, engenheiros e funcionários públicos, entre outros. Alguns nomes são: Gileno de Carli, Lucie Marion, Luiz Diaz Rollemberg, Alcides Marinho Rego, Ulisses Ramalhete Maia, Belfort de Oliveira, João Alves Borges Júnior, Osias Guimarães, Medeiros Lima e Mercedes Dantas, entre outros.

Na seção "Política militar e defesa nacional", criada a partir do número 15, colaboravam o general de divisão F. Leitão de Carvalho, o coronel T.A. Araripe, o capitão de mar e guerra, Cesar da Fonseca, o coronel Aviador Lisias A. Rodrigues, o coronel F. de Paula Cidade, o tenente Coronel, Arf Maurell Lobo, o primeiro-tenente, Umberto Peregrino e Antonio Simões dos Reis, entre outros.

Cultura Política contou com a colaboração de muitos escritores, políticos, intelectuais, militares, magistrados etc. Quando em suas páginas, o editor declarou que "O objetivo de *Cultura Política* é promover, estimular e desenvolver o concurso de todos os estudiosos

[50] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984, p. 11-14.

brasileiros – de Norte a Sul, do litoral ao sertão – para o esclarecimento dos problemas e realidades do Brasil"[51], conclui-se que o governo não mediu esforços e recursos financeiros para propagar os feitos de seu governo nas cinco regiões do país.

Almir de Andrade, em artigo intitulado "O Estado Nacional e a missão de *Cultura Política*" teceu alguns comentários sobre os colaboradores e os assuntos abordados até a edição de número 18:

> O valor de um órgão de publicidade se mede pela extensão dos terrenos onde se desenvolvem os seus estudos, pelo seu critério equilibrado e justo de focalizar e investigar problemas, pela qualidade e variedade de seus colaboradores [...].
> Foi esse espírito superior que, em primeiro lugar, *Cultura Política* procurou sempre encontrar e estimular os seus colaboradores. Todos aqueles que, em suas páginas, trabalharam, investigaram e pensaram, o fizeram sempre acima de quaisquer outros interesses do Brasil. Em 18 números já publicados, com a colaboração de cerca de 200 intelectuais de todas as categorias e especialidades e em cerca de 1.000 artigos sobre todos os assuntos, *Cultura Política* se apresentou sempre como um só corpo e um só pensamento, numa demonstração sincera e esclarecida de compreensão, de quotidiano apoio e de perene solidariedade com a ação política do Governo.[52].

Na publicação de número 33, de outubro de 1943, mais uma vez, a revista reservou um espaço a seus colaboradores, mais precisamente no artigo intitulado "Colaboradores de '*Cultura Política*' até o número 30" em que foran enumerados em ordem alfabética 261 colaboradores. Diante dos nomes, informava-se a função profissional, pública e intelectual de cada um. A partir da página sete, todos aqueles que estamparam seus comentários ou publicações tiveram os seus nomes destacados. Assim, figuras importantes no campo intelectual como Graciliano Ramos[53], Almir Andrade[54] e Rosário Fusco[55], foram indicados; assim como colaboradores de outras áreas profissionais como Anápio Gomes[56], Floriano Lima Brayner[57], Deodato de Moraes[58], entre outros, que eram, respectivamente, comandante da Escola de Intendência do Exército, coronel do Exército Nacional e médico.

---

[51] *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n.4, junho, 1941. p. 10. A citação foi retirada da introdução da seção de abertura de "Problemas Políticos e Sociais".
[52] *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, agosto, 1942, p.4-5.
[53] Aparecia nas páginas de *Cultura Política* o nome do colaborador juntamente com a sua respectiva descrição. Graciliano Ramos encontrava-se da seguinte forma: "205 - RAMOS (Graciliano). Escritor e romancista (Alagoas)". Disponível em: *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 33, out., 1943, p.18.
[54]ANDRADE (Almir de). Professor Catedrático Interino da Faculdade Nacional de Direito. Ex- professor da Faculdade Nacional de Filosofia e do colégio Universitário da Universidade do Brasil. Disponível em: *Ibid.*, p.7.
[55]FUSCO (Rosário). Escritor, poeta e crítico literário (Minas Gerais). Disponível em: *Ibid., p.* 11.
[56]GOMES (Anápio). Coronel do Exército Nacional. Comandante da Escola de Intendência do Exército. Disponível em: *Ibid*., p. 12.
[57]LIMA BRAYNER (Floriano de). Coronel do Exército Nacional. Disponível em: *Ibid.*, p. 13.

É possível perceber que entre o rol de colaboradores encontravam-se intelectuais de renome que, em sua maioria, tinham participação na montagem do plano ideológico estatal ou estavam diretamente ligados ao aparelho do Estado, pelos cargos que ocupavam junto ao governo.

Portanto, contando com uma diversidade de colaboradores, *Cultura Política* atingiu o seu principal objetivo que era o de publicar artigos de escritores de todas as partes do Brasil que pudessem esclarecer sobre acontecimentos culturais, políticos e artísticos sem, contudo, deixar de divulgar a relação existente entre a cultura e a politica.

5. As revistas *Ciência Política* e *Cultura Política*

Durante os anos do *Estado Novo* circularam diversos periódicos e revistas controladas pelo DIP. Contudo, neste momento, destacamos duas revistas: *Cultura Política* e *Ciência Política,* que circularam quase que simultaneamente e que tinham dentro de suas singularidades o objetivo comum de discursar sobre os feitos do governo em território nacional e propagar as particularidades específicas do projeto ideológico do Estado Novo.

Nesse sentido, faz-se necessário um levantamento breve acerca das funções exercidas pelos dois periódicos, com o intuito de enfatizar como *Cultura Política* exercia o seu papel em difundir as políticas adotadas pelo governo do Estado Novo sem deixar de propagar a cultura vigente em nosso país do norte até o sul contando com colaboradores renomados pertencentes ao ramo da cultura e da política.

Com base nesta premissa, podemos dizer que *Cultura Política* era a revista oficial do regime controlada pelo DIP enquanto que a revista *Ciência Política,* que circulou mensalmente de outubro de 1940 até maio de 1945, funcionava como um boletim de divulgação, sendo publicada pelo Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), orientada pelo DIP.

O INCP, criado por Pedro Vergara, tinha por objetivo reunir as elites intelectuais em torno de um pensamento estadonovista que propagasse a todos os cidadãos brasileiros os problemas nacionais com o intuito de esclarecer a opinião pública. O Instituto não era um centro de estudos, mas uma escola patriótica que visava despertar o interesse de todos para as realizações governamentais, criando um elo entre as práticas oficiais e o governo. O INCP divulgava, ainda, a educação cívica como finalidade de despertar a consciência cultural,

[58]MORAIS (Deodato de). Médico, escritor. Chefe do Distrito Educacional na Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: *Ibid,* p.16.

coerentemente, *Ciência Política* tinha por intuito divulgar o posicionamento, o pensamento e as realizações dos intelectuais pertencentes ao Instituto.

Diferentemente de *Cultura Política*, que possuía várias seções bem distribuídas, a revista *Ciência Política*, não dividia as matérias em seções; todavia, analisava os mais variados temas, tais como forças armadas, relações internacionais, direito, economia, educação, cultura e, obviamente a política. Contando em média com 65 páginas em cada publicação, *Ciência Política* não trazia informações certeiras sobre o custo para o leitor de cada número, inclusive na capa não aparecia nenhuma cifra, tal fato nos leva a crer que a revista deveria ser distribuída gratuitamente, ficando os encargos de elaboração à custa do governo, conforme o que aconteceu com *Cultura Política*, que arrecadava bem menos do que gastava com a produção de cada número.

Portanto, o que se pode perceber é que havia uma divisão do trabalho editorial dentro do Estado Novo que primava pela clareza, eficácia e coesão das informações. Noutras palavras, *Cultura Política* tinha como colaboradores intelectuais e escritores renomados que escreviam para um público mais elitizado. Já a revista *Ciência Política*, por sua vez, tinha como colaboradores intelectuais medianos, com pouca projeção no cenário nacional; consequentemente, suas publicações atingiam um público mais generalizado.

Monica Pimenta Velloso, no artigo "Cultura e Poder Político: Uma Configuração do campo intelectual", que se encontra na obra *Estado Novo:* ideologia e *poder*, faz um paralelo muito interessante entre as duas revistas:

> Podemos dizer que esta divisão atinge duas dimensões: a primeira se opera entre os "produtores" do discurso – os grandes intelectuais – e os seus divulgadores – os intelectuais médios; a segunda diz respeito à divisão ou diversificação no próprio campo de produção"[59].

Velloso afirma que a proposta de *Cultura Política* estava centrada nos estudos brasileiros com vistas voltadas para a definição e o esclarecimento das transformações políticas e sociais que tomavam conta do país, enquanto *Ciência Política* estava voltada para a constituição de uma escola de patriotismo, preocupada em difundir a educação cívica e militar junto à população.

Sendo assim, ainda segundo Velloso, os principais conteúdos de *Ciência Política* eram registros do INCP, ou seja, palestras semanais promovidas pela entidade, divulgação das

[59] VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p.100.

campanhas cívicas, relatos de eventos oficiais de que participaram os membros do INCP e publicação de resenhas sobre os lançamentos do instituto. Já *Cultura Política* apresentava seções muito bem elaboradas e estruturadas, inclusive com notas introdutórias relatando os objetivos de cada seção e dados bibliográficos dos colaboradores[60].

Em relação à linguagem, *Cultura Política* possuía uma argumentação sociológica e filosófica voltada para a reflexão, com uma estratégia de convencimento ancorada na realidade nacional com alguns discursos velados por parte de seus colaboradores. O discurso adotado por *Ciência Política*, entretanto, era um exaustivo conjunto moral de significados voltados para a tradição, família, pátria, disciplina e civismo, logo, contava com maniqueísmo e dogmatismo extremado, uma vez que utilizava de apelos emotivos, marcados pela violência das imagens e da linguagem[61].

A concepção política de *Cultura Política* pressupõe a política como uma ciência que exige vocação, especialização e talento, enquanto as páginas de *Ciência Politica* pregam uma democracia política e social. Obviamente, a concepção de cultura adotada por ambas divergem entre si, pois, segundo os escritos presentes em *Cultura Política*, o elemento cultural é uma junção de manifestações populares que acontecem sob a proteção e o amparo do Estado; em *Ciência Política* a concepção de cultura adotada está voltada para a socialização de uma cultura preocupada em propagar a educação cívica e militar e, além disso, proteger e confirmar uma cultura pan-americana vista naquele momento e, principalmente, no pós-guerra, como garantia de uma hegemonia brasileira[62].

De fato, ambas as revistas possuíam posicionamentos voltados para a cultura e para a política, cada qual adotando a sua forma de expressão e linguagem. Mas, de nada adiantariam seus pontos de vista se de suas páginas não emergisse uma concepção sobre a figura de Getúlio Vargas, chefe de Estado e idealizador de um projeto de construção de um Estado Novo que contou com o apoio das duas publicações. Portanto, era óbvio, que as duas revistas iriam estampar em suas páginas posicionamentos e concessões sobre a figura de Vargas.

Nesse sentido, *Cultura Política* cultuava as ideias, o pensamento e a realização do presidente, enquanto *Ciência Política* possuía um culto do mito, ou seja, estava preocupada

[60] VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 101.
[61] *Ibid.*, p. 102.
[62] *Ibid.*, p. 102.

com a reprodução detalhada de sua história de vida e de sua genealogia, apresentando Vargas como uma figura idealizada[63].

Coerentemente, pode-se dizer que as duas publicações desempenharam papéis específicos, dispondo de recursos próprios para alcançar um público a que visavam atingir: "*Cultura Política* mais voltada para a reflexão; *a Ciência Política* mais voltada para as tarefas práticas da propaganda".[64]

Portanto, pode-se considerar que a principal distinção entre as revistas era o modo como a cultura era tratada por cada um dos periódicos em relação à política. *Cultura Política,* além de propagar o regime, colocava a cultura como elemento essencial para a manutenção da identidade nacional, uma vez que colocava a cultura como elemento de ligação entre o país e o povo. *Ciência Politica*, por sua vez, divulgava e fazia propaganda dos feitos do regime e glorificava a figura do presidente, inclusive colaborando para a configuração do mito Vargas.

6. A colaboração de Marques Rebelo em *Cultura Política*

Ao analisar a revista *Cultura Política*, bem como os aspectos e particularidades da contribuição do escritor alagoano Graciliano Ramos com o periódico, convém, ainda, ressaltar algumas considerações sobre a contribuição do escritor Marques Rebelo com o mesmo.

Enquanto Graciliano Ramos ficou encarregado, em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, pelas colaborações presentes na seção "Quadros e costumes do Nordeste", Marques Rebelo assumiu a autoria dos textos, nomeados pelos editores da revista como crônicas, para a seção "Quadros e costumes do Centro e do Sul".

Verificar os escritos de Marques Rebelo presentes na seção "Quadros e costumes do Centro e do Sul" é fundamental para a compreensão do processo de escrita adotado pelo escritor e uma forma de analisar como os colaboradores do periódico se comportaram diante das estratégias adotadas pela revista *Cultura Política*.

Marques Rebelo escreveu um total de 23 crônicas para o periódico getulista, sendo que nos 18 primeiros números estampou em todas as publicações seguindo a praxe adotada pela revista que era enumerar suas crônicas e não intitulá-las. "A partir do número 19, em setembro de 1942, quando há uma nova distribuição das seções na revista, englobam-se as

[63] VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 103.
[64] *Ibid.*, p. 103.

colaborações de Graciliano e Rebelo, sob o título comum de Quadros e costumes regionais[65]". Após fazer parte dessa nova seção colaborou com apenas cinco crônicas de maneira aleatória, duas em 1942 e três em 1943. Nesta seção as crônicas passaram a receber os seguintes títulos.

- Cataguazes (Minas Gerais), ano 2, n. 19, set. 1942.
- Trechos da suíte barbarense, ano 2, n. 22, dez. 1942.
- Novos trechos da suíte barbarense, ano 3, n. 24, fev. 1943.
- Fim de suíte, ano 3, n. 30, ago. 1943.
- Caderno de Viagens, ano 3, n. 33, out. 1943.

Diferentemente de Graciliano, o narrador das crônicas de Marques Rebelo trazia os fatos no momento contemporâneo. Noutras palavras, em momento algum ocultava que as temáticas discutidas em seus escritos pertenciam à época do governo do Estado Novo, inclusive, chegou citar abertamente em seus textos passagens que enalteciam a política adotada por Getúlio Vargas.

Na segunda crônica, publicada no segundo número da revista, Marques Rebelo fez uma citação ao Estado Novo e aos benefícios que esta nova maneira de governar trazia para o Brasil. "Quando foi proclamado o Estado Novo, o senhor juiz de direito [...] mandou chamar ao Foro os chefes políticos locais, que eram uns trinta. Em poucas palavras expôs-lhes a nova situação do Brasil. O regime não mais comportaria lutas partidárias[66]".

Na mesma crônica, em um trecho anterior o narrador já havia feito elogios ao aspecto inovador adotado pela política do Estado Novo.

> Em Januária também chegou, depois de 1937, o influxo renovador do Estado Novo: modificam-se os costumes locais, pelo desaparecimento das velhas figuras da politicagem, pelo retorno dos que exploravam os campos, às fazendas, ao comércio, à clínica. Um novo ambiente de tranquilidade sem temores desce sobre Januária[67].

O efeito de simultaneidade dos acontecimentos narrados com o contexto histórico vigente se dá por meio de um narrador que viaja muito e conhece vários centros urbanos do país, principalmente na região interioriana, destacando as características pitorescas do lugar,

[65] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984. p.61.
[66] REBELO, Marques. Quadros e costumes do Centro e do Sul. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n.2. abr. 1941, p. 243.
[67] *Ibid.*, p. 242.

de modo que este narrador conhece os espaços, fazendo menção à política que emergiu na atualidade, o Estado Novo.

Confome destaca o nome da seção "Quadros e costumes do Centro e do Sul", as crônicas focam tais espaços geográficos[68], com destaque para cidades de Minas Gerais, como Belo Horizonte, Montes Claros, Barbacena, Cataguazes e Itajubá, entre outras; o cronista privilegia, também, espaços do Rio de Janeiro e o Chapadão Goiano[69].

Ao ler as crônicas de Marques Rebelo para *Cultura Política*, o leitor logo percebe que o cronista valorizava o cotidiano e tentava documentar como a política se fazia presente na vida daquelas pessoas. Adotando este viés, o cronista queria deixar claro que a política do Estado Novo atingia todos os brasileiros, em todas as regiões do país, num processo de unificação não somente geográfico como também cultural.

> Tal exaltação da rotina levada pelos integrantes do núcleo familiar, a repetir-se, contínua e alegremente, todos os dias, dá ensejo à promoção de certo "brazilian way of life", promovido pelo novo regime. Enquanto o pai trabalhava, a mãe administrava a casa, os filhos estudavam e o país prosperava. Como se sabe para a retórica estadonovista, a família constituía-se na base moral e material do homem brasileiro, além de uma célula política primária, e, portanto, merecia todo amparo e a atenção do governo[70].

Nas crônicas que têm como cenário o interior do Brasil, normalmente, as citações ao governo do Estado Novo são diretas enquanto as que possuem como espaço o Rio de Janeiro há citações indiretas aos benefícios trazidos pelo governo getulista.

Mesmo fazendo menção direta ao Estado Novo e à figura de Getúlio Vargas seus textos contavam com notas do editor, que tentavam reforçar o ponto de vista do cronista enquanto as notas do editor que prececediam as crônicas de Graciliano para a seção "Quadros e costumes do Nordeste" tinham por objetivo nortear a leitura de seus escritos. Portanto, a nota do editor da crônica inaugural serve para legitimar os escritos do autor em relação a política adotada pelo governo.

---

[68] A partir da crônica número dois da seção "Quadros e costumes do Centro e do Sul" começou a ter ilustrações, como fotos legendadas e cartões postais, que situavam os lugares que o narrador percorria sob diversas óticas.

[69] Diferentemente de Graciliano Ramos que poucas vezes nomeou o espaço geográfico de suas crônicas e que, na maioria das vezes, preferia apenas situar o estado ou até mesmo a região. Entretanto, veremos com maior riqueza de detalhes essa particularidade conferida às crônicas pulicadas em *Cultura Politica* no momento em que fizermos as análises no capítulo 3.

[70] SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política*. São Paulo: T.M. Salla, 2010. 721 f. p. 440-441.

> Na sua crônica inaugural, descreve o autor a paisagem e a vida de uma das cidades mais expressivas do interior do Brasil central – Itajubá (Minas Gerais). É um pequeno pedaço do Brasil que encontramos nestas páginas. Do Brasil perdido na imensidade de si mesmo, seguindo o ritmo lento de sua história social. E é curioso ver-se, pelas palavras do autor, à certa altura de sua descrição, como a pequena cidade se sentiu, de uma hora para outra agitada pelo sopro renovador de um Brasil que ressurgia para os novos destinos, com a vitória revolucionária de 1930. Moderniza-se Itajubá, civiliza-se com a construção de prédios novos, laboratórios, obras de perfeição técnica, erguidas ali pela energia construtora do Governo. Um sopro de vida mais sadia percorre o interior brasileiro. Mas o Brasil é grande, imensamente grande; a rotina continua a espreguiçar-se com lentidão secular, porque os governos não operam milagres e a vida social brasileira tem que seguir a sua marcha natural. Se a nossa evolução política segue ritmo veloz de decênios, a nossa evolução social terá que seguir, inevitavelmente, um ritmo paciente de séculos. Porque os povos não improvisam os seus sistemas de vida: arrancam-nos de dentro de si mesmos. E se hoje vamos readquirindo a "posse de nós mesmos", há que esperar muito deste influxo vitalizador; mas há que esperar com paciência, confiando tanto na obra do tempo como na dos homens[71].

Como se pode observar, as notas do editor serviram para confirmar as mensagens e reforçar o ponto de vista de Marques Rebelo em suas colaborações com *Cultura Política*.

Diferentemente de Graciliano Ramos, Marques Rebelo publicou em livro as crônicas que saíram em *Cultura Politica* e fez várias alterações, inclusive excluindo trechos.

> Como se sabe, o conjunto das crônicas escritas para a revista do DIP foi trabalhado por seu autor para uma edição em livro publicada em 1944 por Irmãos Pongetti com o título de *Cenas da vida brasileira: Suíte n. 1*. Em 1951, Marques Rebelo acrescente uma segunda suíte à edição de *O Cruzeiro* e introduz modificações para a terceira versão (Edições de Ouro, Rio de Janeiro, s.d. Introdução de Herberto Sales)[72].

Em suas reedições, o escritor de *Oscarina* demonstrou insatisfação com o que escreveu para revista e fez diversas mudanças.

No primeiro volume da autobiografia *O espelho partido* intitulada *O trapicheiro* (1959), o autor tentou justificar a sua participação em *Cultura Política,* por meio de suas lembranças. Ele relembra fatos, utilizando pseudônimos para citar o nome das personalidades envolvidades, como Almir de Andrade que o convidou para participar do periódico getulista.

> 23 de julho
>
> Operoso Lauro Lago[73]. Eis-me convidado para colaborar na *Cultura Política*.

[71] *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1. Mar. 1941, p.232.
[72] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984. p.65.
[73] Lauro Lago é o pseusônimo de Almir de Andrade.

> - Conto com você, não conto? – telefonou-me, trabalho a que antes se dera, explicando-me que os convites eram selecionados, porém ecléticos. (cultura é cultura!) truque sediço, mas frutífero – arregimenta os adversários e debilita os adversários.
> Pensei em recusar, mas encabulei – Lauro Lago sempre me dispensou tal deferência, mostrou-se comigo sempre tão afável e cordial, quando sabia-o tão rústico, que não atinei como fazê-lo. Positivamente é uma das nossas fraquezas sentimentais a precariedade de convicções ante as investidas dos nossos amigos ou amistosos conhecidos. E a mais uma leve insistência, manhosamente na qual enumerou Venâncio Neves, Ribamar Lasotti e Gustavo Orlando[74] como nomes já integrando o corpo de colaboradores, cedi imaginando a decepção de Gasparini, a mofa de José Nicácio:
> - Sim, pode contar comigo.
> - Então para o primeirro número! Daqui a um mês estará na rua.
> - Farei o possível.
> - Olhe você podia fazer uma seção permanente. Seria mais interessante. Não tenho ideia agora qual poderia ser. Pense e me diga. Confio em você.
> - Está bem. Vou pensar.
> Os escrúpulos, porém, vieram e fico dando tratos à bola. - papagaio! Como poderei comparecer ao jornal estadonovista sem falar muito ou sem falar nada no Estado Novo?[75]

Marques Rebelo continuou a relatar em sua autobiografia particularidades de sua decisão em aceitar colaborar com *Cultura Política.* Como um dos pretextos para justificar a sua participação no periódico getulista utilizou a imagem pública de Graciliano Ramos, ex-preso político durante o governo Vargas.

> 24 de julho
>
> Procurei Pedro Morais, mas estava enfermo, retirara-se para o sítio de um parente em Itaipava. Explano minhas inquietações a Saulo, que me anima:
> - Ganhe o seu dinheiro! Você precisa e eles pagam bem. Também fui convidado. Não como colaborador permanente. E também não me neguei. E não só eu aceitei. Quase todos que foram solicitados. O ínclito democrata Gustavo Orlando foi dos primeiros.
> - Lauro Lago me disse.
> - Pois é. Dos primeiros. Vai escrever umas vinhetas da vida nordestina. Sabe duma coisa? Porque você não faz também umas cenas da vida sulista? Ficaria engraçado.
> A ideia caiu em terra necessitada[76].

É possivel concluir que Marques Rebelo justificou sua participação na revista getulista pela amizade que nutria com Almir de Andrade e pelo fato de outros colaboradores terem aceitado o convite, inclusive Graciliano Ramos, pois, além da remuneração, *Cultura*

[74] Gustavo Orlando foi o pseudônimo utilizado por Marques Rebelo para se referir a Graciliano Ramos.
[75] REBELO, Marques. *O Trapicheiro*. São Paulo: Livraria Martins, 1959, p. 412-413.
[76] *Ibid.*, p. 413.

Política trazia reconhecimento aos seus colaboradores, uma vez que reunia uma gama seleta dos mais influentes intelectuais daquela época. Todavia, embora o direcionamento político da revista pretendesse, com a presença de Graciliano, encarregado de mostrar a vida nordestina, e Marques Rebelo, representante do cotiadiano da região centro-sul, apresentar um conjunto de imagens idílicas dos costumes e comportamentos do brasileiro, diferente de Graciliano, Marques Rebelo discutia abertamente o regime, sem pesar nas palavras, contribuindo mais abertamente com a proposta da revista.

Capítulo II

O PERCURSO INTELECTUAL, ARTÍSTICO E POLÍTICO DE GRACILIANO RAMOS

Graciliano Ramos de Oliveira nasceu em 27 de outubro de 1892, em Quebrangulo, pequeno município de Alagoas, onde predominava a lei do coronelismo. Dois anos após seu nascimento, a família deixou a cidade e fixou residência na fazenda Pintadinho, no município de Buíque, no sertão de Pernambuco. Passou grande parte de sua infância na fazenda, presenciando a seca, a fome, a peregrinação do nordestino e o descaso das autoridades para com a sua gente.

Anos mais tarde, a família foi para Viçosa, região da mata de Alagoas, um local com água em abundância que possuía uma grande quantidade de engenhos de cana de açúcar. Essa região foi, portanto, um cenário importante para a formação literária e intelectual de Graciliano, uma vez que a cidade contava com literatos importantes como Otávio Brandão, José Maria de Mello, Teotônio Vilela, Mota Lima, Téo Brandão, Cícero Vasconcelos, Alfredo Brandão, José Aloísio Vilela, entre outros. Foi em Viçosa que o menino Graciliano Ramos publicou em 1904, o seu primeiro conto, intitulado "O Pequeno Pedinte", no *Dilúculo*, pequeno órgão do Internato alagoano, local onde Graciliano cursava os estudos[77].

A verdade é que, desde muito jovem, Graciliano teve contato com a leitura e sempre se mostrou um verdadeiro apaixonado por livros. Logo, tornou-se um frequentador assíduo da biblioteca do tabelião Jerônimo Barreto, em Viçosa, onde encontrava todo tipo de obras. "Pelas mãos de Jerônimo, seria apresentado a índios, reis, príncipes, aventureiros, vilões e sedutoras donzelas[78]".

O jovem amante da literatura foi, em 1905, para Maceió e lá frequentou o colégio Quinze de Março, um estabelecimento tradicional de Alagoas, dirigido pelo professor Agnelo Marques Barbosa. No ano de 1906, redigiu o periódico quinzenal *Echo Viçosense*, que só teve dois números publicados, pois o seu mentor intelectual, Mário Venâncio, se suicidou, episódio que trouxe muita amargura e tristeza para Graciliano. Neste mesmo ano, publicou sonetos na revista carioca *O Malho*, sob o pseudônimo de Feliciano de Olivença.

Com apenas dezesseis anos, colaborou no *Jornal de Alagoas*, publicando o soneto "Ceptico", como Almeida Cunha. Neste mesmo jornal publicou diversos textos usando, sempre vários pseudônimos, como Soares de Almeida Cunha e Lambda. Paralelamente às

[78] MORAES, Denis. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p. 17.

suas colaborações no *Jornal de Alagoas,* ocorriam publicações regulares em *O Malho*, como sempre fazendo uso de pseudônimos, no caso, Soeiro Lobato e Soares de Almeida Cunha.

Contudo, Graciliano ficou conhecido como o homem de Palmeira dos Índios, mesmo chegando a esta terra já com 18 anos, em 1910. Neste local, a família fixou residência e teve como ocupação principal uma loja de tecidos. Em 1911, colaborou no *Correio de Maceió*, utilizando como pseudônimo para seus escritos Soeiro Lobato.

Cada vez mais mergulhado no mundo das letras, o jovem começou a cogitar a possibilidade de ir para o Rio de Janeiro, lugar propício para os intelectuais que almejavam seguir carreira literária. Em agosto de 1914 foi para o Rio de Janeiro com o intuito de tentar uma carreira literária na imprensa. De início, trabalhou como revisor dos jornais cariocas *Correio da Manhã*, *A Tarde* (suplente de revisor) e *O Século*, colaborando ao mesmo tempo com o jornal fluminense *Paraíba do Sul* e com o alagoano *Jornal de Alagoas*, assinando "R.O." (Ramos de Oliveira)[79]. Anos mais tarde, estas publicações de Graciliano foram reunidas na obra póstuma *Linhas Tortas* (1962).

Em 1915 retornou às pressas a Palmeira dos Índios, pois três irmãos, Otacília, Leonor e Clodoaldo, e o sobrinho Heleno haviam sido dizimados por uma epidemia de peste bubônica que trouxe sofrimentos e mortes a Palmeira dos Índios. Por esta época surgiu na vida de Graciliano Maria Augusta, jovem moça, conhecida da família, com quem se casou no mesmo ano.

Neste mesmo ano, assumiu a loja de tecidos da família, deixando de lado as suas colaborações literárias. Com a primeira esposa Graciliano viveu momentos de tranquilidade e respeito, nutrindo por ela um elo de companheirismo e dedicação[80]. Com Maria teve quatro filhos: Márcio, Júnio, Múcio e Maria Augusta, vindo a esposa a falecer, com apenas vinte e seis anos, no parto de Maria Augusta, deixando Graciliano com quatro crianças pequenas para cuidar.

Durante o seu casamento com Maria Augusta não há relatos e informações de que tenha contribuído com as letras. O escritor, neste período, andava atarefado com a loja de tecidos da família e após a morte da esposa, também, não se dedicou à literatura, pois a preocupação imediata eram os cuidados que deveriam ser dados aos filhos pequenos, que se encontravam órfãos. Mesmo durante esta fase, que passou em Palmeira dos Índios, sem colaborar ativamente com o mundo literário, o escritor não deixou de ler e reler autores que

[79] http://graciliano.com.br/site/vida/biografia/. Acesso: 30/06/2013.
[80] SILVEIRA, Paulo de Castro. *Graciliano Ramos: nascimento, vida, glória e morte.* Alagoas: Fundação Teatro Deodoro FUNTED, 1982, p. 47.

tanto estimava como Eça de Queirós, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Euclides da Cunha e Graça Aranha.

Em 1921, o vigário de Palmeira dos Índios, padre Macedo, fundou o semanário *O Índio*, que Graciliano com os pseudônimos J. Calisto, Anastácio, Anacleto, J.C. e Lambda colaborou na seção "Traços a esmo".

O retorno de suas colaborações com a imprensa fez com que voltasse a desejar morar no Rio, mas logo desistiu ao relembrar das quatro crianças pequenas que estavam sob sua tutela. Sem muitas opções resolveu recomeçar a carreira literária em um interior isolado e esquecido, mas que serviu de inspiração para o seu primeiro romance, *Caetés*.

Graciliano Ramos encontrou, mais uma vez, na literatura o seu refúgio, pois com a ficção o autor criou, recriou, escreveu e reescreveu a vida de suas personagens, que se entrecruzaram com o drama da existência humana.

Em meados de 1925, Graciliano era visto nos fundos da loja ou em casa rascunhando papéis que colocavam em foco o cotidiano monótono de uma cidade do interior nordestino. A personagem que se construía era João Valério, um dos eixos principais da obra que seria publicada mais tarde como *Caetés*.

Em 1926, Graciliano foi eleito presidente da Junta Escolar de Palmeira dos Índios, ofício este que não lhe rendia lucros, mas que ocupava seu tempo e sua mente. Logo, percebeu as dificuldades que enfrentaria, porque as escolas estavam em mau estado e mal instaladas, ao ponto, que cada aluno tinha que levar sua própria mesa e cadeira e o professor fazia o que podia para manter a sala de aula em funcionamento. Graciliano Ramos, como sempre, enquanto ocupou o cargo, se mostrou um presidente preocupado e engajado na melhoria da educação de Palmeira dos Índios.

Por esta época, a vida de Graciliano não se alteraria apenas no campo literário, com a elaboração de *Caetés*, mas também no aspecto amoroso e político. No final de 1927, conheceu Heloísa Leite de Medeiros, na época com apenas 17 anos e logo se casaram, em 16 de fevereiro de 1928.

O casal, com frequência, trocava correspondências. Em uma das cartas enviadas a Heloísa, datada de quatro de fevereiro de 1928, em resposta a um elogio da namorada em relação as suas qualidades literárias, Graciliano desconversa afirmando que não se entregaria a ocupações condenáveis: "Pensarás acaso que eu, quitandeiro e homem de ordem, me entregue a ocupações tão censuráveis?[81]".

[81] RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1982, p. 102.

De certo modo, colocou em prática o seu pessimismo literário, pois já dedicava grande parte do seu dia à criação de *Caetés.*

Assim, como o renascer para a vida amorosa foi inesperado, o mesmo aconteceu com a carreira política. Em 1927, foi eleito prefeito de Palmeira dos Índios e assumiu a prefeitura no dia sete de janeiro de 1928.

A sua trajetória, até chegar de fato ao posto de prefeito, sucedeu-se de maneira inusitada. Sem ao menos esperar, viu o seu nome cogitado para ser o novo candidato a prefeito nas eleições de 1927. A verdade é que a cidade vivia uma desavença política que trouxe muito sangue e discórdia, como o assassinato do prefeito Lauro de Almeida Lima, e do fiscal de tributos João Ferreira de Gusmão e Melo. Prontamente, diante de tal problemática, as forças políticas se reagruparam, dentre eles os irmãos Cavalcanti, que dominavam a política na cidade havia quatro décadas e indicaram o nome de Graciliano, pois segundo eles o escritor havia feito um trabalho bem sucedido como presidente da Junta Escolar e passou a ser visto por muitos como um homem íntegro, honesto e, acima de tudo, austero.

Quando comunicaram ao escritor que cogitavam o seu nome como candidato, ele hesitou, já que desejava apenas finalizar *Caetés* e sabia que assumir a prefeitura lhe tomaria muito tempo e renderia terríveis dores de cabeça. De imediato, recusou o convite, até que quando todos menos esperavam voltou atrás e aceitou, sendo eleito com 433 votos, no dia sete de outubro de 1927.

Eleito, Graciliano perceberia que as dores de cabeça seriam piores do que as que ele imaginava que pudesse sentir. Noutras palavras, o balancete financeiro deixado por seu antecessor não fechava e era preciso tomar medidas drásticas. Assim, instruiu os fiscais para que cobrassem os tributos com vigor, inclusive dos poderosos. Outra medida tomada pelo novo prefeito foi a limpeza das ruas onde proliferavam animais imundos e doentes que deviam ser recolhidos. Aquele que desacatasse a nova ordem era multado, inclusive Graciliano chegou a multar o próprio pai[82].

De fato, o escritor desenvolveu uma administração séria, íntegra e honesta, ou seja, não trabalhava por troca de favores ou em benefício dos que se achavam no direito de utilizar os recursos da prefeitura. Logo, o seu comportamento enérgico trazia credibilidade junto à população que valorizava a rigidez e a exatidão de suas atitudes.

[82] MORAES, Denis. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p. 57-8.

Durante o seu mandato, enviou dois relatórios ao governador do estado. O primeiro, de 1929[83], trazia o balanço e as informações sobre a administração referentes ao ano de 1928; ele estava dividido em vinte partes, a saber: Começos, Receita e Despesa, Poder Legislativo, Iluminação, Obras Públicas, Eventuais, Cemitério, Escola de música, Funcionários da justiça e da polícia, Administração, Arrecadação, Limpeza pública – Estradas, Posto de Higiene, Viação, Estrada de Palmeira de Fora, Outra Estrada, Terrapleno da Lagoa, Dinheiro Existente, Leis municipais e Conclusão.

O segundo relatório, de 1930, trazia o balanço e as informações sobre a administração referentes ao ano de 1929 e também estava dividido em vinte partes: Receita, Despesa, Administração, Gratificações, Cemitério, Iluminação, Higiene, Instrução, Uma dívida antiga, Viação e Obras públicas, Estrada Palmeira a Santana, Terrapleno da Lagoa, Saldo, Produção, Miúdezas, Bons companheiros, Multas, Reformadores, Pobre povo sofredor e Projetos.

Mesmo tendo vinte subdivisões e tratando da esfera pública, o relatório de Graciliano mostrou uma ruptura com a linguagem, com a forma e com o modelo até então seguidos à risca nos relatórios enviados às instituições públicas. O que se observou é que a formalidade desapareceu cedendo lugar a uma linguagem que oscilava entre a objetividade e subjetividade, revelando um cidadão prefeito escritor.

Desta forma, as críticas apresentadas por Graciliano Ramos nos seus dois relatórios revelaram que o prefeito considerava o orçamento da cidade escasso, mas com suas manobras administrativas conseguiu realizar alguns projetos e obras como: a instalação de um posto de higiene, o conserto e construção de algumas estradas, a reparação de ruas esburacadas, a aquisição de ferramentais e a montagem de uma oficina, a construção de um muro no edifício da prefeitura, entre outras coisas.

A publicação do primeiro relatório no *Diário Oficial* causou uma grande agitação, pelo fato de ter sido enviado ao governador num formato inusitado para um texto desse gênero, embasado em uma linguagem, muitas vezes, repleta de subjetividade, em um documento em que deveria constar basicamente uma linguagem objetiva, típica de um arquivo oficial do estado de Alagoas. Diante de tal situação inusitada, o relatório ganhou as páginas de vários jornais de Alagoas e até mesmo do Rio de Janeiro, sendo publicado na íntegra ou parcialmente.

[83] Além de enviar os famosos relatórios no ano de 1929, Graciliano também foi contemplado com a chegada do primeiro filho com Heloísa, Ricardo de Medeiros Ramos, que nasceu em Palmeira dos Índios.

> Pelo estilo inusitado, a prestação de contas do prefeito, publicada no *Diário Oficial*, causaria sensação. Para o *Jornal de Alagoas*, tratava-se de "documento dos mais expressivos e interessantes". Numa reação em cadeia, outros periódicos alagoanos – *O Semeador* e o *Correio da Pedra* – o transcreveriam. Até no Rio de Janeiro havia eco. *O Jornal do Brasil* e *A Esquerda*, dirigido por Pedro Motta Lima, publicariam trechos[84].

Este relatório, como se sabe, chegou às mãos de Augusto Frederico Schmidt, poeta e responsável pela Livraria Schmidt Editora, uma das maiores editoras da época, que contava com escritores renomados como José Geraldo Vieira, Marques Rebelo, Lúcio Cardoso, Jorge Amado, Cornélio Pena, entre outros.

Schmidt quando leu o relatório ficou impressionado com a qualidade literária do texto de Graciliano e entrou em contato com o escritor por meio de um telegrama, afirmando que desejava publicar um romance de sua autoria. Tempos depois a editora começou a edição de *Caetés*, o primeiro romance do autor que estava há tempos guardado em uma gaveta.

> Ao fim e ao cabo, esses dois relatórios tiveram o condão de revelar um escritor de pulso forte, que interessou a Augusto Frederico Schmidt, poeta e editor do Rio de Janeiro, que desconfiou da existência de algum romance na gaveta do prefeito sertanejo. Foi ele que, depois de várias peripécias e algum atraso, publicou *Caetés.*[85].

Não se pode negar que Graciliano sempre teve uma relação com a literatura, desde a experiência de leitura na infância até os primeiros escritos. Contudo, é por meio do espaço público e do político, dos famosos relatórios enviados ao governador enquanto era prefeito em Palmeira dos Índios, que o escritor passou a ser reconhecido no mundo literário e cultural. A década de 1920 foi um período importante e decisivo na vida de Graciliano, uma vez que escreveu *Caetés* e foi eleito prefeito em Palmeira dos Índios.

Graciliano Ramos, que já exercia a escrita literária e jornalística, a partir do momento em que desempenhou a função de prefeito em Palmeira dos Índios, passou a ser funcionário do Estado. Este foi o primeiro de tantos outros cargos exercidos por Graciliano como homem público[86].

---

[84] MORAES, Denis. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p. 63.

[85] FACIOLI, Valentim. Um homem bruto da terra. In: Garbuglio, José Carlos; BOSI, Alfredo e FACIOLI, Valentim. *Graciliano Ramos.* São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 42-43.

[86] Conforme veremos neste tópico, além de Prefeito em Palmeira dos Índios, Graciliano exerceu o cargo de Diretor da Imprensa Oficial de Alagoas, Diretor da Instrução pública de Alagoas, Inspetor Federal de Ensino Secundário e colaborou em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, organizada pelo DIP.

Entretanto, nem mesmo a calorosa recepção de seus relatórios impediu Graciliano de renunciar o cargo de prefeito em 1930[87]. Desempregado, aceitou o convite do governador Álvaro Paes para assumir em Maceió a direção da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas.

Graciliano, porém, não tolerava a rotina burocrática e, por isso, pediu demissão no dia 26 de dezembro de 1931. Sem perspectiva de emprego na capital, resolveu retornar a Palmeira dos Índios, deixando a mulher e os filhos na casa do sogro em Maceió.

Entre os anos de 1930 e 1933 colaborou com o *Jornal de Alagoas.* Em 1931, publicou um capítulo do romance *Caetés* e as crônicas "Sertanejos", "Chavões", " Milagres" e "Lampião" na revista *Novidade.*

É neste momento de recomeço que Graciliano inicia, em 1932[88], o romance *São Bernardo*. Por ironia, um ateu declarado, contou com o apoio do padre Macedo para dar vida ao seu romance. Noutras palavras, diariamente se dirigia à silenciosa sacristia da igreja de Nossa Senhora do Amparo, em Palmeira dos Índios, para compor os primeiros capítulos de *São Bernardo*, que foi concluído naquele mesmo ano.

Com o romance *São Bernardo* quase finalizado, retornou a Maceió para reencontrar esposa e filhos. Em janeiro de 1933, foi convidado pelo capitão e literato, Afonso de Carvalho, para assumir a função de diretor da Instrução Pública de Alagoas, cargo equivalente a secretário estadual da Educação. Aceitou o convite sem delongas, mesmo porque não tinha muitas opções de escolha naquele momento. Neste mesmo ano, ainda, foi contratado para ser redator do *Jornal de Alagoas.*

Após uma longa espera, finalmente, o romance *Caetés* foi publicado, em 1933, pela editora Schmidt. E. Em 1934, foi publicado o seu segundo romance *São Bernardo*, pela editora Ariel. Já, em 1935, iniciou a escritura do seu terceiro romance, *Angústia*.

Contudo, a movimentação política, desde 1935, tinha deixado o país em alerta e os membros ou aqueles com relações ou suspeitas de ligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) começaram a ser cada vez mais observados. Assim, contando com o apoio do exército, Getúlio Vargas decretou estado de sítio, e algumas pessoas passaram a ser perseguidas. Desta forma, no início de 1936, Graciliano percebeu que a sua presença estava incomodando e, logo, solicitaram-lhe que pedisse afastamento do cargo, pois não queriam demiti-lo sem motivo.

[87] Em 1930, quando Graciliano renunciou ao cargo de prefeito em Palmeira dos Índios, nasceu o seu segundo filho com Heloísa em Palmeira dos Índios, Roberto de Medeiros Ramos, mas infelizmente a criança morre com poucos meses de vida. Em 1931, nasceu a terceira filha do casal, Luiza de Medeiros Ramos, em Maceió.
[88] No ano de 1932, nasceu em Maceió a quarta filha do casal, Clara de Medeiros Ramos.

Enquanto trabalhava no nordeste e publicava suas obras por editoras cariocas, uma agitação política tomou conta do país e atingiu Graciliano Ramos. O governo, usando como pretexto a manutenção da ordem pública, começou a controlar e repreender os comunistas e os possíveis simpatizantes do movimento. Portanto, foi a simpatia demonstrada por Graciliano Ramos ao comunismo, que ocasionaria a sua prisão em 1936. De fato, já havia, desde os anos da prefeitura, certa inquietação em relação a sua figura, uma vez que foi um prefeito de pulso forte, que tentava, apesar das dificuldades, administrar com imparcialidade a prefeitura, o que ocasionou a inimizade com grande parte da elite local. À frente da Instrução Pública de Alagoas e, também, como literato tomou algumas decisões que aborreceram pessoas importantes, conforme aponta Valentim Facioli no ensaio "Um homem bruto da terra", na obra *Graciliano Ramos*, organizada por José Carlos Garbuglio, Alfredo Bosi e Valentim Facioli.

> Graciliano tomou algumas iniciativas que desagradaram a muita gente. Primeiramente manda distribuir comida, roupas, sapatos e material escolar, gratuitamente, às crianças pobres da rede oficial. Contrapõe-se ao interventor, que queria a todo custo abrir escolas a torto e direito, certamente a fim de expandir não o ensino, mas a clientela eleitoral, os pistolões, o favoritismo. Trata de efetivar as professoras da zona rural, consideradas matutas e ignorantes pelas normalistas da capital, com o que exacerba ódios e ressentimentos. Em 33 havia saído Caetés, e no final de 34, São Bernardo. Evidentemente, nenhum dos dois romances seria recomendável para o perfil de um educador, especialmente no quadro provinciano do nordeste da década de 30. Além do mais, Graciliano convivia com um grupo de intelectuais em que havia vários conhecidos como esquerdistas e comunistas: Rachel de Queirós, José Auto de Oliveira, Jorge Amado etc[89].

Portanto, estas atitudes de Graciliano levaram-no a ser demitido do cargo de diretor da Instrução Pública sendo logo, em seguida preso, no dia 3 de março de 1936, sem a mínima explicação. "De fato, não havia motivos concretos para a prisão. Tanto que Graciliano jamais seria processado ou acusado publicamente por algum deslize[90]". Não existia uma denúncia específica contra o autor de *Caetés*; o que havia, certamente, era uma acusação contra um homem tido como "perigoso" diante dos princípios governamentais. Como se sabe, os posicionamentos assumidos em seus cargos públicos e em seus romances e contos não glorificavam o novo governo.

[89]FACIOLI, Valentim. Um homem bruto da terra. In: Garbuglio, José Carlos; BOSI, Alfredo e FACIOLI, Valentim. *Graciliano Ramos.* São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 52.
[90] MORAES, Denis. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p. 113.

Sob a tutela do governo, Graciliano foi, inicialmente, levado a Recife e, depois, conduzido ao seu destino final: Rio de Janeiro, a bordo do vapor *Manaus*, juntamente com outros presos. Foram momentos difíceis, pois enfrentou descaso, dores físicas e emocionais. "Na barafunda do porão, havia também vagabundos e ladrões. As diferenças sociais suprimiam-se[91]". No navio não havia privilégios, todos ali eram vistos como animais que se amontoavam em busca de um espaço naquele ambiente que não possuía a mínima condição de higiene e pudor: "Graciliano sofreria com a comida intragável, o odor insuportável de urina, os enjoos, as dores na perna operada anos antes e uma hemorragia intestinal[92]".

Após longos dias sobrevivendo sob um calor insuportável, chegou, finalmente, à baía de Guanabara em 14 de março de 1936. Heloísa, quando ficou sabendo da transferência do marido para o Rio de Janeiro, resolveu ir sozinha atrás dele com apenas um conto de réis. Graciliano ficou preocupado, pois a esposa poderia ter problemas financeiros e com a polícia. Além destas preocupações, o autor ainda tinha dúvidas de como seria o seu recomeço profissional.

Anos mais tarde, na obra póstuma *Memórias do Cárcere* o escritor comentou essas sobre estas dúvidas, que não saíam da sua cabeça: "Quando me soltassem, ver-me-ia forçado a trabalhar com óculos. Trabalhar. Trabalhar em quê? Achava-me vazio, imprestável. Desânimo, burrice. Lá fora não conseguiria fazer nada[93]".

Outra preocupação, ainda, tomava conta de Graciliano: o romance *Angústia*. Quando foi preso já havia terminado o livro, mas não tinha enviado ao Rio de Janeiro, porque ainda faltava conferir a cópia datilografada com os manuscritos. Todavia, quando a esposa comunicou que tinha enviado a obra para a editora José Olympio, o mesmo ficou em êxtase, mas escondeu a sua satisfação, pois insistia em acreditar que a sua história não tinha valor e estava repleta de repetições.

Feliz engano o seu, isto porque, quando deixou a prisão, após dez meses e dez dias, na manhã do dia 13 de janeiro de 1937, percebeu que *Angústia* tinha tido uma ótima repercussão entre os críticos e estudiosos literários. Todos os companheiros e familiares de Graciliano estavam contentes com o sucesso do livro, menos ele que estava a "praguejar pelos cantos pelas vírgulas esquecidas na composição e por palavras trocadas no texto publicado. Artifício para esconder-se dos elogios[94]".

---

[91] MORAES, Denis. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p. 118.
[92] *Ibid.*, p. 118.
[93] RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Livraria Martins, 1970, volume 1, p.58.
[94] MORAES, Denis. *Op. cit*, p. 142.

Livre, além de esconder-se dos elogios, almejava, também, ocultar as humilhações e os sofrimentos enfrentados na prisão. Contudo algumas marcas ainda o acompanhavam: *"*Recebido com carinho, Graciliano não escondia as marcas deixadas por dez meses e dez dias de cárcere: fios de cabelos grisalhos, o corpo muito magro, rugas e olheiras a sobrecarregá-lo de anos[95]".

Anos mais tarde, o escritor Homero Senna no capítulo intitulado "Revisão do Modernismo", do livro *Graciliano Ramos: coletânea organizada por Sônia Brayner e dirigida por Afrânio Coutinho*, transcreve uma entrevista realizada com Graciliano que foi publicada pela primeira vez na *Revista do Globo*, n.º 473, de 18 de dezembro de 1948. Num dos trechos da conversa, o escritor de *Angústia* relatou de coração aberto as suas diversas experiências no cárcere e a sua permanência em solo carioca após a sua liberdade.

> E depois de uma pausa:
> - Permaneci no cargo até 3 de março de 1936. Em 1933 Schmidt lançara *Caetés*, que eu trazia na gaveta desde muito tempo. Naquele dia do mês de março de 1936, porém, sem qualquer explicação, fui preso e remetido para o Recife, onde passei dez dias incomunicável. Depois fui metido no porão do "Manaus" e vim para cá. Tive dez ou doze transferências de cadeia.
> - Qual o motivo da prisão?
> - Sei lá! Talvez ligações com a Aliança Nacional Libertadora, ligações que, no entanto, não existiam. De qualquer maneira, acho desnecessário rememorar estas coisas, porque tudo aparecerá nas Memórias da prisão, que estou compondo.
> - Foi assim, então que veio para o Rio?
> - Foi. Arrastado, preso.
> - Mas valeu a pena, não?
> - Sinceramente, não sei. Nunca tive planos na vida, muito menos planos de sucesso. Depois daquela experiência da mocidade, o Rio não me atraia. No entanto vim, no porão do "Manaus", e aqui vivo[96].

Graciliano decidiu ficar no Rio de Janeiro. José Lins do Rego, grande amigo e companheiro, introduziu Graciliano nos redutos da intelectualidade carioca e também hospedou Graciliano em sua casa até o mesmo se recuperar dos traumas da prisão. Todavia, quando decidiram permanecer definitivamente no Rio Janeiro, foram para uma pensão muito simples. Heloísa, por sua vez, passou um tempo com o marido e depois voltou a Alagoas com o intuito de trazer os filhos. Contudo, em sete de maio de 1937, a esposa receberia uma carta em que o marido se dizia desorientado com a perspectiva da família vir morar no Rio de

[95] MORAES, Denis. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p. 152.
[96] SENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia (Org.) e COUTINHO, Afrânio (Dir.). *Graciliano Ramos* (Coleção Fortuna Crítica 2). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 53.

Janeiro, pois se encontrava numa pensão com pouco dinheiro no bolso, mesmo já tendo algum reconhecimento literário enquanto escritor, principalmente devido à repercussão de *Angústia*.

Apesar das dificuldades financeiras, a esposa retornou ao Rio trazendo as duas filhas mais novas, Clara e Luísa. Todos passaram a viver desconfortavelmente em uma pensão que era paga mensalmente e com muita dificuldade, pois o magro orçamento vinha dos poucos rendimentos adquiridos de publicações em livros e de colaborações em jornais e revistas.

Escreveu para *Observador Econômico e Financeiro*, *Dom Casmurro*, *O jornal*, *Revista do Brasil*, *Lanterna Verde* e, por indicação de Rodrigo Mello Franco, fez as legendas das gravuras do Serviço do Patrimônio Histórico[97].

A venda de textos para a imprensa, dada a necessidade de sua rapidez, fez com que o autor não pudesse colocar em prática a técnica que tanto gostava de adotar em seus livros, que era a reescritura. Portanto, o escritor reconhecido pela crítica como criador de obras de qualidade cedia lugar a um escritor que vivia com a urgência de escrever para ter material a ser vendido em um tempo e um espaço delimitado.

Ainda em 1937, textos independentes foram escritos e publicados na imprensa nacional e internacional. O primeiro conto baseado no sacrifício de um cachorro, que o próprio autor viu quando ainda criança no sertão de Pernambuco na fazenda seu avô, foi enviado para *O jornal* e para o jornalista argentino Benjamín Garay.

Em correspondência, enviada a Garay[98], em 11 de maio de 1937, Graciliano discursa a respeito desse material:

> Mandei-lhe há dias um conto, que não sei se lhe agradou e foi metido em qualquer jornal ou revista daí.
> Enquanto espero a resposta, remeto-lhe outra história, um negócio de bicho, de alma de bicho.
> Será que bicho tem alma? Deve ter qualquer coisa parecida com isso, qualquer coisa que dê para a gente receber um cheque. Tenha a bondade de examinar essa questão psicológica e financeira, meu caro Garay. Veja se a alma da minha cachorra vale alguns pesos aí numa redação ou em sociedade protetora de animais.
> Caso você resolva traduzi-la para o espanhol, faça-me o favor de mandarme o número de jornal que a trouxer[99].

[97] Este último emprego representa um vínculo com a esfera pública governamental.

[98] Jornalista argentino que trabalhou no Rio de Janeiro e em São Paulo e que em Buenos Aires fazia a ponte cultural entre os dois países. Graciliano teve contato com Garay em 1935, quando o argentino pediu ao brasileiro que enviasse um de seus escritos, na época. Graciliano estava atarefado com a escrita de *Angústia* e enviou uma carta relatando da impossibilidade de conciliar as duas ocupações. Contudo, Garay em resposta afirmou que o seu interesse era pelos contos, assim, Graciliano atendeu o desejo do argentino e enviou um conto que foi publicado em *El Hogar*.

[99] MAIA, Pedro Moacir. *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raul Navarro*. Salvador: EdUFBA, 2008, p.49

Escrevendo de madrugada, enquanto os filhos dormiam, ele conseguiu reunir os contos e concluir o romance, que seria publicado em 1938 pela editora José Olympio e receberia o título de *Vidas Secas*.

O biógrafo Dênis de Moraes observa que o processo de composição do romance *Vidas Secas* em forma de contos e publicado fragmentariamente em diversos periódicos decorreu por razões financeiras:

> A conta da pensão e as despesas com a vinda da família o obrigariam a escrever os capítulos como se fossem contos. Era um artifício para ganhar dinheiro, publicando-os isoladamente em jornais e revistas, à medida que os produzia. Ás vezes, republicaria o mesmo conto, com título alterado, em outros periódicos. Dos 13 capítulos, oito sairiam nas páginas de *O Cruzeiro*, *O Jornal*, *Diário de Notícias*, *Folha de Minas* e *Lanterna Verde*, além de *La Prensa*, de Buenos Aires, através de Garay[100].

Enquanto escrevia contos que eram enviados para a imprensa, escreveu, ainda em 1937, a obra infantil *A Terra dos Meninos Pelados*, que lhe rendeu no mesmo ano a primeira colocação em concurso do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Quando foi fazer a sua inscrição, encontrou com o ministro da Educação, Gustavo Capanema, que o reconheceu e, inclusive, o cumprimentou. Todavia, Graciliano se retraiu e evitou o contato. Ainda no dia da inscrição, conversou sobre o edital do concurso com o chefe de gabinete de Capanema, Carlos Drummond de Andrade, que se tornaria seu grande amigo.

Graciliano Ramos, quando encontrou com José Lins do Rego, comentou o caso com o amigo, que o repreendeu, pois segundo o autor de *Fogo Morto*, Gustavo Capanema era aberto ao diálogo e tinha o costume de nomear os intelectuais para cargos importantes do governo. Graciliano, que havia saído recentemente da prisão, discordou do posicionamento de José Lins, conforme pode ser observado na carta, enviada à esposa, em 28 de fevereiro de 1937:

> Vi lá, num corredor, o nariz e o beiço caído de s. excia. o sr. Gustavo Capanema. Zé Lins acha excelente a nossa desorganização, que faz que um sujeito esteja na Colônia hoje e fale com ministros amanhã; eu acho ruim a mencionada desorganização, que pode mandar para a Colônia o sujeito que falou com o ministro[101].

[100] MORAES, Denis. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p. 162.
[101] RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1982, p. 178.

Como fica claro, Graciliano Ramos, neste momento, discoradava desta duplicidade que se instaurava no plano governamental, que era recrutar os mais variados tipos de intelectuais, independente dos mesmos outrora terem sido perseguidos ou até mesmo presos pelo governo.

Mesmo inserido nos redutos da intelectualidade e publicando obras importantes no cenário literário nacional, o escritor de *São Bernardo* ainda enfrentava grandes problemas financeiros. Graciliano Ramos em entrevista, já citada, concedida a Homero Senna, falou sobre a rentabilidade advinda da profissão de escritor no Brasil e afirmou que não acreditava na possibilidade de um escritor poder viver somente à custa de seus direitos autorais.

> - Já se pode viver, no Brasil, da profissão de escritor?
> - Não creio. A última edição das minhas obras rendeu-me 50 contos. Da edição americana de *Angústia*, recebi 10 contos apenas. Tenho também três livros traduzidos para o espanhol. Mas os negócios na Argentina e no Uruguai andaram mal[102].

O pequeno orçamento não se alteraria nos anos seguintes. Sem emprego fixo, a atividade profissional de Graciliano Ramos se resumia a escrever contos e crônicas, pedido às pressas por periódicos, que lhe pagavam alguns contos de réis, destinados ao pagamento das despesas domésticas.

Em 1938, escreveu sobre as lembranças da infância, sendo o primeiro texto publicado no *Diário de Notícias* com o título "Samuel Smiles".

Em 1939, saiu pela editora Globo, de Porto Alegre, *A terra dos meninos pelados*[103]. Apesar de todo o sucesso de crítica, *Vidas Secas* não lhe rendeu muitos retornos financeiros e a preocupação financeira permaneceu.

Ainda nesse ano, Carlos Drummond de Andrade[104] sabendo das dificuldades financeiras enfrentadas por Graciliano, conseguiu junto a Gustavo Capanema a nomeação do

[102]SENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia (Org.) e COUTINHO, Afrânio (Dir.). *Graciliano Ramos* (Coleção Fortuna Crítica 2). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 53.
[103] Única obra do autor de literatura infantil.
[104] Em meados dos anos de 1920, em Belo Horizonte, com apenas 20 anos de idade, Drummond se inseriu no grupo de intelectuais constituído por Gustavo Capanema, Milton Campos, Adgar Renault, Emílio Moura, Alberto Campos, Mário Cassanta, João Alphonsus, Batista Santiago, Aníbal Machado, Pedro Nava, Gabriel Panos, Heitor de Souza e João Pinheiro Filho. Estes intelectuais mineiros, inclusive Drummond tinham uma ligação com a política e a cultura; e a habilidade política do poeta mineiro não demorou a brotar, pois logo veio o convite para participar da Secretaria do Interior em 1930, ficando quatro anos na gestão de Cristiano Machado, prefeito de Belo Horizonte, entre 1926 e 1929 e Secretário do Interior de Minas em 1930. Drummond, ainda, atuou como chefe de gabinete do Ministério Capanema, no Governo do Presidente Getúlio Vargas de 1934 a 1945 fazendo parte da "constelação" de Capanema, conforme destaca Bomeny. A sua participação foi muito questionada, o mesmo como uma forma de defesa se definia como "poeta-funcionário" e afirmava que a sua atuação no ministério no governo Vargas era por razões pessoas com o ministro Gustavo Capanema e que os

escritor como Inspetor Federal de Ensino secundário do Rio de Janeiro: "Capanema, em plena política de atração de intelectuais para a órbita do MEC, levaria o decreto pronto para Getúlio Vargas assiná-lo[105]".

Nesse sentido, uma duplicidade se instaurava. De um lado, um ex-preso político trabalhando no Ministério da Educação, instituição controlada pelo Estado Novo; do outro, um ditador nomeando um homem que fora fichado na polícia na fase anterior do seu governo. Cada qual tinha os seus motivos para aceitar essa situação embaraçosa. Graciliano almejava um emprego fixo que pudesse contribuir com os rendimentos escassos que vinham de suas colaborações e publicações. Vargas, por sua vez, desejava recrutar intelectuais que pudessem contribuir para a credibilidade do Estado Novo.

Graciliano Ramos não foi o único nome de renome a fazer parte da famosa "Constelação de Capanema". Outros intelectuais brasileiros também colaboraram com o Ministério da Educação durante o Estado Novo, principalmente, como inspetores federais de ensino: Manuel Bandeira, Murilo Mendes, Henriqueta Lisboa, dentre outros.

Juntamente com o novo ofício e a publicação de suas obras, o escritor mantinha as suas colaborações com a imprensa, o que auxiliava nas despesas. Todavia, a efervescência da segunda guerra mundial afetou vários setores, inclusive o das colaborações literárias em jornais e revistas da época. Com isso, as colaborações do escritor para *O Jornal* e *Diário de Notícias* diminuíram e, mais uma vez, o orçamento familiar ficou limitado.

Em 1940, traduziu *Memórias de um Negro*, de Booker T. Washington, para a Editora Nacional, de São Paulo.

Em 1941, Graciliano Ramos iniciou a sua colaboração em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, principal publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do Estado Novo. Nessa revista, publicou crônicas na seção "Quadros e costumes do Nordeste": "Nela estampou suas melhores páginas de jornalismo literário - aquelas que, retratando homens, fatos e coisas do sertão, foram reunidas nos *Viventes das Alagoas*[106]".

---

seus preceitos iam contra os ideais políticos do Estado Novo. Mesmo afirmando que ocupava o posto por motivos de amizade, sempre cumpria o seu trabalho burocrático com muito profissionalismo, sendo conhecido pelos intelectuais como a extensão de Gustavo Capanema, a ponto de, na ausência do ministro, exercer funções ministeriais. (BOMENY, Helena. Organizadora. *Constelação Capanema*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001). Quando Carlos Drummond de Andrade indica Graciliano para o cargo, já era grande amigo do escritor de *Angústia*.

[105] MORAES, Denis. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p. 178.

[106] FACIOLI, Valentim. Um homem bruto da terra. In: Garbuglio, José Carlos; BOSI, Alfredo e FACIOLI, Valentim. *Graciliano Ramos.* São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 65.

A finalidade deste periódico era firmar a cultura como um negócio oficial com orçamento próprio, que, consequentemente, intervinha e difundia os diversos setores relacionados ao trabalho intelectual e artístico. A este respeito, o sociólogo, Sergio Miceli, na obra *Intelectuais à brasileira*, comenta que:

> Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultaram-lhes o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança etc). Mas, no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um "negócio oficial", implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentzia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico[107].

Mesmo colaborando com um periódico vinculado ao Estado Novo, o escritor de *Angústia,* ainda realizava outros projetos literários. Em 1942, em parceria com Jorge Amado, José Lins do Rego, Aníbal Machado e Rachel de Queiroz publicou o romance *Brandão entre o mar e o amor*, pela Livraria Martins.

No primeiro semestre de 1945, greves e manifestos ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo, presos políticos foram anistiados, os jornais e as revistas ficaram livres da censura, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi legalizado, o novo código eleitoral foi aprovado e as eleições diretas para presidente da república foram anunciadas. O Estado Novo deu, enfim, o seu último suspiro.

Entretanto, os anos que abrangeram o fim da ditadura e o início da democratização não foram apenas de grande importância política para Graciliano, mas também literária, pois em pouco tempo publicou obras importantes. Em 1944, publicou pela Editora Leitura, a obra de literatura infanto-juvenil *Histórias de Alexandre*. Em seguida, em 1945, publicou o livro de contos *Dois Dedos*, pela R.A. Editora, e o livro de memórias *Infância*, pela José Olympio. Tantas publicações se devem ao fato de que Graciliano, ao colaborar com *Cultura Política*, teve um alívio econômico e pode se dedicar somente à escritura de crônicas para a revista e a elaboração destas obras.

Com o fim da ditadura, o país vivia uma euforia de liberdade e democracia, ou seja, sindicatos acadêmicos e partidos foram criados ou reorganizados. Graciliano e a esposa foram em comícios e passeatas pedindo uma nova Constituinte.

[107] MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 198.

Nesta mesma época, o PCB surgiu como uma novidade e uma esperança capaz de trazer a justiça e a fraternidade entre os povos. Portanto, diante de tal concepção, a popularidade do partido atingiu diversas classes sociais, inclusive a intelectualidade brasileira, como a família de Graciliano: "Na casa dos Ramos, as três primeiras filiações ao PCB foram de Ricardo e Clara, ambos militantes da União da Juventude Comunista, [...] e Heloísa, que frequentava as reuniões da célula da Tijuca na condição de ativista da União Feminina do Morro do Borel[108]".

Graciliano Ramos não aderiu de imediato, porque precisava analisar as suas convicções perante o partido e verificar em que medida a sua adesão seria importante, uma vez que não tinha ambições políticas. O que levaria então Graciliano a se render aos encantos do Partido Comunista Brasileiro? Graciliano foi até um grande comício em São Januário, em que Carlos Prestes[109] proclamou que a democracia é um bem supremo. Imediatamente, olhou para a esposa e afirmou que era essa a sua opinião desde sempre.

Pouco tempo depois, Graciliano encontrou Carlos Prestes em um avião com destino a Minas Gerais. Durante a conversa, Prestes perguntou para Graciliano, porque ele ainda não era membro do partido e obteve a seguinte resposta: "– O que é que eu posso fazer no partido, Prestes? Eu não sei fazer outra coisa senão escrever. Não sei guerrear, porque minha arma é a pena[110]".

Em contrapartida, Carlos Prestes imediatamente afirmaria ao escritor que a sua escrita valia muito e que intelectuais como ele eram de grande importância para o partido. Logo, depois os jornais noticiavam a adesão de Ramos ao partido, que exibia a sua aceitação como um troféu.

Em 1946, publicou o livro de *Histórias Incompletas* pela Editora Globo[111]. Neste mesmo ano começou a redigir *Memórias do Cárcere*, que seria escrito intensamente até a sua morte em 1953.

Em 1947, publicou o livro de contos *Insônia*, pela José Olympio. Neste mesmo ano, devido a dificuldades financeiras voltou a colaborar com a imprensa no respeitável jornal *Correio da Manhã*, em que também trabalhavam Otto Maria Carpeaux, Álvaro Lins e Mário Pedrosa, entre outros.

---

[108] MORAES, Denis. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p.209.
[109] Luís Carlos Prestes era secretário geral do Partido Comunista Brasileiro.
[110] MORAES, Denis. *Op. cit*, p. 210.
[111] www.graciliano.com.br/site/obras. Acessado em 01/03/2014.

Dúvidas e indecisões quanto ao seu futuro no partido tomavam conta do escritor e para superar algumas decepções começou a beber além do costume, o que lhe rendeu uma internação para desintoxicação em uma clínica. "Graciliano desde há muitos anos bebia razoavelmente, preferindo a cachaça pura. Relata mesmo que muitas de suas páginas tinham sido escritas sobre o efeito da bebida. Cachaça, café e cigarros, e certos hábitos, constituíam espécie de combustível do escritor[112]".

Depois de uma longa reflexão com os amigos e com a família, chegaram à conclusão que grande parte dos problemas enfrentados dentro do partido advinha por causa da escritura de *Memórias do Cárcere.* A obra incomodava porque Graciliano tinha uma independência intelectual que recusava a omitir a verdade e, por isso, criticou o movimento de 1935, colocando como humanos aqueles que sofreram as mazelas da prisão, não poupando nomes importantes, inclusive personalidades integrantes do partido. Enfim, o Graciliano corajoso e decidido não mudaria uma vírgula do que desejava escrever para agradar a terceiros.

Em 1950, traduziu *A Peste*, romance de Albert Camus, pela José Olympio.

Em março de 1951, Graciliano foi eleito presidente da Associação Brasileira de Escritores. No mesmo ano, publicou pela editora Vitória, *Sete histórias verdadeiras*, extraídas do livro *Histórias de Alexandre*.

Em abril de 1952, o escritor viajou até a Tchecoslováquia e a União Soviética junto com sua esposa, a convite do governo, para assistir, em Moscou, às comemorações do dia primeiro de maio. A viagem possibilitou ao escritor conhecer de perto o país que liderava o processo de uma nova sociedade. Por todos os cantos e lugares que percorreu, Graciliano fazia meticulosas anotações de tudo o que via e ouvia, para o livro que almejava publicar.

Diante de toda a sua sinceridade, o escritor incomodou com perguntas que constrangiam os representantes do sistema e com a possibilidade de escrever um livro que não tinha comprometimento com a glorificação da nação soviética.

Entretanto, o maior transtorno estaria por vir, após o seu retorno ao Brasil: o câncer de pulmão. No dia 13 de setembro de 1952, o escritor viajou com a família para a Argentina para a realização de uma operação, acreditando que o país vizinho poderia oferecer mais recursos que pudessem contribuir para a sua cura. Após a cirurgia, recebeu os cuidados da esposa, da filha mais nova, do representante da embaixada brasileira e do ex-secretário geral

[112] FACIOLI, Valentim. Um homem bruto da terra (biografia intelectual). In: Garbuglio, José Carlos; BOSI, Alfredo e FACIOLI, Valentim. *Graciliano Ramos.* São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 84.

do Partido Comunista Argentino, Rodolfo Ghioldi, que esteve preso em 1935 no Brasil junto com Graciliano.

Em outubro, retornou ao Brasil muito debilitado. No dia 27 de outubro, sem a sua presença, admiradores, conhecidos e amigos íntimos comemoraram seu 60º aniversário no Salão Nobre da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em uma sessão comandada por Peregrino Júnior, da Academia Brasileira de Letras. Graciliano escutou toda a homenagem pelo rádio, chegando à conclusão de que a morte estava próxima.

Os amigos visitavam o escritor com frequência no intuito de animá-lo. Todavia, o seu estado de saúde piorou muito no início do ano de 1953. No dia 25 de janeiro, foi internado na Casa de Saúde São Victor, em Botafogo, com as despesas pagas pelo PCB. A maior parte do dia passava junto da esposa na varanda do hospital, observando o movimento da rua. Heloísa estava sempre ao seu lado cuidando, amparando, amando e protegendo. Numa certa ocasião em que cuidava do marido, Heloísa recebeu uma grande prova de carinho e de amor de Graciliano.

> Com paciência, Heloísa procuraria levantar-lhe o ânimo. Um dia, ao amparálo para descer da cama, ela viveria um instante de grande emoção. Graciliano a olharia profundamente e diria com ternura:
> - Ló, eu estou sentindo uma saudade enorme de você.
> Os dois se abraçariam e Heloísa brincaria:
> - É por isso que não gosto de dar remédio para você. Esse remédio faz você ficar muito romântico[113].

Cada dia que passava Graciliano ficava mais debilitado. No dia 20 de março de 1953, o escritor, ao lado de Heloísa, deu o seu último suspiro.

Mesmo após a sua morte, o mercado editorial não deixou de se interessar por seus escritos e o seu nome continuaria a circular pelas editoras e livrarias, inclusive por suas obras póstumas. Já no ano de 1953, oito meses após a sua morte a obra *Memórias do Cárcere* foi publicada pela José Olympio, mesmo sem ter sido finalizada pelo autor.

Em 1954, saiu, também pela José Olympio, o livro de crônicas *Viagens* em que o autor fez vários relatos de sua viagem realizada à Tchecoslováquia e à URSS, em 1952.

No ano de 1962, a editora Martins publicou duas obras póstumas de crônicas: *Linhas Tortas* e *Viventes das Alagoas* e um livro de contos infanto-juvenis *Alexandre e outros heróis.*

Em 1980, a editora Record lançou a obra póstuma *Cartas* que reunia a correspondência íntima do escritor alagoano. Em 1992, a editora Record publicou mais uma

[113] MORAES, Denis. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, p. 302.

obra de correspondências, esta vez, dedicada à relação amorosa entre Graciliano e sua esposa Heloísa, intitulada *Cartas de amor a Heloísa.*

Em 2012, a editora Record lançou a obra *Garranchos*, que reúne textos inéditos de Graciliano como contos, crônicas, epigramas, críticas literárias, discursos políticos, cartas e o primeiro ato de uma peça de teatro. Em 2013, a editora Record publicou o livro de contos infanto-juvenis *Minsk*[114].

Em maio de 2014, foi publicada, também pela editora Record, a obra *Cangaços – Graciliano Ramos*, que reúne todos os textos sobre o banditismo sertanejo, escritos entre 1931 e 1941. Além destes textos, foram publlicados dois inéditos: uma entrevista ficcional com Lampião, escrita para a revista *Novidade* e a crônica "Dois irmãos"[115].

[114] www.graciliano.com.br/site/obras. Acessado em 28/02/2014.
[115] www.graciliano.com.br/site/obras. Acessado em 10/05/2014.

Capítulo III

POLÍTICA, CULTURA E LITERATURA: A ESCRITA DE GRACILIANO RAMOS NAS PÁGINAS DE *CULTURA POLÍTICA*.

1. Os escritos de Graciliano Ramos

A colaboração de Graciliano Ramos em *Cultura Política* se deu entre os anos de 1941 a 1944, representando a mais duradoura de suas contribuições em um único periódico. De sua autoria foram publicadas 25 crônicas, sendo 21 nos anos de 1941 e 1942, duas em 1943 e duas em 1944. Deve-se esclarecer que as primeiras 18 foram estampadas nos 18 números iniciais da revista, na seção intitulada "Quadros e costumes do Nordeste"; quatro se encontram em "Quadros e costumes regionais"; duas estão em "Quadros regionais" e apenas uma na seção "Literatura"[116].

As crônicas publicadas por Graciliano Ramos na seção "Quadros e Costumes do Nordeste" não apresentavam títulos, mas apenas o número da crônica e o nome do seu autor. Portanto, em "Quadros e Costumes do Nordeste" foram publicadas as seguintes crônicas: I (1941), II (1941), III (1941), IV (1941), V (1941), VI (1941), VII (1941), VIII (1941), IX (1941), X (1941), XI (1942), XII (1942), XIII (1942), XIV (1942), XV (1942), XVI (1942), XVII (1942), XVIII (1942).

Na seção "Quadros e costumes regionais" foram estampadas quatro crônicas, que receberam títulos para a publicação na revista: "A decadência de um senhor de engenho" (1942), "Recordações duma indústria morta" (1942), "Uma visita inconveniente" (1942) e, "Está aberta a sessão do júri" (1943). Na seção "Quadros regionais", Graciliano Ramos colaborou com apenas duas crônicas, intituladas como "Um homem notável" (1943) e "A viúva Lacerda" (1944). E, por fim, na seção "Literatura", publicou apenas a crônica "Booker Washington" (1944).

Anos mais tarde, 24 das 25 crônicas foram reunidas nas obras póstumas *Viventes das Alagoas* (1962) e *Linhas Tortas*[117] (1962), sendo que 22 se encontram na primeira e apenas

[116] Conforme já comentamos no primeiro capítulo, com o tempo a revista foi modificando ou reduzindo os nomes das seções. Inicialmente, devido à necessidade da revista em publicar fatos relacionados à Segunda Guerra mundial, uma vez que o Brasil entrou no conflito em 1942 e, posteriormente, devido à decadência da revista, que com o passar do tempo viu as suas seções serem aglomeradas a outras já existentes ou até mesmo serem extintas em definitivo.

[117] As duas crônicas que se encontram em *Linhas Tortas* são "A viúva Lacerda" e "Booker Washington", as demais vinte e duas crônicas se encontram em *Viventes das Alagoas* e a crônica "Uma visita inconveniente"

duas na segunda obra, ambas publicadas pela editora Martins. Segundo Ricardo Ramos[118] (1992) o caminho até a editora não foi nada fácil, pois Graciliano e a família tinham um vínculo, principalmente de amizade com a editora José Olympio.

No entanto, no auge das publicações de Graciliano[119], no período de 1953 a 1955, a editora José Olympio cessou as publicações de suas obras. Inconformada, a família cobrava incessamente a editora, pois queria ver nas prateleiras as obras de Graciliano, mas recebia como resposta apenas promessas vagas, de possíveis publicações. Para Ricardo Ramos (1992) a recusa das publicações advinha do fato da editora ter um fascínio por deputados, senadores, ministros, militares e personalidades ligadas ao poder, sendo eles escritores ou não.

Diante de tal situação, a família procurou a editora em 1959 e pediu um posicionamento em relação às obras de Graciliano para o ano de 1960 e, para sua decepção foram informados que nenhuma obra seria publicada. Segundo Ricardo Ramos (1992), a família suportou demais aquela situação devido à amizade e às relações pessoais que sempre tiveram com a José Olympio, uma vez que a editora lançou *Angústia* com o autor ainda na prisão.

Depois de uma conversa franca com a editora[120], a família se libertou da José Olympio e entregou, em março de 1960, os direitos de publicação para a Livraria Martins Editora (São Paulo), que lançou uma reedição de todas as obras de Graciliano que já haviam sido publicadas. A editora apresentou, ainda, ao grande público, em 1962, quatro obras póstumas, a saber: *Alexandre e outros Heróis* (literatura infanto-juvenil), *Cartas* (compilação da correspondência pessoal de Graciliano Ramos), *Linhas Tortas* (crônicas) e *Viventes das Alagoas* (crônicas).

As publicações póstumas do escritor alagoano, inclusive *Linhas Tortas* e *Viventes das Alagoas*, foram editadas por Heloísa Ramos, Ricardo Ramos e James Amado, genro de Graciliano Ramos.

Portanto, as crônicas que pertenciam à seção "Quadros e Costumes do Nordeste" e foram todas publicadas em *Viventes das Alagoas* receberam os seguintes títulos:

---

permaneceu inédita em livros até 2012 quando o estudioso Thiago Mio Salla a publicou em *Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos*.

[118] RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992. Ricardo Ramos, filho de Graciliano Ramos com Heloisa, foi professor, jornalista, publicitário e escritor.

[119] "Em dois anos e meio (1953-1955), *Memórias do Cárcere* tivera três edições sucessivas, de grandes tiragens. *Angústia* alcançara a sétima edição, *São Bernardo* a sexta, *Vidas Secas* e *Caetés* chegavam à quinta, *Infância* e *Insônia* à quarta, mesmo *Viagem* já andava na segunda. Nunca o escritor fora tão popular". (RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 209).

[120] A família não tinha um contrato formal firmado com a editora, mas mesmo assim contava com a liberação da José Olympio para que pudesse procurar uma nova editora.

- “Carnaval” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste I” (ano 1, n.1, mar. 1941);
- “D. Maria Amália” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste II” (ano 1, n.2, abr. 1941);
- “O moço da farmácia” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste III” (ano 1, n.3, maio 1941);
- “Casamento” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste IV” (ano 1, n. 4, jun. 1941);
- “Ciríaco” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste V” (ano 1, n. 5, jul. 1941);
- “Habitação” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste VI” (ano 1, n. 6, ago. 1941);
- “Teatro I” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste VII” (ano 1, n. 7, set. 1941);
- “Teatro II” – originalemnte “Quadros e costumes do Nordeste VIII” (ano 1, n. 8, out. 1941);
- “Bagunça” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste IX” (ano 1, n. 9, nov. 1941);
- “D. Maria” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste X” (ano 1, n. 10, dez. 1941);
- “Libório” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste XI” (ano 2, n. 11, jan. 1942);
- “Desafio” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste XII” (ano 2, n. 12, fev. 1942);
- “Funcionário Independente” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste XIII” (ano 2, n. 13, marc. 1942);
- “Um antepassado” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste XIV” (ano 2, n. 14, abr. 1942);
- “Um homem de Letras” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste XV” (ano 2, n. 15, maio. 1942);
- “Um gramático” – originalmente “Quadros e costumes do Nordeste XVI” (ano 2, n. 16, jun. 1942);

- "Dr. Pelado" – originalemnte "Quadros e costumes do Nordeste XVII" (ano 2, n. 17, jul. 1942);
- "Transação de Cigano" – originalmente "Quadros e costumes do Nordeste XVIII" (ano 2, n. 18, ago. 1942);

Como é possível observar, as 18 crônicas iniciais foram publicadas na seção "Quadros e Costumes do Nordeste" sem interrupção, ou seja, contemplando todos os números de *Cultura Política*. Com a extinção da seção, Graciliano passou a colaborar em "Quadros e Costumes regionais" publicando quatro crônicas, que a partir de então deixaram de ser enumeradas e passaram a receber títulos. Convém destacar que, desta seção, apenas três crônicas foram publicadas em *Viventes das Alagoas* e a outra só foi publicada em livro em 2012. Em *Cultura Política* elas aparecem desta forma:

- "Quadros e costumes regionais", intitulada "A decadência de um senhor de engenho" (ano 2, n. 19, set. 1942);
- "Quadros e costumes regionais", intitulada "Recordações duma indústria morta" (ano 2, n. 20, out. 1942);
- "Quadros e costumes regionais", intitulada "Uma visita inconveniente" (ano 2, n. 22, set. 1942)[121];
- "Quadros e costumes regionais", intitulada "Está aberta a sessão do júri" (ano 3, n. 25, mar. 1943);

Com o fim da seção "Quadros e Costumes Regionais", Graciliano publicou apenas duas crônicas na seção "Quadros regionais". Apenas uma destas crônicas foi publicada em *Viventes das Alagoas.*

- "Quadros regionais", intitulada "Um homem notável" (ano 3, n. 27, maio. 1943);

A outra crônica publicada na seção "Quadros regionais" está presente na obra *Linhas Tortas*.

[121] Esta crônica encontrava-se inédita em livros até o ano de 2012, quando foi publicada pelo estudioso Thiago Mio Salla na obra *Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos*.

- “Quadros regionais” intitulada “ A viúva Lacerda” (ano 4, n. 42, jul. 1944);

E finalmente, na seção “Literatura”, Graciliano colaborou com a sua última crônica em *Cultura Política,* que também está publicada em *Linhas Tortas*.

- “Literatura” intitulada “Booker Washington” (ano 4, n. 43, jul. 1944);

Ao comparar as crônicas que foram publicadas em *Cultura Política* e nas obras póstumas, podemos dizer, grosso modo, que a classificação e a organização possuem problemas tanto nas edições de *Linhas Tortas* quanto nas edições de *Viventes das Alagoas*. Dentre estes problemas, encontramos a ausência de informações bibliográficas essenciais, como o local e a data da primeira publicação em *Cultura Política*. A omissão destes dados, portanto, atrapalha em alguma medida o entendimento exato do percurso do cronista Graciliano Ramos, uma vez que a obra não leva em consideração a intervenção exercida no periódico e o período de sua publicação.

Linhas Tortas, que está em sua 21ª edição (2005), apresenta características documentais que abrangem a produção do escritor que vai de 1915 a 1952. Noutras palavras, o volume está organizado e dividido em seções que agrupam diferentes fases da escrita de Graciliano Ramos. A intenção do título é enfocar a humildade de alguns escritos de Graciliano que se encontram organizados na obra remetendo à ideia de fragilidade, imprecisão e inferioridade de determinados escritos do autor em diversos periódicos.

A primeira edição de *Viventes das Alagoas* reunia 36 crônicas[122] e dois relatórios enviados por Graciliano, nos anos de 1929 e 1930, ao governador do estado de Alagoas, quando o escritor ainda era prefeito em Palmeira dos Índios. A partir da 15ª edição pela editora Record acrescentaram mais duas crônicas inéditas em livros: “ Antônio Silvino” e “Comandantes de Burros”.

Em *Viventes das Alagoas*, que está na sua 19ª edição, encontramos problemas graves de edição e organização, uma vez que as crônicas foram apresentadas sem serem agrupadas por eixos temáticos e nem tiveram, ao menos, citado o nome da seção ou do periódico em que foram publicadas pela primeira vez. Por isso, não estão datadas e, consequentemente, não há uma ordem que situe o leitor em relação ao momento em que foram estampadas em *Cultura Política* ou outro periódico.

[122] Basicamente eram as crônicas escritas por Graciliano após a sua saída da prisão em 1936.

Na edição de número 18, organizada por Wander de Melo Miranda, houve uma tentativa de sanar os problemas, contudo, equívocos ainda permaneciam, conforme destaca Thiago Mio Salla em sua tese de doutorado *O Fio da Navalha:* Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*.

> A última edição do livro (19ª edição lançada pela Record em 2007), que também fez parte do mesmo projeto de reedição das obras do autor, supervisionado por Wander de Mello Miranda, procurou solucionar tais lacunas, mas as deficiências continuaram. A começar pela própria "Nota do editor" em que se afirma: "Esta nova edição de *Viventes das Alagoas* teve como base a 1ª e a 15ª edição do livro, publicado pela J. Olympio". Como se sabe, a 1ª edição de tal volume foi lançada em 1962 pela Martins, sem a participação da José Olympio. Além disso, foram recuperadas informações bibliográficas da primeira publicação em periódico dos textos de *Cultura Politica* e de mais oito crônicas saídas em jornais cariocas e alagoanos, o que manteve o restante dos escritos sem a especificação dos locais e datas da veiculação inicial na imprensa.[123]

Outro equívoco encontrado em *Viventes das Alagoas* está relacionado à escolha do seu título. Noutras palavras, as crônicas em *Cultura Política* se encontravam basicamente na seção "Quadros e Costumes do Nordeste" de modo a retratar os costumes, o cotidiano, o folclore e a tradição do nordeste como um todo e não apenas de Alagoas, estado natal do escritor.

Podemos concluir, portanto, que as publicações das crônicas nos livros *Linhas Tortas* e *Viventes das Alagoas* apresentam ambiguidades em sua organização. Assim, o nosso objetivo é estudar a produção cronística de Graciliano Ramos em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros,* de modo a decifrar a importância de seus escritos desde a sua concepção até a sua publicação no periódico, analisando as intenções literárias e ideológicas implícitas em seus escritos, considerando principalmente o veículo de circulação e as notas do editor que tentaram impor ou induzir a leitura realizada pelos apreciadores das crônicas, publicadas pelo escritor de *Angústia*, no periódico.

No ensaio "A estampa da rotatividade na crônica literária", Luiz Roncari comenta sobre a importância de pesquisar a crônica no seu momento de gestação que está associado à sua publicação primeira:

[123] SALLA, Thiago Mio, *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. 2010. 721 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, USP, 2010, p. 37-38.

> A intenção era a de estudar esses gêneros nos seus momentos de vida, quer dizer, no momento de sua gestação (perguntando pelos limites, determinações e possibilidades que os meios de circulação respectivos traziam a criação); e no momento de sua circulação primeira, quando o texto ainda não é visto unicamente como peça literária, mas na sua ambiguidade, combinado com ela fins mais imediatos, voltados para interlocutores definidos e atuando na formação da opinião. Muitos textos, que hoje vemos exclusivamente como obras literárias, combinaram no momento de sua concepção e circulação primeira, de modos diferentes, a intenção literária com outros fins, moralistas, publicísticos ou mercantis, tendo de se acomodarem aos meios e refratarem as intenções literárias através de uma primeira camada e mais visível do texto[124].

Assim, nosso objetivo é analisar as crônicas que circularam em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros* e verificar as relações existentes entre o cronista Graciliano Ramos e as suas colaborações para a revista controlada e chefiada pelo DIP, de modo a examinar como as notas do editor tentaram induzir e direcionar a leitura das crônicas e, consequentemente, verificar quais estratégias de escrita foram utilizadas pelo autor para se manter no periódico sem, contudo, abandonar as suas convicções de escritor crítico e preocupado com os acontecimentos de seu tempo.

2. Graciliano Ramos e a publicação póstuma de *Viventes das Alagoas* e *Linhas Tortas*

O escritor de *Angústia* não teve a pretensão e a oportunidade de editar em livros as crônicas que foram publicadas em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Como em vida o próprio autor não teve a preocupação de reescrever e reorganizar as suas crônicas, a família executou este trabalho pouco tempo após a sua morte e reuniu a maioria de suas colaborações com a imprensa getulista na obra que receberia em sua primeira edição o título *Viventes das Alagoas e o* subtítulo Quadros e costumes do Nordeste. Apenas duas crônicas estampadas em *Cultura Polítca* foram publicadas em *Linhas Tortas*.

Como não tinha o desejo de publicar tais colaborações em livros não deixou nada documentado que pudesse orientar os seus organizadores a seguir as suas observações ou vontades. Diante do ocorrido, a seleção, os títulos das crônicas, o título do livro, a exclusão das notas do editor, a ordem em que elas se encontram publicadas, entre outros fatores são de total responsabilidade dos seus editores.

---

[124] RONCARI, Luiz. *A estampa da rotativa na crônica literária. Boletim Bibliográfico. Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo, v. 46, p. 9-16, jan.-dez., 1984, p.10.

A primeira possibilidade levantada para Graciliano Ramos não optar por selecionar as suas crônicas e publicá-las em livros, está relacionada ao fato dele estar com o olhar voltado para textos que exigiam mais foco como romances, contos e memórias, pois nestes gêneros textuais o autor colocava em prática a sua técnica de leitura, escrita e reescrita.

Muitos trechos de *Vidas Secas, Infância, Insônia* e *Histórias de Alexandre* e, também pequenos fragmentos de *Memórias do Cárcere* e *Caetés* foram estampados inicialmente em um periódico. Entretanto, mesmo recebendo por tais publicações, que auxiliavam no orçamento familiar, Graciliano nunca deixou de dedicar grande parte de seu tempo na realaboração de tais escritos, pois o autor planejava publicar em livros tais textos, diferentemente do que aconteceu com as crônicas que saíram em *Cultura Política*.

A segunda possibilidade levantada para o fato do autor de *São Bernardo* não selecionar as suas crônicas e publicá-las em livros está relacionada à decisão do escritor de não publicar tais colaborações, uma vez que não deixou nada guardado ou documentado, como, por exemplo, uma carta em que exprimisse a sua vontade de organizar em obras tais escritos. Inclusive, em seus relatos autobiográficos e entrevistas, o autor nunca exprimiu a sua pretensão de colocar nas editoras as crônicas que foram estampadas em *Cultura Política*.

Provavelmente, o distanciamento do escritor das crônicas de *Cultura Política* se deu devido à sua aproximação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) após 1945. Por esta época, já estava filiado ao PCB e muitos de seus escritos ou discursos políticos faziam críticas ao Estado Novo.

Todavia, mesmo colaborando com *Cultura Política* e tendo seus textos precedidos por notas do editor, que norteavam a leitura de seus escritos, podemos dizer que Graciliano não escondeu por completo as suas publicações na revista getulista. Todavia, também não fazia questão de proclamar tal episódio[125].

Como foi dito acima, Graciliano não escondeu por completo suas crônicas e publicou inclusive três crônicas no periódico comunista *Revista do Povo – Cultura e Orientação*[126], entre abril e julho de 1946. As três crônicas são:

[125] No livro de correspondências *Cartas* existe apenas uma única carta reunida na obra entre os anos de 1941 a 1944, época de sua colaboração com *Cultura Política.*

[126] *Revista do Povo – Cultura e Orientação* foi criada em dezembro de 1945 pelo fato do PCB acreditar na necessidade de um periódico que fosse capaz de informar sobre os conteúdos políticos, culturais e de variedades. Seus editores eram Álvaro Moreyra, Emo Duarte e Frés da Mota. Entre seus colaboradores estavam pessoas ligadas ao partido como Dalcídio Jurandir, Orígenes Lessa e Graciliano Ramos. Suas publicações ocorriam mensalmente ou bimestralmente devido as difculdades orçamentais. Ela foi extinta em setembro de 1946 tendo publicado apenas oito números.

- Crônica intitulada em *Cultura Política* como I; em *Revista do Povo* e *Viventes das Alagoas* encontramos com o título de “Carnaval”.
- Crônica intitulada em *Cultura Política* como IV; em *Revista do Povo* e *Viventes das Alagoas* recebe o título de “Casamento”.
- Crônica intitulada em *Cultura Política como* X*;* em *Revista do Povo* e *Viventes das Alagoas* ela se encontra com o título de D.Maria.

Ao publicar a crônica I na *Revista do Povo*, o autor manteve a nota do editor que estava presente na revista *Cultura Política*. Com tal atitude, Graciliano parece não temer o seu passado literário, pois tinha consciência da duplicidade de significado que os seus escritos, publicados em *Cultura Política,* podiam representar, pois, em nenhum momento em suas crônicas citou o nome de Getúlio Vargas, vangloriou a sua figura ou mesmo fez uma crítica aberta ao regime.

Podemos inferir, ainda, que a atitude de publicar a mesma crônica, estampada em *Cultura Política*, em um periódico de esquerda, anos mais tarde, certamente, está associada às estratégias de escrita adotadas pelo escritor alagoano nas páginas de *Cultura Política*. Portanto, a postura adotada por Graciliano Ramos nos permite dizer que, mesmo servindo a um regime de direita, não houve o comprometimento de seus escritos, pois para o cronista o fato da revista ser de direita não estava em primeiro plano e sim os princípios adotados pelo periódico, que era a valorização da cultura local, da memória e da exaltação nacionalista, temas pertinentes para qualquer tipo de periódico, fossem eles de orientação da direita ou da esquerda.

Nesse sentido, o escritor alagoano não temeu publicar estas três crônicas na *Revista do Povo – Cultura e Orientação*, consciente de que o periódico do PCB valorizava a leitura e a interpretação dos leitores que prestigiavam as suas publicações, diferentemente de *Cultura Política,* que manipulava a leitura de seus textos, ora por meio de relatos propagandísticos, ora por notas do editor.

Apesar de ter publicado três crônicas na *Revista do Povo – Cultura e Orientação,* é possível imaginar que, se Graciliano Ramos tivesse permanecido por mais tempo vivo, não teria publicado em livro suas crônicas que saíram em *Cultura Política*, exceto em caso de extrema necessidade financeira, oque ocorreu em outras ocasiões, como por exemplo, na época da publicação dos contos fragmentados que deram origem ao livro *Vidas Secas* ou como foi o caso de muitas colaborações com a imprensa, inclusive a revista do DIP.

Se porventura viesse a elaborar a organização de tais escritos, certamente muitos seriam reescritos e editados. Acredito, ainda, que se tivesse publicado não deixaria de citar o nome da seção do periódico "Quadros e costumes do nordeste", como foi citado na obra *Viventes das Alagoas* por seus organizadores, porque quando publicou as três crônicas no periódico comunista *Revista do Povo – Cultura e orientação* não omitiu que tais escritos faziam parte daquela seção. Além do mais, ao analisar as suas crônicas, podemos verificar que em seus relatos mostrou com veemência os costumes vigentes na cultura nordestina.

3. A recepção crítica das crônicas publicadas por Graciliano Ramos em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros.*

Alguns críticos e estudiosos importantes citaram ou analisaram em seus ensaios ou livros as crônicas de Graciliano Ramos que se encontram publicadas em *Viventes das Alagoas* (1962) e *Linhas Tortas* (1962). Inicialmente, colocaremos em destaque as observações acerca das obras recém-lançadas, uma vez que pela primeira vez, após a sua publicação em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros* (1941-1945), as crônicas chamaram a atenção do leitor e da crítica, e em seguida verificaremos as observações de alguns escritores mais especificamente sobre as publicações de Graciliano para a revista.

Partindo deste pressuposto, podemos dizer que foi a partir da publicação de *Linhas Tortas* e, principalmente, *Viventes das Alagoas* que tiveram início a recepção das crônicas de Graciliano Ramos que foram estampadas na revista getulista. O destaque, no primeiro momento, ficou por conta das resenhas e dos pequenos comentários críticos que saíram na imprensa da época e que serviram de divulgação para os escritos daqueles que desejavam analisar as obras póstumas do escritor, lançadas em abril de 1962.

O ensaio "Graciliano – Viventes e vivência[127]", de Barbosa Rolmes, que foi publicado na seção "A semana e os livros", em abril de 1962, no "Suplemento literário" do jornal *O Estado de São Paulo*, não faz menção alguma à publicação primeira das crônicas em *Cultura Política*, pois o intuito era colocar em destaque as características presentes nos textos como os tipos, os costumes e os aspectos da vida no sertão.

Outro escritor que seguiu este viés e focou nas características presentes das crônicas de Graciliano e se esqueceu de citar a publicação na fonte primária foi a resenha de Leonardo

[127] BARBOSA, Rolmes. Graciliano Ramos – Viventes e vivência. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 28 de abr. 1962. Suplemento literário.

Arroyo intitulada "Vida Literária, Graciliano e as crianças[128]", publicada no jornal *Folha de São Paulo*, em abril de 1962.

A resenha de Renard Perez "Graciliano: obra póstuma[129]", publicada no jornal *Última Hora*, no Rio de Janeiro, em 25 de abril de 962, também não mencionou a publicação primeira dos escritos de Graciliano Ramos na revista dipiana, mas fez um pequeno avanço, pois citou que as crônicas saíram pela primeira vez na imprensa, entre os anos de 1941 e 1944. "Em *Viventes das Alagoas* (Quadros e costumes do Nordeste) foram reunidas em livro, pela primeira vez, as crônicas publicadas por Graciliano na imprensa – em sua maioria, no período de 1941 a 1944".

Sem deixar de citar os costumes, os tipos e os aspectos da vida sertaneja que até então haviam sido enaltecidos em todos os ensaios citados, Eneida no artigo "Graciliano Ramos: *Viventes das Alagoas*[130]", publicado no *Diário de Notícias*, em 15 de abril de 1962, destacou que as crônicas que estão reunidas em *Viventes das Alagoas* foram publicadas, primeiramente, na revista *Cultura Política*. Todavia, ao recordar a colaboração de Graciliano no periódico getulista, a estudiosa lançou mão de traços biográficos para recuperar os seus escritos e tentar justificar a colaboração do escritor a partir dos posicionamentos adotados pelo autor e por suas dificuldades financeiras.

O crítico Raul Antelo, em 1984, ao publicar a obra *Literatura em Revista*[131] dedicou um capítulo para análise de *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros,* privilegiando um subitem para verificar as caracterísicas presentes nas crônicas de Graciliano Ramos. O estudioso para realizar o estudo dos textos tomou como ponto de partida a publicação primeira, no periódico getulista, e a partir de tal observação teceu suas observações, considerando a análise textual do conjunto das colaborações sem deixar de averiguar a vinculação do escritor com a revista getulista. Em suas considerações, Raul Antelo deixou claro que o colaborador alagoano em suas crônicas é um narrador distanciado dos acontecimentos da sua região, pois já não pertence mais àquele espaço, de modo que observou do lado de fora os acontecimentos nordestinos.

[128] ARROYO, Leonardo. Vida literária, Graciliano e as crianças. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 abr. 1962. Este ensaio analisa também a obra infantil *Alexandre e outros heróis*
[129] PEREZ, Renard. Literatura – Graciliano: obra póstuma: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1962.
[130] ENEIDA. Graciliano Ramos; Vivetes das Alagoas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 de abr. 1962.
[131] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984

Outro escritor que citou a publicação primeira das crônicas de Graciliano na revista *Cultura Política* foi Valentim Facioli, no ensaio "Um homem bruto da terra[132]" (biografia intelectual), que se encontra publicado na obra *Graciliano Ramos.* Nesse ensaio, Facioli faz um panorama da biografia do autor, citando o contexto histórico da Revolução de 1930 e o Estado Novo. O crítico dedicou o tópico "Bico no DIP (ou mais?)" para comentar sobre as colaborações de Graciliano Ramos em *Cultura Política* e afirmou que, as necessidades financeiras do escritor de *Angústia* aproximaram o autor do periódico, uma vez que os colaboradores da revista recebiam o dobro pelas suas colaborações.

Ricardo Ramos, em 1992, na obra *Retrato Fragmentado*[133], discursou sobre a colaboração do pai no periódico do DIP e enfatizou que os escritos não eram apenas um "bico no DIP", conforme havia anunciado Valentim Facioli em seus estudos. Em resposta ao crítico, o filho afirmou que o pai lia, relia e reescrevia os seus escritos antes de publicá-los e que estas colaborações foram um ofício como qualquer outro trabalho exercido pelo autor, inclusive pelo fato de ser remunerado.

O biógrafo Dênis de Moraes, na obra *O Velho Graça*[134], citou a participação de Graciliano Ramos em *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros* e tentou justificar a participação do escritor no periódico, afirmando que ele colaborou com a revista por extrema necessidade financeira, uma vez que os seus escritos se convertiam em um emprego estável. Além disto, deixou claro que as crônicas de Graciliano não serviam aos desígnios do regime e não representavam apoio político ao regime. Como se tratava de uma biografia, a finalidade da obra foi relatar sobre os passos do autor e, por isso, em nenhum momento se fez análise das crônicas.

Luís Bueno, em *Uma história do romance de 30*[135], apesar de se dedicar inicialmente ao contexto histórico vigente naquele período e se debruçar minuciosamente sobre as obras de quatro autores: Cornélio Penna, Cyro dos Anjos, Dyonélio Machado e Graciliano Ramos, não deixou de comentar a participação do autor de *Vidas Secas* em *Cultura Política.* No entanto, o crítico, nas 664 páginas dedicadas ao romance de 30, utilizou apenas um parágrafo para citar a colaboração do autor na imprensa getulista. Como se pode deduzir, não há uma análise das crônicas do periódico, muito menos um levantamento das peculiaridades da revista, pois

[132] FACIOLI, Valentim. Um homem bruto da terra. In: Garbuglio, José Carlos; BOSI, Alfredo e FACIOLI, Valentim. *Graciliano Ramos.* São Paulo: Editora Ática, 1987.
[133] RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992.
[134] MORAES, Denis. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.
[135]BUENO, Luís. *Uma História do romance de 30*. São Paulo: EDUSP; Editora Unicamp, 2006.

encontramos apenas um comentário a respeito da colaboração de Graciliano com *Cultura Política* e um posicionamento de Luís Bueno, cogitando sobre a possibilidade de Graciliano ter voltado para Alagoas após a sua saída da prisão, concluindo que ele nunca se teria rendido às propostas do periódico, contudo jamais teríamos contemplado obras importantes como *Vidas Secas, Infância* e *Memórias do Cárcere*.

No meio acadêmico, alguns estudiosos também fizeram análises sobre as publicações primeiras das crônicas de Graciliano Ramos para *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros* (1941-1945). Dentre eles estão Ana Amélia Melo, Nádia Regina Marques Coelho Bumirgh, Thiago Mio Salla e Patricia Peterle.

Ana Amélia Melo, em sua tese de doutorado *De fraque e tanga: o impasse do moderno na literatura gracilianica*[136], destacou de maneira discreta que os escritos de Graciliano Ramos para a revista *Cultura Política* faziam oposição à política adotada por Getúlio Vargas.

Posicionamento semelhante adotou a pesquisadora Nádia Regina Marques Coelho Bumirgh, em sua tese de doutorado *Graciliano Ramos e a revista Cultura Política: pequena abordagem interpretativa na proposta de edição crítica de Viventes das Alagoas*[137], em que a autora afirmou que Graciliano precisava utilizar a propagação da revista para revelar as injustiças e os problemas da nossa sociedade. A estudiosa trouxe ainda uma proposta de edição crítica com base nas análises textuais e estruturais entre as crônicas presentes na fonte primária e na obra *Viventes das Alagoas.* Ao fazer estas verificações, Nadia deixa clara a sua intenção de uma futura publicação em obra crítica.

Thiago Mio Salla, em sua tese de doutorado *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política*[138], ressalta o pecurso cronístico de Graciliano Ramos em diversos periódicos. desde meados de 1910, até as suas publicações em *Cultura Politica,* dando ênfase, obviamente, para os escritos na imprensa getulista. Até chegar às análises das crônicas, o estudioso perpassa o contexto histórico e as particularidades da revista. Contudo, um dos grandes feitos de seus estudos foi uma proposta de edição de textos de Graciliano Ramos inéditos em livro, intitulada *Garranchos,* que se encontra anexado a sua tese de doutorado. Esta proposta de edição dos textos inéditos foi efetivamente publicada pelo estudioso em

[136] MELO, Ana Amélia. *De fraque a tanga*: o impasse do moderno na literatura graciliana. Rio de Janeiro, 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
[137] BUMIRGH, Nádia Regina. *Graciliano Ramos e a revista Cultura Política*: pequena abordagem interpretativa na proposta de edição crítica de Viventes das Alagoas. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
[138] SALLA, Thiago Mio, *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. 2010. 721 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, USP, 2010.

2012 na obra *Garranchos,* revelando textos desconhecidos do público leitor como os relacionados ao teatro e à literatura infantojuvenil.

Em 2010, Patricia Peterle organizou a obra *Ignazio Silone: ontem e hoje*[139] e publicou o ensaio "Ignazio Silone e Graciliano Ramos, um olhar dialógico[140]" e traçou o percurso literário de ambos os escritores, não deixando de analisar as relações existentes entre os intelectuais e o Estado, citando a colaboração de Graciliano Ramos com a revista *Cultura Política*. Também, em seu pós-doutorado, intitulado "O testemunho literário de Ignazio Silone e Graciliano Ramos[141]", Patricia Peterle comparou o pecurso trilhado por Graciliano Ramos e Ignazio Silone na literatura, na política e na cultura, sem deixar de destacar as contribuições do escritor brasileiro para a revista *Cultura Política*.

4. As Crônicas de *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*

O desenvolvimento do processo de investigação em um *corpus* tão significativo, como o das crônicas publicadas em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, exigiu uma inquietação a respeito de como essas análises seriam realizadas e, para tal intento, optamos por observar as estratégias utilizadas pelo periódico, concomitantemente com a visão crítica estabelecida pelo escritor, sobre os temas que escolhemos para nortear o percurso da investigação: o uso e os costumes da sociedade, as relações econômicas, a política e a linguagem e a vida literária do homem nordestino.

Por convenção, a revista enquadrou as contribuições de Graciliano Ramos em *Cultura Política* como crônicas[142] e assim permaneceu até a sua última colaboração.

---

[139] Esta obra possui duas capas, de um lado o título em português com os ensaios publicados em língua portuguesa, do outro ado do livro há uma outra capa intitulada em italiano Ignazio silone; ieri e oggi com os mesmos ensaios publicados em língua italiana.

[140] PETERLE, Patricia. Ignazio Silone e Graciliano Ramos, um olhar dialógico. In: PETERLE, Patricia (Org). *Ignazio Silone: ontem e hoje*. Rio de Janeiro. Editora Comunità, 2010.

[141] PETERLE, Patricia. Relatório de Pós-Doutorado. Unesp-Assis, 2012, p. 216.

[142] A definição que consta no dicionário Houaiss é a seguinte: ***Crônica*****:** *sf.*1. HIST compilação dos fatos históricos apresentados segundo a ordem de sucessão do tempo 2. HIST LIT representação genealógica de uma família tida por nobre 3. Relato objetivo e detalhado correspondente ao exercício de uma função, direção, gestão etc. 4. JOR coluna de periódicos, assinada, com notícias, comentários, algumas vezes críticos e polêmicos, em torno de atividades culturais, de política, economia, divulgação cientifica, desportos etc. 5. COM noticiário a respeito de fatos atuais 6. LIT texto literário breve, em geral narrativo, de trama quase sempre pouco definida e motivos, na maior parte, extraídos do cotidiano imediato 7. LIT prosa ficcional, relato com personagens e circunstâncias alentadas, evoluindo com o tempo; romance 8. História ou conjunto de boatos, rumores, notícias a respeito e algo ou alguém em determinada região ou lugar 9. espécie de biografia falada e, em regra, escandalosa.(HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.877).

Inclusive, nas obras póstumas, manteve-se esta convenção, pois os seus escritos em *Viventes das Alagoas* e *Linhas Tortas* mantiveram-se denominados como crônicas.

A palavra crônica possui vários significados, que vão desde uma narração histórica, em ordem cronológica, até as seções ou colunas, de jornais ou revistas, consagradas a assuntos especiais[143]. Entretanto, a origem etimológica do termo faz menção à palavra grega *chronikós*, relacionada à ideia de tempo e personificada no mito grego do Titã Cronos, devorador dos próprios filhos e que, assim como o tempo, consome homens e rochas.

> O vocábulo 'crônica' designava, no inicio da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em sequência cronológica. Situada entre os anais e a história, limitava-se a registrar os eventos sem aprofundar-lhes as causas ou tentar interpretá-los[144].

Aqui no Brasil, foi a partir do folhetim, segmento jornalístico inspirado nos moldes franceses do *feuilleton*[145], que a crônica começou a sua trajetória até se tornar um gênero reconhecido pela crítica literária nacional[146]. Grandes escritores brasileiros como José de Alencar, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Rubem Braga, entre outros, encontraram nas páginas dos jornais uma alternativa para trazer à tona os seus escritos literários e ganhar a vida como escritor.

Afrânio Coutinho afirmou que foi a partir do romantismo que a crônica começou a ter o seu crescimento no Brasil e assumiu a personalidade de gênero literário até se transformar e ganhar o *status* que possui atualmente pelo seu desenvolvimento, pela sua

---

[143] HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.877.

[144] MOISES, Massaud. *A criação literária.* São Paulo: Melhoramentos, 1979, p. 245.

[145] *Feuilleton*: espaço vazio no rodapé de jornais ou nas revistas, destinado ao entretenimento (MEYER, 1985, p. 20). Ainda sobre o termo Afrânio Coutinho em Ensaio e crônica afirma que: "A princípio, no século XIX, chamavam-se as crônicas "folhetins" estampados em geral em rodapés dos jornais (feuilletons – folhetins)". (COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio (dir.), COUTINHO, Eduardo de Faria (co-dir.). *A literatura no Brasil*. 4. ed. rev. e at. São Paulo: Global, 1997. V. 6, p.121).

[146] Segundo Tattiana Teixeira no artigo "A crônica política no Brasil – um estudo das características e dos aspectos históricos a partir de uma obra de Machado de Assis, Carlos Heitor Cony e Luís Fernando Veríssimo". "A história da crônica no Brasil se confunde com a própria trajetória do jornalismo contemporâneo. Vinculada ao entretenimento – de um modo geral – ela começou a consolidar-se no país em meados do século XIX e, desde então, tornou-se um gênero quase obrigatório para os jornais brasileiros. Basta-nos um rápido panorama dos principais veículos nacionais: os de maior tiragem e alcance contam com cronistas em seus quadros, senão diária, ao menos semanalmente. Ligado, em sua gênese, ao folhetim – compreendido aqui não como o romance, mas como o espaço plural que abrigava uma série de textos voltados ao *entretenimento* – o termo *crônica*, durante este período, esteve associado a escritos sobre os mais variados assuntos, da política ao teatro, dos eventos sociais aos esportivos, dos acontecimentos do dia-a-dia ao universo íntimo de cada autor. A miscelânea temática – que se explica historicamente, talvez, pelo fato de terem sido frequentemente publicados no espaço destinado às *variedades* - se, por um lado, possibilitou que diferentes autores os exercitassem, por outro, pode ser apontada como fator preponderante para a falta de uma melhor definição, compreensão e valorização do gênero ao longo de sua história. Vários dos que escreveram crônica em algum momento buscaram compreende-la ou discuti-la, o que revela, ao menos, uma certa inquietação com esta modalidade discursiva tradicionalmente classificada como *menor*." (TEIXEIRA, 2009, p.1).

categoria artística e pela sua popularidade. Para o crítico é "uma forma literária de requintado valor estético, um gênero específico e autônomo[147]".

Antônio Candido, em "A vida ao rés-do-chão", também comentou a respeito do percurso literário adotado pela crônica:

> No Brasil ela tem uma boa história, e até se poderia dizer sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu. Antes de ser crônica propriamente dita foi "folhetim", ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia, - políticas, sociais, artísticas, literárias [...]. Aos poucos o "folhetim" foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância[148].

Afrânio Coutinho considerou a crônica um gênero originalmente ensaístico, por considerá-la reflexiva e relacionada ao jornal. A crônica foi criada no jornal e para o jornal e "somente será considerada gênero literário quando apresentar qualidade literária, libertando-se de sua condição circunstancial pelo estilo e pela individualidade do autor[149]". O crítico estabeleceu relações entre a crônica e outras atividades como a filosofia, a sociologia, os estudos da linguagem e a literatura e refletiu a respeito de sua dualidade, pois encontrou de um lado a literariedade e do outro o caráter ensaístico.

> A crônica é na essência uma forma de arte imaginativa, arte da palavra, a que se liga forte dose de lirismo. É um gênero altamente pessoal, uma reação individual, íntima, ante o espetáculo da vida, coisas, seres. O cronista é um solitário com ânsia de comunicar-se. Para isso utiliza-se literariamente desse meio vivo, insinuante, ágil, que é a crônica[150].

Para tentar entender a consolidação da crônica enquanto gênero literário que se constituiu na fronteira de outros gêneros, Coutinho também estabeleceu algumas categorias críticas para classificar seu estilo. Para o autor, a crônica brasileira desdobrou-se em cinco categorias tipológicas, de acordo com a recorrência de traços característicos do estilo adotado em sua concepção, constituindo-se como crônica narrativa, crônica metafísica, crônica poema-em-prosa, crônica-comentário e crônica-informação.

---

[147]COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio (dir.), COUTINHO, Eduardo de Faria (co-dir.). *A literatura no Brasil*. 4. ed. rev. e at. São Paulo: Global, 1997. V. 6, 1968, p. 122

[148] CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: Andrade, Carlos Drummond de et aal. *Para gostar de ler.* 5 ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 7.

[149] COUTINHO, Afrânio. *Op. cit.*, p.110.

[150]COUTINHO, Afrânio. *Op. cit.*, p. 123.

Assim, com base na classificação adotada por Afrânio Coutinho, levamos em maior consideração para este trabalho a importância das características da crônica narrativa "cujo eixo é uma estória ou episódio, o que a aproxima do conto, sobretudo entre os contemporâneos quando o conto se dissolveu perdendo as tradicionais características do começo, meio e fim[151]".

Assim como Afrânio Coutinho, o crítico Massaud Moisés[152] distinguiu, também, dois tipos fundamentais de crônica, que se destacam quando se acentua o caráter literário do texto: a crônica-conto, por seu aspecto narrativo, e a crônica-poema, que se apresenta com o lirismo da poesia. Todavia ele não deixou de lado a relação entre a crônica e o ensaio.

Ao entrar em contato com as publicações de Graciliano Ramos para a revista, logo percebemos que algumas caraterísticas da crônica se mantêm coesas, enquanto outras não se fazem presentes. Podemos dizer que os motivos estão relacionados ao momento em que as publicações foram estampadas, pela necessidade de adaptação de sua escrita ao periódico e pelo estilo de escrita do autor. O estudioso Thiago Mio Salla em sua tese de doutorado comentou o momento da publicação e as configurações adotadas pelo escritor de *Vidas Secas* em suas crônicas:

> Na ocasião em que se dá a prática periodística de Graciliano estampada em *Cultura Política*, trata-se de um momento, pós-Modernismo, no qual a crônica recebe a configuração que perdura até o momento, quando vai-se desatrelando da obrigação de recuperar os sucessos da semana (*fait divers* que tiveram um tratamento mais objetivo e referencial em outras seções) e ganhando um espaço mais autônomo, como reflexo da mudança do próprio conceito de jornal. Nesse processo, contudo, não deixa de lado suas pretensões veridictórias, mantendo-se como meio para outra fora de si, sem se preocupar apenas com a verossimilhança artística, tratando criticamente das matérias cotidianas, mas mantendo a normatividade da estrutura comunicativa[153].

Mantendo uma relação direta entre o jornalismo e a literatura e, ao mesmo tempo, sem recuperar os fatos da semana e sim os acontecimentos que fizeram parte dos costumes do Nordeste, encontramos nas crônicas de Graciliano os elos existentes entre a heterogeneidade e o flexível. "A crônica é considerada um gênero ao mesmo tempo jornalístico e literário. Uma

[151] COUTINHO, Afrânio. *Ibdem*, p. 133.
[152] MOISÉS, Massaud. *A criação literária* -prosa II. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
[153] SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. 2010. 721 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, USP, 2010, p. 327-8.

forma híbrida, portanto, vivendo uma condição ambivalente. Pelo menos no Brasil esse é o conceito moderno triunfante[154]".

Quando pensamos no conceito que temos hoje do termo, percebemos que há uma pluralidade de sentidos que gira em torno de um todo comum que "faz dela uma forma do tempo e da memória, um meio de representação temporal dos eventos passados, um registro da vida escoada[155]". Desta forma,

> tanto em relação ao sentido tradicional[156] do termo quanto em relação ao sentido moderno, é que a crônica, pela sua própria origem, está sempre ligada à ideia contida no radical do termo que a designa: assim, seja um registro do passado, seja um flagrante do presente, a crônica é sempre um resgate do tempo[157]"

Como poderemos observar nas análises, o cronista Graciliano utilizou, na maioria de suas crônicas em *Cultura Política*, o registro do tempo passado, uma estratégia de escrita utilizada para se adaptar aos moldes da revista. Outra estratégia foi a ficcionalização dos fatos em grande parte de seus escritos, conforme aponta Raul Antelo em *Literatura em Revista*, onde afirma que suas cronicas oscilavam "às vezes entre o conto, a crônica de costumes e, mais raramente a crítica bibliográfica [...][158]".

Tomando por base essas observações sobre crônica, apresentamos abaixo as análises das mesmas que se encontram em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros,* enfocando de maneira geral, os temas norteadores da nossa investigação, que se fazem presentes, muitas vezes, em mais de uma crônica simultaneamente. É nosso intuito, ao final das análises, estabelecer um diálogo entre as estratégias utilizadas pela revista para manter as publicações de Graciliano Ramos na fonte primária de modo a verificar, paralelamente, os artifícios expressivos adotados pelo escritor para manter a sua permanência como colaborador do periódico getulista.

---

[154] BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergências*. São Paulo: Ática, 2007, p. 47.
[155] COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio (dir.), COUTINHO, Eduardo de Faria (co-dir.). *A literatura no Brasil*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 1997. V. 6, p.51.

[156] O vocábulo 'crônica' designava, no inicio da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em sequência cronológica. Situada entre os anais e a história, limitava-se a registrar os eventos sem aprofundar-lhes as causas ou tentar interpretá-los. (MOISÉS, Massaud. *A criação literária* -prosa II. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2001).
[157] BENDER, Flora, LAURITO, Ilka. *Crônica* – história, teoria e prática. São Paulo: Spicione, 1993, p. 11.
[158] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984, p. 27.

A. Usos e costumes nordestinos nas crônicas de Graciliano Ramos em *Cultura Política.*

Na publicação de estreia de *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros,* volume 1, número 1 de março *de 1941,* o editor do periódico teceu algumas palavras sobre Graciliano Ramos e a missão que o escritor assumiria ao escrever sobre o nordeste brasileiro e a sua cultura. Além da apresentação de Graciliano Ramos como cronista responsável pela seção "Quadros e Costumes do Nordeste", ainda descreveu os aspetos que seriam abordados na crônica inaugural: o Carnaval nas pequenas cidades do interior nordestino.

> Escritor e romancista consagrado entre os melhores do Brasil de hoje, tendo enriquecido a nossa literatura de ficção com obras fortes e cheias de personalidade, como *São Bernardo, Angustia, Vidas Secas*, *Caetés*, e com numerosos contos que se publicam incessantemente nos grandes jornais da capital da República e dos Estados – o autor desta crônica tomou o seu encargo fixar quadros e costumes da região do Brasil onde nasceu e viveu mais de trinta anos: o nordeste.
> Neste número inaugural, ele nos dá um flagrante da grande festa popular – o Carnaval – tal como decorre nas cidadelas do interior nordestino. É um pequeno pedaço desse Brasil que ainda foge ao ímpeto renovador da civilização litorânea, desse Brasil tão diferente e tão grande...[159].

Antes de tudo, devemos destacar que a revista utilizou notas do editor com o intuito de conduzir a leitura e a interpretação dos leitores do periódico. Portanto, na primeira parte da nota do editor, os elogios grandiosos a Graciliano Ramos não ocorreram por acaso, pois concomitantemente, almejavam valorizar os escritos do autor e mostrar a todos que a figura ilustre, que outrora não se adaptava aos moldes do Estado Novo, agora emoldurara as suas publicações numa seção fixa "Quadros e costumes do nordeste". Noutras palavras, a contratação de Graciliano como colaborador fixo de *Cultura Política* aumentava o prestígio do periódico e valorizava o discurso estatal, pois contava com um escritor talentoso e reconhecido que, apesar disso, anos antes fora preso por ter sido considerado com um oposicionista aos ideais implantados pelo governo Vargas, mas que no momento da publicação estava disposto a colaborar com a revista *Cultura Política*.

Na segunda parte desta mesma nota introdutória, ainda tentando dirigir a leitura, a nota do editor enfatizou que os escritos de Graciliano iriam "fixar" e "flagrar" um "pequeno pedaço" do Brasil, um lugar distante que foi presenciado e vivido pelo autor por mais de trinta

[159] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Politica*. Rio de Janeiro, ano1, n. 1, mar. 1941, p. 236.

anos, ou seja, a nota do editor, mais uma vez, pretendeu "desficcionalizar" e aproximar da realidade os escritos de Graciliano Ramos.

A revista utilizando desta estratégia estampou a crônica inaugural de Graciliano Ramos, que retratou a sociedade e a cultura de uma pequena cidade nordestina de cinco mil habitantes. O tema central girava em torno da festa popular, o Carnaval e revelava os costumes de um povoado nordestino apegado às tradições locais sem a mínima vontade de se abrir para o novo e para novas formas de transformações sociais e econômicas: "A cidade, tradicionalista, acomoda-se aos hábitos modernos. Acomoda-se, pois não. [...]. Acomoda-se, devagar. Nada de choques, perturbações.[160]".

Por meio de alguns personagens[161], o cronista, nos leva a refletir sobre os costumes tradicionalistas que estão distantes da modernidade, como a filha do telegrafista, moça beata criada na roça que segundo os habitantes locais se envolveu de maneira "indecente" durante o carnaval com o moço da farmácia, causando falatórios, inclusive da prefeita que tinha aversão a qualquer comportamento que fugisse dos moldes da cidadezinha nordestina: "A prefeita se aborrece também. Aquela agarração da menina do telegrafista com o ajudante da farmácia é um escândalo. A sonsa, que vive na igreja, confessando-se, comungando, perde os estribos e dá amostra péssima da localidade[162]".

Como vemos em *Vidas Secas*, aqui algumas personagens se animalizam quando perdem o controle da situação e da convenção imposta pela sociedade, como aconteceu com a filha do telegrafista e o moço da farmácia.

> Os humanos se animalizam toda vez que perdem o controle do real, mera ordem cosmética. A filha do telegrafista, beata, seduzida pelo moço da farmácia, perde os estribos. Assim, a transgressão abre o hiato entre norma e desvio, que pode interpretar-se, no caso, como ironia racionalizadora de uma situação vivida pelo amor[163].

---

[160]RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Politica*. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, mar. 1941, p. 237.

[161] Segundo Afrânio Coutinho, a crônica enquanto gênero literário se consolida e se constitui com outros gêneros. Para o crítico, a crônica brasileira se distende em cinco categorias tipológicas, de acordo com traços característicos do estilo adotado, podendo ser crônica narrativa, crônica metafísica, crônica poema-em-prosa, crônica-comentário e crônica-informação. Podemos perceber que Graciliano em suas crônicas para *Cultura Política*, em muitos momentos, adotou o estilo da crônica narrativa, pois coloca como eixo central uma história, com personagens, narrada em primeira pessoa ou terceira pessoa, o que aproxima suas crônicas do conto. Em algumas crônicas, percebemos a presença simultânea de características da crônica narrativa e da crônica comentário em há, na maioria das vezes, a ironia. (COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio (dir.), COUTINHO, Eduardo de Faria (co-dir.). *A literatura no Brasil*. 4. ed. rev. e at. São Paulo: Global, 1997).

[162] RAMOS, Graciliano. *Op. cit*, p. 237.

[163] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984, p. 29.

Portanto, foi com ironia que o cronista mostrou a acomodação do sertanejo, aos antigos carnavais presos ao passado, às transgressões, às regras impostas e aos costumes tradicionalistas que traziam tranquilidade para a população local de cinco mil habitantes: "Quando o cronista ironiza que a cidade se acomoda, sem nada de choques nem perturbações, aos novos hábitos modernos, mostrou que, de fato, a cidade continua presa à convenção e ao tradicionalismo[164]".

> O lugar é morigerado. Os homens nascem oportunamente, morrem oportunamente. E entre essas ocorrências comportam-se direito, mais ou menos direito, e examinam as vidas alheias, achando sempre nelas motivo para desagrado, o que muito influi na purificação do ambiente[165].

Na crônica VII, intitulada em *Viventes das Alagoas* como "Teatro I", não há nota do editor e o cenário não é mais a pequena cidadezinha, e sim a capital. Contudo, percebemos semelhanças entre os costumes e a cultura, pois em ambos cenários os homens têm o seu destino traçado pela repetição dos fatos, a conversa rotineira e a observação da vida como forma de entretenimento.

> À tardinha as calçadas estreitas se estendiam de cadeiras, os vizinhos palestravam algumas horas como se estivessem num salão, indiferentes aos direitos do transeunte raro, que descia degraus e pisunhava entre barrocas e pontas de pedra. Finda a conversa, recolhiam-se os moveis, fechavam-se as portas e a cidadezinha repousava, ordeira e deserta, à luz de lâmpadas miúdas[166].

Podemos perceber que o espaço é visto com ironia tanto na crônica VII como na I. Observamos, ainda, ao analisar a crônica I que não há uma data que especifique quando os fatos ocorreram. No entanto, estas informações estão evidentes pelo fato do cronista utilizar o presente histórico[167], dando a entender que as passagens aconteceram antes de 1930. Logo, quando situou os acontecimentos antes de 1930[168] e chamou a sociedade de tradicionalista e apegada ao passado, o cronista se adaptou com a proposta da revista, cujo objetivo era

[164] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984, p.29.
[165] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, mar. 1941, p. 236.
[166]RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.7, set. 1941, p. 263.
[167] O uso do presente do indicativo para descrever fatos ocorridos no passado é o chamado presente histórico ou narrativo. Trata-se de um recurso utilizado para dar mais vivacidade ao texto e realçar os acontecimentos que estão sendo descritos.
[168] Apesar do *Estado Novo* ter sido instaurado apenas em 1937, considera-se como marco fundador da política de Vargas a revolução de 1930.

"definir" e "esclarecer" os novos rumos das transformações sociais e políticas do país após a revolução de 1930.

A crônica IV estampada no número quatro da revista *Cultura Política* trouxe aos leitores, mais uma vez, o acomodamento tradicionalista presente no interior nordestino. Desta vez, foi retratado o costume matrimonial da região, considerado por muitos sertanejos um processo de dignificação e aceitação perante a sociedade. O sertanejo, tendo consciência de que o casamento civil e religioso exigem disponibilidade de tempo e recursos, acabou adotando caminhos menos tortuosos até chegar ao enlace, uma vez que não possui propriedades para serem divididas entre as partes interessadas.

Nesta crônica observamos a dualidade de uma sociedade dividida entre proprietários e homens sem posse. Para os proprietários, a regra e o preceito do casamento perante o padre e o bispo significava a dignificação, enquanto a "amigação" adotada pelo sertanejo o desvio da moralidade. A norma só se pode concretizar quando o padre consegue reunir vários casais que vivem matrimonialmente juntos sem a benção e realizar o casamento de cordão[169]. Entretanto, mesmo o padre tentando fazer valer a norma, ainda, existia um pequeno grupo, os "mambembes" que não se preocupam com este contrato matrimonial de modo que "juntam-se por aí, como brutos. E casam-se depois no cordão, se se casam[170]".

Raul Antelo na obra *Literatura em Revista*, no capítulo "Cultura Política" aponta que o cronista retrata uma sociedade antiquada que insiste em uma relação bem delimitada entre o proprietário e o mambembe, o forte e o fraco, segundo os moldes tradicionalistas do interior nordestino:

> Assim como a sociedade é interpretada sob o prisma do dualismo quase feudal, as relações entre as pessoas, os papéis que elas desempenham, sofrem um esquematismo correlato. Existe o proprietário e o mambembe, o forte e o fraco, o homem e a mulher; contudo a posição do narrador não é nenhuma e nem outra – simpatiza com os fracos, mas pertence ao mundo dos proprietários. Daí uma posição intersticial, ambígua, instável, que se constrói apelando, alternativamente, a traços de ambos os grupos[171].

[169] Na mesma crônica, o cronista relata como é realizado o procedimento do casamento de corda no interior nordestino: "Alinha-se grande número de infratores junto a um barbante estendido e, em dez minutos, numa única operação, todos se sacramentam". (RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.4, jun. 1941, p. 222).
[170] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.4, jun. 1941, p. 222.
[171] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984, p. 34.

Portanto, o narrador ficou incumbido de nos mostrar a oscilação entre o forte e o fraco de modo que, se simpatiza com os fracos, entretanto, pertence ao mundo dos proprietários.

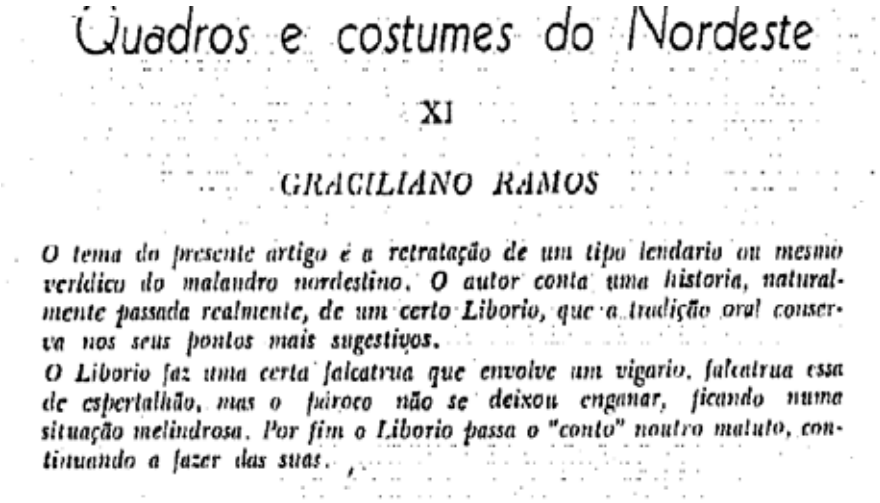
Diferentemente, das crônicas I e VII, o cronista não teve a preocupação em situar os fatos no passado em relação à contemporaneidade do leitor, inclusive utilizou verbos no presente[172]. Tal indicação se dá pelo fato de não haver uma preocupação por parte do colaborador em equilibrar as palavras, pois não foram abordados temas que pudessem fazer oposição direta ou indiretamente aos pressupostos da revista, uma vez que Graciliano mencionou o tema do casamento, uma tradição que atingia os interioranos nordestinos, podendo ser contemporânea ou não à publicação do periódico. Logo, retratar os costumes e a tradição do sertanejo em relação ao casamento era demonstrar para a sociedade litorânea o conservadorismo e a cultura do homem do sertão.

Outra crônica que fez uso do presente, e situou os fatos na atualidade da publicação em *Cultura Politica*, foi a crônica XVIII, intitulada em *Viventes das Alagoas* como "Transação de Cigano". Neste escrito o cronista nos mostrou a estrutura econômica predominante no sertão nordestino em que, segundo ele, havia os que dominavam e os que eram dominados. Esse consentimento, que aconteceu por causa da estrutura social e cultural da região, nos leva a perceber que o sertanejo se acomodou e aceitou os preceitos da lei do mais fraco e do mais forte, que predominava em sua sociedade, pois para ele "Quem é do chão não se trepa. Quem nasceu para vintém não chega a tostão[173]".

Assim, podemos entender que o intuito do cronista era mostrar com criticidade a acomodação cultural do homem sertanejo, que se convencia de sua fraqueza e aceitava a ordem social imposta por aqueles tidos como espertos e malandros, pois "quer estejamos de acordo quer não estejamos, a operação dolorosa tem de realizar-se, porque isto é a vontade de Deus[174]".

A crônica XI, intitulada em *Viventes das Alagoas* como Libório, também, retratou os costumes adotados pelo típico malandro da região nordestina. Esta crônica, assim como a I, contou com a nota do editor, que estabeleceu uma série de suposições com o intuito de direcionar a leitura.

[172] Em apenas duas crônicas Graciliano Ramos utilizou os verbos no presente, simbolizando contemporaneidade dos fatos com a época de publicação.
[173]RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.18,ago. 1942, p.311.
[174]*Ibid.*, p. 311.



Quadros e costumes do Nordeste

XI

GRACILIANO RAMOS

O tema do presente artigo é a retratação de um tipo lendario ou mesmo veridico do malandro nordestino. O autor conta uma historia, naturalmente passada realmente, de um certo Liborio, que a tradição oral conserva nos seus pontos mais sugestivos.

O Liborio faz uma certa falcatrua que envolve um vigario, falcatrua essa de espertalhão, mas o pároco não se deixou enganar, ficando numa situação melindrosa. Por fim o Liborio passa o "conto" noutro maluto, continuando a fazer das suas.

Nota do editor da crônica XI (ano 2, n. 11, jan. 1942)

Podemos perceber que o editor na nota utilizou o termo artigo para fazer referência à crônica XI, escrita por Graciliano Ramos, para retratar a personagem lendária Libório. Tal fato aconteceu porque não houve uma preocupação do editor com a distinção entre os conceitos de crônica e artigo, pois sua atenção estava esclusivamente relacionada à proposta estabelecida pela orientação da revista, e sua pretenção era apenas direcionar a leitura da crônica de Graciliano Ramos, inferindo em sua interpretação.

A nota do editor evidenciou que Libório foi uma personagem lendária verídica. Contudo, na crônica o escritor deixou claro que o malandro nunca existiu. "Esta façanha pode ser atribuída a Libório, personagem curiosa que provavelmente nunca existiu. E que, sem ter existido, viajou muitos anos pelo Nordeste, realizando falcatruas com engenho, de sorte que as vítimas ficavam sempre em situação ridícula[175]".

O intuito da nota do editor era tornar Libório uma personagem real e histórica que viveu no sertão abandonado antes de 1930 e, coerentemente, afirmar que os mais espertos encontravam a melhor maneira de sobreviver naquele espaço. Entretanto, Graciliano no início da crônica ficcionalizou e destacou que a permanência da história de Libório nos redutos locais aconteceu por causa da literatura oral e a tradição do contar "causos", recurso típico da região nordestina, onde "as malandragens desse herói, produto da ficção popular e cabocla, provocam simpatia e riso[176]".

Portanto, o malandro sabia que vivia em um sertão bárbaro que considerava o assassinato um crime menor do que o roubo e a trapaça, mas mesmo assim resolveu enganar o

[175] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.11, jan., 1942, p.249.
[176] *Ibid.*, p. 249.

padre local. Para tal proeza foi ao confessionário e depois de dois meses voltou afirmando que tinha entregado uma quantia em dinheiro ao vigário que assustado negou aos berros que havia pegado o dinheiro. O malandro espertamente ficou calmo e diante da atitude a população ficou dividida. Todavia, um esperto que observava a cena resolveu armar uma cilada para Libório de modo que, este entrasse em contradição. O homem disse que o dinheiro estava com ele e esperava que Libório se assutasse e entregasse a armação, contudo, o malandro sabiamente afirmou que buscaria o dinheiro que estava de posse do esperto, mas que naquele momento estava ali para receber o que havia entregado ao padre. "Agora quero receber o que entreguei a seu vigário. Dê cá o meu conto de réis, seu vigário, tenha paciência. Faça como o seu amigo, que deve e confessa diante do povo, não esfola os pobres[177]". Portanto, quando Libório conseguiu enganar o nativo esperto se tornou o herói das trapaças e das malandragens.

Nesta crônica XI, a estratégia da revista foi a nota do editor que tentou desficcionalizar a história de Libório, dando uma interpretação verídica às trapaças do malandro em um passado não identificado, com a tentativa de afirmar que estas trapaças realmente existiram, mas que ficaram para trás, distantes da política do Estado Novo. A estratégia utilizada por Graciliano Ramos, por sua vez, foi ficcionalizar as ações de Libório e reportar as trapaças do malandro em um passado distante sem citar em momento algum a política implantada por Getúlio Vargas.

Também Ciríaco[178], personagem principal da crônica V, pode ser considerado como um exemplo da cultura, da sociedade e da esperteza local nordestina. Trata-se de um caboclo forte que trabalhava em uma fazenda no interior de Pernambuco, conhecido por todos apenas pelo primeiro nome.

O sertanejo, conhecedor invejável dos bois e da cultura local, dividia a sua morada com o narrador da crônica, um jovem que tinha os seus costumes e hábitos marcados pela regra e pela leitura, ao contrário de Ciríaco, que possuía uma linguagem gutural e um vocabulário pequeno: "Dispunha de vocabulário escasso e falava aos arrancos, misturando assuntos, deixando as frases incompletas, entre silêncios[179]".

[177] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.11, jan., 1942, p. 249.
[178] O nome da personagem Ciríaco adveio de passagens memorialísticas, uma vez que um dos funcionários da fazenda de seus familiares no interior do Pernambuco se chamava Ciríaco. Esta informação pode ser comprovada no livro de memórias *Infância* e na obra póstuma *Cartas*.
[179]RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.5, jul. 1941, p. 242.

Diferentemente de Fabiano[180], personagem de *Vidas Secas* que também emitia sons guturais, Ciríaco, apesar de possuir um vocabulário escasso, conseguia seduzir a todos de sua região com suas histórias, sendo considerado no local como uma espécie de herói popular.

A crônica XVI nos apresentou, também, como personagem central o gramático da região, um ser que, apesar de buscar instruções nos livros e nas gramáticas, ainda fazia questão de valorizar a cultura e a fala local de seu povo, pois para ele a preservação da cultura e da tradição eram elementos essenciais na sua formação. O gramático valorizava as particularidades da sua fala, dos seus costumes, das suas crenças e do seu folclore. O cronista deixou claro que o homem sertanejo preservava a sua comunicação por meio da tradição.

Em um dos trechos da crônica, Ciríaco, preservando a fala local, conversou com o narrador e o questionou sobre a origem do mundo. Com calma e sabedoria escutou e somente no final emitiu o seu parecer: "Pensa que eu acredito nestas besteiras[181]".

Diante de tal resposta de Ciríaco, podemos perceber que o cronista, por meio da opinião da personagem, nos mostrou o olhar desconfiado do homem do sertão em relação aos ensinamentos advindos da cultura urbana.

Como a maioria das colaborações de Graciliano em *Cultura Política*, a crônica V apresentou os fatos da cultura e da sociedade nordestina em um passado distante, inclusive, em alguns momentos, temos passagens memorialísticas que lembram a infância de Graciliano, na fazenda da família em Pernambuco[182].

Quando Graciliano colocou em cena a cultura nordestina, seja ela vista de maneira atrasada ou valorizada, de certa forma, atendeu a um dos principais requisitos proferidos por Almir de Andrade em *Cultura Política*. Noutras palavras, segundo o editor da revista, era preciso despertar, reforçar e aumentar a consciência política juntamente com a cultura do país. Nesse sentido, os seus colaboradores deviam procurar "espelhar o Brasil sob tôdas as suas faces – sociais, intelectuais e artísticas[183]" com o objetivo de testemunhar que esta consciência

[180] Assim como Ciríaco, a personagem Fabiano de *Vidas Secas*, também, possuía uma linguagem escassa e gutural. Em uma das passagens de *Vidas Secas*, o narrador no capítulo *Fabiano* tece o seguinte comentário sobre a personagem: "Vivia Longe dos homens, só se dava bem com os animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam e quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia.[...]". (RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas.* São Paulo: Martins,1970, p. 19).

[181] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.5, jul. 1941, p. 242

[182] Para Arriguggi Jr., "lembrar e escrever: trata-se de um relato em permanente relação com o tempo, de onde (o autor) tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido" (ARRIGUCCI JR, Davi. *Enigma e comentário*: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 51).

[183] ANDRADE, Almir de. *Política e Cultura*. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, abr. 1941, p.7.

estava surgindo com o *Estado Novo*, "como resultante da evolução da nossa mentalidade social[184]".

Diante de tal imposição, Graciliano não fez caso, pois acreditava que a cultura da sua terra e os costumes do seu povo deveriam ser mostrados a todos, de modo a inferir que o Nordeste também fazia parte do Brasil e deveria ser tratado como parte integrante do nosso país. Entretanto, em nenhum trecho da crônica, o escritor evidenciou que o Estado Novo era o responsável pela evolução da nossa mentalidade social. Podemos perceber, portanto, que havia uma espécie de equilíbrio entre as duas partes: colaborador e periódico.

Assim, ao analisar estas crônicas revestidas de ficção, que abordaram como tema central a sociedade e a cultura nordestina, percebemos a presença de um narrador responsável por relatar os costumes de uma sociedade que não pertencia mais ao mundo em que o cronista vivia; em outros termos, ele apenas recordava os acontecimentos e os imprimia em *Cultura Política* para leitores intelectualizados dos grandes centros do sul e do sudeste, com o intuito de mostrar como o homem nordestino se comportava, principalmente, antes de 1930.

Outro ponto que não podemos deixar de destacar é que, em momento algum, o cronista fez menção honrosa ou criticou Getúlio Vargas, tanto que nem sequer citou o nome do presidente em suas colaborações. O cronista, nesse sentido, contou com a perspicácia do leitor para decifrar que, em muitos momentos, suas colocações apresentaram fatos que pertenciam tanto ao passado, antes de 1930, quanto ao momento contemporâneo de suas publicações.

Portanto, quando colocou os fatos, em sua maioria, no passado ou no presente histórico, levou o leitor, num primeiro momento, a pensar que as peculiaridades sociais e culturais faziam parte de um nordeste que ficou na Primeira República. Entretanto, podemos dizer que em 1930 houve uma mudança de governo e não uma transformação radical que alterasse o Brasil da noite para o dia, principalmente nas regiões mais afastadas do eixo centro-sul[185].

Desse modo, como forma de contribuição para a nossa análise, consideramos interessante, a partir das observações e reflexões do corpus como um todo, apresentar de forma gráfica a seleção e a classificação das crônicas que se encontram em *Cultura Política*,

[184] ANDRADE, Almir de. *Política e Cultura*. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, abr. 1941, p.7.
[185] Acredito que até os dias atuais, a região nordestina, ainda vive o seu processo de unificação cultural, política, econômica e social. Haja vista que o homem nordestino vive um processo migratório constante em busca de melhores condições de vida.

de acordo com o tema predominante usos e costumes do nordeste, conforme podemos visualizar abaixo, na Tabela 1:

Tabela 1: Crônicas: usos e costumes

Seção	**Título em *Cultura Política***	**Título em *Viventes das Alagoas***	**Espaço**	**Tempo**
Quadros e Costumes do Nordeste	I	Carnaval	Cidadezinha sertaneja	Antes de 1930
Quadros e Costumes do Nordeste	IV	Casamento	Interior do Nordeste	Contemporâneo à publicação – Presente
Quadros e costumes do Nordeste	V	Ciríaco	Fazenda do interior de Pernambuco	Antes de 1930 (menção a dados biográficos ao início do século XX)
Quadros e Costumes do Nordeste	VI	Habitação	Sertão Nordestino	Antes de 1930 (menção a dados biográficos referentes ao início do século XX)
Quadros e Costumes do Nordeste	VI	Habitação	Sertão Nordestino	Antes de 1930 (menção a dados biográficos referentes ao início do século XX)
Quadros e costumes do Nordeste	VII	Teatro I	Capital	Primeira década do século XX
Quadros e costumes do Nordeste	VIII	Teatro II	Cidadezinha sertaneja	Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX
Quadros e Costumes do Nordeste	XI	Libório	Cidadezinha sertaneja	Passsado não identificado
Quadros e Costumes do Nordeste	XVI	Um gramático	Patos, no estado da Paraíba.	Por volta de 1930
Quadros e costumes do Nordeste	XVII	Dr. Pelado	Cidade do interior e sertão	Começo do século
Quadros e costumes do Nordeste	XVIII	Transação de cigano	Sertão Nordestino(referência indireta).	Presente – contemporâneo à publicação da crõnicam *Cultura Política*.
Quadros e costumes	“Está aberta	“Está aberta a	Cidadezinha	Passado não

regionais	a sessão do júri"	sessão do júri"	sertaneja	identificado

B. Relações econômicas nas crônicas de Graciliano Ramos em *Cultura Política.*

A crônica XVIII de *Cultura Política* foi intitulada em *Viventes das Alagoas* como "Transação de um cigano" tem como uma de suas temáticas centrais a economia do Nordeste, mas precisamente a do sertão nordestino. Diferentemente das outras crônicas publicadas na revista, esta apresenta os fatos no presente do indicativo para relatar as técnicas econômicas do lugar[186].

Utilizando como recurso a dissertação[187], a crônica tinha por intuito destacar, explicar e estabelecer as relações existentes nas práticas econômicas adotadas pelo homem sertanejo. Desta forma, o cronista relatou as diversas atividades desenvolvidas pelo homem nordestino que visava à troca, à trapaça, à distribuição e o consumo de seus pertences como necessários à sua sobrevivência e para uma melhor qualidade de vida.

No número XVIII, o cronista relatou sobre uma conversa que teve com um punguista, em que o mesmo lhe afirmou que no sertão nordestino as práticas econômicas eram regidas por malandros e otários. "Inútil querermos destruir a ordem natural. O malandro veio ao mundo para esfolar, o otário deve ser esfolado – e, quer estejamos de acordo quer não estejamos, a operação dolorosa tem de realizar-se, porque isto é a vontade de Deus[188]".

Para que tal estrutura se concretizasse, era necessário que os sertanejos se acomodassem e aceitassem os preceitos, e eles aceitavam, a ponto de repetirem incessantemente duas frases que acabaram virando provérbios: "Quem é do chão não se trepa. Quem nasceu para vintém não chega a tostão[189]".

Portanto, podemos perceber que o intuito do cronista era mostrar com olhar crítico a acomodação do sertanejo, que se convencia e aceitava a ordem social à qual pertencia e,

[186] Apenas as crônica XVIII e IV dissertam sobre os fatos e utilizam o presente contemporâneo ao da publicação da revista *Cultura Política*.
[187]Graciliano Ramos em suas crônicas para *Cultura Política* lançou mão de diversos tipos de gêneros, conforme já podemos observar nas análises de algumas crônicas acima. Portanto, conforme afirma Roncari : "[...] a crônica usa e abusa da variedade dos pequenos gêneros, dos simples aos mais complexos, na sua composição; diálogos do cotidiano, retratos, tipos, cenas cômicas e dramáticas, versos, sonetos, relatos, narrativas, casos, comentários, contos, confissões, descrições líricas, sátiras, paródias, etc".(RONCARI, Luiz. *A estampa da rotativa na crônica literária. Boletim Bibliográfico. Biblioteca Mário de Andrade.* São Paulo, v. 46, p. 9-16, jan.-dez. 1984, p. 14).
[188] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.18,ago. 1942, p. 311.
[189] *Ibid.*, p.311.

muitas vezes, não procurava ou não tinha forças para buscar uma sobrevivência digna ou melhores condições de vida em seu próprio território.

Tal estratégia já havia sido adotada por Graciliano Ramos em *Vidas Secas* (1938) quando o autor nos mostrou, por meio do recurso da repetição, a imobilidade social permanente presente no sertão nordestino. Este recurso serviu para introduzir no leitor uma visão da realidade que o autor desejava denunciar, no caso, a impossibilidade de escapar da miséria, de uma natureza inóspita e estéril e a dificuldade de contar com o apoio de um governo distante ou mesmo ausente: "Fabiano é um esmagado, pelos homens e pela natureza; mas o seu íntimo de primitivo é puro[190]".

Na verdade, Graciliano Ramos em *Vidas Secas* e na crônica XVIII salientou que as pessoas só se submetem às leis do outro porque acreditam na imutabilidade, o que as torna frágeis e impotentes diante de muitas situações, como Fabiano em relação à seca: "nem valia a pena trabalhar (…) ela se avizinhava a galope, com vontade de matá-lo[191]".

Rui Mourão, na obra *Estruturas: ensaio sobre o romance de Graciliano*, tratou da imobilidade das personagens de *Vidas Secas* (1938): "são individualidades tão desoladoramente esvaziadas pela pobreza humana que permanecem impossibilitadas do ingresso no espetáculo de uma existência social efetiva[192]". Mais adiante, o crítico pondera que "ninguém ali tem condições para enxergar muito além do que se encontra à frente dos seus próprios olhos e todos se consomem quase que na pura percepção sensorial direta[193]".

O cronista com criticidade nos faz pensar que nenhuma dominação pode se concretizar e permanecer se os dominados não acolherem a ideia de inferioridade, de estagnação e aceitação do fracasso. Portanto, é possível afirmar que alguns escritores fazem uso da crônica para representar fatos recentes ou que possam repercutir na maneira de refletir da atualidade de determinado povo: "o cronista pode, então, ser visto como alguém que, por estar do lado de fora do tumulto da captação noticiosa, solitariamente vê o que ninguém viu[194]".

Portanto, conseguindo ver além, o cronista dissertou sobre um tipo de malandro que é sustentado pelos matutos: os que se dedicavam aos negócios de animais.

---

[190] CANDIDO, Antonio. *Ficção e Confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p.145.
[191] RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. São Paulo, Martins, 1970, p.59.
[192] MOURÃO, Rui. *Estruturas, ensaio sobre o romance de Graciliano*. Rio de Janeiro: Arquivo Editora e distribuidora, 1971, p. 125.
[193] *Ibid.*, p. 125.
[194] BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergências*. São Paulo: Ática, 2007, p.57.

Dentre estes homens havia uma classificação segundo a qual em primeiro lugar estavam os ladrões, temidos por todos e presentes em todo o Nordeste, homens associados à maçonaria e que possuíam linguagens e hábitos especiais. Em segundo lugar estavam os negociantes de cavalos "atacadistas ou retalhistas, solitários ou agrupados, profissionais ou diletantes, nômades ou sedentários[195]", que causavam antipatia e levavam a melhor em suas transações, pois eles "mostram o que não existe e escondem as coisas evidentes[196]". Em terceiro lugar, os ciganos que segundo o cronista eram os de mais respeito e "já não são ciganos e talvez nem tenham nenhum sangue deles, mas vivem à toa, aboletam-se no campo ou em pontas de rua, em barracas, ligam-se a diversas mulheres e usam uma algaravia arrastada, para ganhar importância[197]". Eles eram menosprezados pelo sertanejo que "evita-os, nega-lhes um caneco d'água em tempo de sêca e, invariavelmente, ensina-lhes o caminho errado[198]". E, finalmente, por último os trocadores que "andam nas fazendas e nas povoações do interior, buscando roceiros inexperientes, e se os descobrem, oferecem logo, em conversas abundantes e repisadas, cheias de exclamação, alguma pequenina besta de cangalha[199]".

Diante de tal estrutura, aquele que aplicou o golpe é vangloriado e o "penoche que se deixa embromar enche-se de vergonha e cobre-se de ridículo[200]".

Ante esta verdade local, para o sertanejo, digno é aquele que consegue enganar um homem esperto. Para exemplificar tal fato, o cronista utilizou o recurso da *mise en abyme* quando nos conta[201] a conversa entre a o narrador e o punguista em que o mesmo contou uma negociação que houve entre o cigano e o coronel. "Caso digno de interesse é engabelar um sujeito sabido, como na história seguinte[202]".

Mise en abyme é um termo em francês que costuma ser traduzido como "narrativa em abismo", usado pela primeira vez por André Gide ao tratar das narrativas que contêm outras narrativas dentro de si.

---

[195] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.18,ago. 1942, p. 311.
[196] *Ibid.*, p. 311.
[197] *Ibid.*, p. 311.
[198] *Ibid.*, p. 311.
[199] *Ibid.*, p. 311.
[200] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.18, ago. 1942, p. 312.
[201] Basicamente o cronista utiliza como recurso a dissertação para imprimir nas páginas de *Cultura Política* a crônica XVIII. Entretanto, neste trecho ele utiliza a narrativa para nos contar o acordo feito entre as personagens cigano e o dono da fazenda. Logo, percebemos a mistura de gêneros adotada pelo cronista em seus escritos para *Cultura Política*.
[202] RAMOS, Graciliano. *Op. cit*, p. 312.

> O termo *mise en abyme* é operacionalizado por André Gide, em 1893, a partir de um sentido bastante preciso: em uma narrativa, o *mise en abyme* corresponderia ao fragmento de um texto capaz de reproduzir, tal como uma miniatura, o texto em sua inteireza, o todo do texto[203].

É, portanto, a partir desse recurso que o leitor conheceu a história de negociação que aconteceu entre o cigano e o dono de uma fazenda. O chefe dos ciganos, povo considerado esperto e trapaceiro pelos sertanejos, deixou o seu bando do lado de fora da porteira da casa grande e juntamente com um burro velho se aproximou do dono da fazenda e propôs negócio. O patrão mandou buscar um animal e após muitas conversas e observações resolveram fazer a troca, pois estavam "certos de que possuíam duas desgraças vivas, realizaram a permuta com os embelecos de sempre[204]".

O cigano, tido como vagabundo, se despediu e se reuniu com o seu grupo. "Ao passar um riacho, a égua mudou de côr: dissolveu na agua a tinta que a enfeitava e exibiu as peladuras da sarna. Pouco adiante cansou. Impelida a caminhar, puxada por todos os lados, acuou. E deixou nas mãos dum homem o rabo postiço[205]".

Diante do ocorrido, o cigano e seu bando retornaram. O coronel ao avistá-los questionou se o mesmo havia se arrependindo e imediatamente avisou que o acordo feito deveria ser cumprido, pois "negócio é negócio[206]". O cigano com ironia afirmou: "Sem dúvida, ganjão, respondeu o cigano descobrindo-se, curvando-se numa profunda reverencia. Quem falou em arrependimento? Negócio é negócio. Eu resolvi largar esta vida. E venho entregar o bando a vossa senhoria[207]".

Consequentemente, o cronista conhecedor da região e da cultura local nos mostrou, obviamente, com olhar distanciado, este mundo que abordou a malandragem como uma forma de tirar proveito diante das negociações predominantes na região. O cigano, homem visto pela sociedade como vagabundo e esperto, não fez jus à sua fama e foi enganado pelo proprietário da fazenda, homem mais esperto, que assumiu o lugar do cigano pelo fato do mesmo não se achar mais digno de ser o chefe da trapaça e da transação ardilosa.

Assim, mesmo interpretando a sociedade com dualidade, tanto a revista quanto Graciliano não se preocupou em utilizar estratégias evidentes. Noutras palavras, a revista não

---

[203] CASADEI, Eliza Bachega. *Narrativas Mise en Abyme: a instalação de uma competência genérica da reportagem na Revista da Semana (1920-1945)*. Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.1, n.2, jul.2012 / dez.2012 - ISSN 2238-5126 (versão online), p. 132. http://www.unicentro.br/rbhm/ed02/artigos/05.pdf. Acesso: 10/10/2013.
[204] RAMOS, Graciliano. *Op. cit.*, p. 312.
[205] *Ibid.*, p. 312.
[206] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.18, ago., 1942, p. 312
[207] *Ibid.*, p. 312

fez uso das notas do editor, uma vez que os seus leitores já haviam assimilado a proposta da revista e das publicações de Graciliano Ramos; o cronista, por sua vez, não distanciou os fatos ou criou personagens fictícios, pois a temática abordada não feria os princípios adotados pela revista pelo fato dessas transações com artimanhas sempre terem feito parte do mundo sertanejo nordestino. Além disso, ao focar as peculiaridades da economia e dos costumes locais, a revista atingia um dos seus objetivos que era relatar e aproximar as regiões do país.

O cronista mesmo escrevendo sobre os quadros e costumes do nordeste, região que conhecia, sabia que as trapaças podiam ocorrer em qualquer parte do Brasil e não somente no sertão nordestino. Nesse sentido, cabia, então, ao leitor refletir sobre esta dualidade econômica que se apresentou na crônica XVIII e concluir se esta dicotomia entre o mais fraco e o mais forte predominava no Brasil como um todo na contemporaneidade.

A crônica "A decadência de um senhor de engenho" que foi publicada na obra *Viventes das Alagoas* com o mesmo título também discutiu a dicotomia existente entre o forte e o fraco e as relações econômicas existentes no nordeste. Tendo como cenário o sertão nordestino e como marca temporal o início do século XX, o cronista relatou o desmoronamento do patrimônio do senhor Joaquim Pereira, dono do Ingá, conhecido como Pereira do Ingá. A derrocada teve início quando o senhor de engenho entrou na política e fez uma aliança com um deputado que tinha feito um acordo com o governo, no caso da Primeira República, como podemos supor a partir da citação: "Foi no começo do século".

As tranformações que o senhor de engenho enfrentou começaram após 1989, marco do início da República, pois para o senhor de engenho os preços aumentaram após esta data, inclusive o salário dos ex-escravos e mulatos que agora eram livres e remunerados.

Pereira do Ingá foi, de fato, um homem apegado ao passado que não se adaptou às transformações ocorridas no campo da economia e da política, de modo que preservava esta imobilidade em sua aparência física. "Pereira conservava religiosamente a sua velha sobrecasaca, a sisudez, o orgulho, as barbas enormes, preciosas, semelhantes às do imperador[208]".

O narrador, apesar de nomear a personagem, fez com que os acontecimentos girassem em torno de suas ações tornando-a imagem de uma generalidade daqueles senhores de engenhos decadentes que se encontravam em situações de precariedade financeira no interior do país.

[208] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes regionais. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.19,set. 1942, p. 185.

Esta crônica não contou com o uso da nota do editor, uma vez que elas diminuíram com o passar do tempo pelo fato dos leitores terem se adaptado à proposta das publicações de seus colaboradores. Além do mais, a revista entrou em uma nova fase e se preocupou mais com os textos relacionados à segunda guerra mundial e à entrada do Brasil no conflito. Além disso, a temática e a maneira como o cronista conduziu a derrocada do senhor de engenho, que principiou no início do século, deu tranqüilidade ao editor, pois em um trecho da crônica chegou afirmar que o Brasil passou por sérias mudanças no campo econômico e político desde 1889, que contribuíram para a falência do engenho Ingá. As estratégias de escrita adotadas por Graciliano Ramos, como se percebe, foram ficcionalizar os fatos e acima de tudo utilizar o passado como uma forma de destacar que os acontecimentos foram anteriores ao governo Vargas. Contudo, em nenhum momento fez alguma citação direta ou indireta afirmando que na atualidade não havia desmoronamentos das estruturas patriarcais ou mesmo que a política da atualidade valorizasse o controle dos preços dos produtos.

Outro texto que analisou a questão da economia vigente na região nordestina foi "Recordações duma indústria morta", intitulada em *Viventes das Alagoas* como "Recordações de uma indústria morta". Nesta crônica, o cronista ficcionalizou a história real de Delmiro Gouveia[209], um dos pioneiros da industrialização brasileira, principalmente no nordeste. "Era uma vez um sertanejo que se chamava Gouveia e se mantinha comprando peles de bodes na caatinga, vendendo-as nas povoações, em dias de feira[210]".

Quando utilizou a ficção para contar os passos biográficos de Delmiro Gouveia no cenário industrial, principalmente nordestino, o cronista almejou mostrar que as peripécias vividas por Delmiro até a sua morte em uma emboscada, que causou a derrocada de sua empresa, não aconteceram somente com ele, mas com muitos industriais que se aventuraram na implantação do processo de industrialização no nosso país.

> Poder-se-ia aproximar a figura do narrador, tal como ela decorre nos quadros ao retrato de Delmiro – lembro o Belmiro, o velho bêbado e visionário de "A nova Califórnia", de Lima Barreto – Gouveia que Graciliano nos oferece. Trata-se de aproximação ilustrativa, pois, tal como o coronel, Graciliano sente-se o pólo inviável do conflito entre burguesia nacional e imperialismo. Se ambicionar demais, sabe que sobrevém o castigo e a anulação; se abaixar a cabeça, a castração é inevitável[211].

[209] Delmiro Gouveia (1863-1917) foi um dos pioneiros no processo de industrialização do país. No nordeste foi o primeiro que instalou uma fábrica nacional na região chamada Linhas Estrela. Se não bastasse, explorou o potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso ao construir a primeira usina hidrelétrica do Brasil.
[210] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes regionais. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.20, out. 1942, p. 168.
[211] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984, p.46.

Desse modo, a imagem ilustrativa de Delmiro pode ser considerada como o embate que existiu entre o Império e o processo de industrialização, que teve o seu início no final do século XIX. Os editores de *Cultura Política* não se preocuparam com a nota do editor, pois há tempos não lançavam mão dela e, além do mais, a temática abordada de certa forma agradava, pois os acontecimentos estavam datados e inseridos em um passado que segundo os moldes propagandísticos não pertenciam mais ao governo Vargas, que se vangloriava pelo incentivo ao processo de industrialização no país. Mais uma vez, Graciliano não mencionou a política da contemporaneidade na publicação de suas crônicas, no caso o Estado Novo, ou seja, em nenhum momento louvou a política adotada pelo populismo que privilegiava a efetivação do processo de industrialização no país.

Portanto, nenhuma das crônicas publicadas em *Cultura Política* com a temática das relações econômicas fez uso das notas do editor, pois suas publicações aconteceram em um momento em que a revista já havia firmado a sua proposta propangandística aos leitores e, além do mais, o assunto sobre as transações econômicas fazia parte do cotidiano nordestino e dos principais centros urbanos do país. Aos olhos do periódico, tais escritos não feriam, portanto, a integridade de Getúlio, uma vez que Graciliano em nenhum momento citou o nome da figura pública de Vargas.

Mais uma vez, a título de contribuição para a nossa reflexão, apresentamos de forma gráfica a seleção e a classificação das crônicas de acordo com a sua temática predominante: Relações econômicas nas crônicas de Graciliano Ramos em *Cultura Política*, conforme podemos visualizar abaixo, na tabela 2:

Tabela 2: Crônicas: Relações econômicas

Seção	**Título em *Cultura Política***	**Título em *Viventes das Alagoas***	**Espaço**	**Tempo**
Quadros e Costumes do Nordeste	XVIII	Transação de cigano	Sertão Nordestino (referência indireta).	Presente – Contemporâneo à publicação em ca em *Cultura Política*, década de 1940.
Quadros e Costumes regionais	A decadência de um	A decadência de um senhor de engenho	Sertão nordestino	Começo do século.

	senhor de engenho			
Quadros e costumes regionais	Recorda-ções duma indústria morta	Recordações de uma indústria morta	Sertão, cidade do interior, capital.	Primeiras décadas do século XX

C. A política nordestina nas crônicas de Graciliano Ramos em *Cultura Política.*

No segundo número da revista, o cronista Graciliano na seção "Quadros e costumes do Nordeste" escreveu a crônica II, em que a temática central é a política nordestina. Antes do início da crônica havia uma nota do editor com o intuito de esclarecer o leitor e enfatizar que o modo de governar baseado no caudilhismo e nos interesses pessoais pertencia ao passado, pois após a instauração do Estado Novo a tirania regional havia se dissolvido e o desmando destas figuras públicas não existia mais.

> O sistema eleitoral da Primeira República criou, no interior do Brasil, curiosos tipos de caudilhos. Em torno deles girava a vida estadual e municipal. Todo um grupo de interêsses pessoais se organizava em redor dessas figuras, que comandavam os negócios sociais. Cada uma delas podia repetir a frase simbólica de Luiz XIV: L'Etat c'est moi". E era mesmo. Depois de novembro de 1937, as coisas mudaram de rumo. Essas figuras caíram, se apagaram, se dissolveram na onda revolucionária que introduziu novos costumes e novos métodos de conduzir a vida regional. Em sua crônica de hoje, o autor procura fixar um desses tipos, encarnado na pessoa de uma mulher. Era comum as mulheres manobrarem tiranicamente com os negócios do Estado. Elas faziam nomeações, derrubavam prefeitos, elaboravam leis, faziam da administração pública uma continuação do seu "boudoir". O caudilhismo feminino provocara manifestações curiosas, na vida pública do Nordeste Brasileiro. E é a pena segura de um dos maiores romancistas do Brasil de hoje que nos vai pintar, em poucas palavras, esse quadro tão familiar aos que conheceram o Nordeste há alguns anos atrás[212].

A finalidade da nota do editor era enfatizar que o Estado Novo se encarregou de dar fim a tipos como D. Maria Amália, pois, a partir de então, o Brasil vivia sob a custódia de novos tempos. Portanto, o autor da nota direcionou os rumos da criação de Graciliano Ramos, uma vez que, de maneira clara, opõe-se ao sistema eleitoral da Primeira República, uma forma de governo baseado em troca de favores, caudilhismos e autoritarismo, em detrimento do

[212] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.2,abr. 1941, p. 247.

Estado Novo, que buscava incessantemente novos ares para o país, inclusive indo contra o coronelismo regional.

Quando a revista lançou mão de uma nota do editor com uma linguagem tão clara e enfática como o da crônica II, nos levou a perceber que os editores da revista acreditavam que os seus leitores precisavam de uma direção para entender o sentido de suas publicações. Noutros termos, a nota tentava induzir a leitura, numa tentativa de anular a crítica potencial do autor sobre as mazelas do presente. A nota do editor, portanto, era um texto importante para a revista, que simbolizava o conflito entre a liberdade do cronista e os interesses do periódico.

Para Thiago Mio Salla, quando a revista colocou a nota do editor, ela mostrou aos leitores o rumo que a leitura deveria tomar, quebrando qualquer ambiguidade que o texto pudesse reportar.

> Nesse sentido, a introdução produzida pela revista acaba por desficcionalizar a história ambígua e encoberta construída pelo artista, atribuindo-lhe o estatuto de documento ("crônica"), a representar um estado de coisas no pretérito que supostamente não teria mais lugar com o Estado Novo. Por oposição, o retrato do passado ("um quadro tão familiar aos que conheceram o Nordeste há alguns anos atrás") serviria para reafirmar o "hoje" estadonovista, atribuindo a este último o caráter de reformador da vida política brasileira[213].

Com esta nota do editor, Graciliano Ramos publicou a crônica II que tinha como personagem central D. Maria Amália, figura que possuía atitudes de um coronel nordestino e cobrava de todos ao seu redor trocas de favores, inclusive do governador. Era, afinal, uma mulher destemida que simbolizava os elementos da política brasileira como o caudilhismo, o parasitismo, a tirania e o tradicionalismo:

> D. Maria Amália, senhora terrível, casada com um chefe político do lugar mas dona do delegado, do subdelegado, dos inspetores de quarteirão, do administrador de recebedoria, do inspetor federal, do promotor, dos jurados, dos conselheiros municipais e do próprio prefeito. Com ela não havia opção: alguns corriam a contentar os seus caprichos; outros, porém, resistiam e "obedeciam com independência[214]".

Para dar vida a esta personagem temida, o narrador oscilou entre o espaço do interior e da capital e colocou os fatos em um passado anterior a 1930, com citações indiretas, e

[213]SALLA, Thiago Mio, *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. 2010. 721 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, USP, 2010, p. 395.
[214] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984, p.47.

somente no último parágrafo da crônica utilizou o presente do indicativo para destacar que d. Maria Amália, em tempos do Estado Novo, não dominava mais e era apenas uma figura feminina que vivia descontente no interior do Nordeste, ou seja, o uso do presente no último parágrafo simbolizava que na contemporaneidade da publicação da crônica não existiam tipos como d. Maria Amália.

A crônica inaugural de Graciliano Ramos em *Cultura Política*, também, já havia colocado como chefe político uma figura feminina e tradicionalista. "A prefeita, alarmada, suspende a conversa, olha os rapazes do comércio, que gingam e dançam misturando-se aos cordões, alguns caixeiros viajantes, tipos viciados, com certeza, mulheres duvidosas[215]".

Em outro trecho, mais adiante da mesma crônica, a prefeita, novamente, manifesta o seu apego à tradição e a preocupação em manter a ordem local segundo os seus princípios: "A prefeita se aborrece também. Aquela agarração da menina do telegrafista com o ajudante da farmácia é um escândalo[216]".

Como se percebe, não era a primeira vez que o cronista colocava como personagem política uma figura feminina. D. Maria Amália, assim como a prefeita da crônica I, exercia forte influência sobre os rumos políticos da cidade. Trata-se, portanto, de duas mulheres destemidas que se comportavam como verdadeiros coronéis e que exigiam das pessoas da região submissão e obediência: "Senhora terrível, sempre com um inimigo para deitar abaixo e um amigo para colocar. Nunca estava satisfeita: achava poucos os favores que os seus amigos recebiam e julgava os inimigos demasiadamente favorecidos[217]".

Inconveniente, D. Maria Amália atormentava com frequência a personagem do governador do estado, figura pública que duas vezes por semana percorria as cidades do interior, tentando ensinar agricultura e zootecnia, na tentativa de endireitar os orçamentos municipais. Todavia, esta caminhada pelo interior era para fugir de pessoas que lhe tiravam o sossego e a calma. "O gabinete de s. excia., como todos os gabinetes de pessoas importantes, estava sempre cheio. Pedidos, choradeiras, desejos de vingança, vaidades, calúnias, reedições vivas de cartas anônimas – um inferno[218]".

Assim, quando o cronista colocou que este governador percorria o sertão, ele atentou para o fato de que os governadores deveriam deixar os seus gabinetes e conhecer um pouco mais sobre a sua região e o seu povo. Inclusive, na crônica, o governador ao percorrer o sertão

[215] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.1,mar. 1941, p. 237.
[216] *Ibid.*, p. 247.
[217] RAMOS, Graciliano. *Op. cit.*, p. 246.
[218]RAMOS, Graciliano. *Op. cit.*, p.246.

"se punha em contacto com todas as misérias da terra. E as misérias vestiam-se mal e falavam linguagem incorreta[219]".

Portanto, mesmo colocando os fatos no passado e distanciando os acontecimentos da política do Estado Novo, o cronista satisfez os desejos de *Cultura Política*, ao demostrar que o governador conhecia de perto a sociedade, a cultura e as dificuldades de uma região esquecida pelo restante do país. Noutras palavras, uma das políticas adotadas por Getúlio Vargas era a necessidade de conhecer as regiões do país, principalmente os locais abandonados e integrá-los num processo de unicidade.

Graciliano, neste quesito, de certa forma, concordava com o propósito getulista que era conhecer e desbravar o sertão, uma vez que o homem do interior nordestino deveria ser valorizado e visto como parte integrante da nação[220]. Desta forma, o sertão nordestino deveria oferecer ao sertanejo as mesmas oportunidades encontradas nas regiões mais desenvolvidas, inclusive subsídios para a sua sobrevivência[221].

O cronista, entretanto, não perdoou as atitudes condenáveis do governador, como a troca de favores e a compra de votos, mesmo ele praticando uma gestão política voltada para uma totalidade que visava à melhoria do sertão.

D. Maria Amália mantinha postura semelhante em relação à compra de votos e troca de favores, pois:

> O eleitor cambembe votava para receber um par de tamancos, um chapéu e o jantar que o chefe político oferecia à opinião pública; mas o eleitor considerado queria modo de vida fácil, ordenado certo e a educação dos filhos.
> S. excia. compreendia perfeitamente que a oposição engrossava. Paciência. Depois dos votos, promessas[222].

Prontamente, esta figura assustadora representava o voto de cabresto[223], pois todos os moradores da cidade sabiam que os votos do marido eram conseguidos por D. Maria Amália, ora por benefícios ora por meio da compra:

---

[219]RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.2,abr. 1941, p. 247, p. 246.

[220] Desde a época colonial, o homem nordestino tem deixado a sua terra e o seu povo num processo de migração inter-regional para terras do sul, local visto por eles como o espaço perfeito para a realização de seus sonhos. O próprio Graciliano, de maneira "forçada" fixou residência na região Sudeste.

[221] Tal política não se realizou por completo, pois o homem nordestino ainda continua deixando a sua família para tentar melhores condições de vida em outras regiões.

[222] RAMOS, Graciliano. *Op. cit.*, p. 247.

[223] O voto de cabresto, muito recorrente nos locais mais pobres, é um *sistema* do controle *político* que conta com a compra dos votos por meio do abuso da autoridade e tem como principal característica o coronelismo.

> Mas no município dele todos sabiam que os votos eram de d. Maria Amália, que manejava o delegado, o subdelegado, os inspetores de quarteirões, o administrador da recebedoria, o coletor federal, o promotor, os jurados, os conselheiros municipais, o prefeito e o zelador do cemitério. Dessas autoridades heterogêneas, umas, maleáveis, quebravam a cabeça para adivinhar os pensamentos de d. Maria Amália e corriam a contentá-la; outras, de têmpera rija e carranca, resistiam, discutiam e obedeciam com independência[224].

Obviamente, as pessoas queriam que as suas promessas fossem pagas e D. Maria Amália exigia do governador benefícios que pudessem satisfazer as suas vontades, pois com "o seu nariz bicudo farejava os decretos que se ocultavam nas diretorias, nas secretarias e nas oficinas da Imprensa Oficial[225]".

A astúcia de D. Maria Amália se transformou em uma calamidade para o governador; sua figura passou a representar a desordem econômica, política e social de sua região e até mesmo do país: "Essa figura antipática e exigente cresceu tanto que tomou para o governador as proporções duma calamidade. D. Maria Amália tornou-se um símbolo. Foi a representação da trapalhada econômica, social e política[226]".

Com todo este controle nas mãos, D. Maria Amália ganhou forças públicas na administração, na justiça, na polícia e na política.

> Um conselho aprovava as contas do prefeito que esquecia as obras públicas e gastava mundos e fundos com pessoal.
> - Administração de d. Maria Amália.
> Um coronel mandava o júri absolver ou condenar criminosos.
> - Justiça de d. Maria Amália.
> Um delegado tomava a faca dum cabra e ia vendê-la a outro.
> - Polícia de d. Maria Amália.
> Todos os anos, no dia 7 de setembro, o governador recebia um telegrama que nunca mudava: "Congratulo-me com eminente amigo comemoração data independência querida pátria. Cordiais saudações".
> - Política de d. Maria Amália[227].

Portanto, para o narrador, a figura feminina de D. Maria Amália em tempos de glória representava "a malandragem e o parasitismo" de todos os coronéis que manipulavam a

[224] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.2,abr. 1941, p. 247.
[225] *Ibid.*, p. 247.
[226] *Ibid*., p. 247.
[227] *Ibid.*, p. 247.

administração, a justiça e a política nos interiores da região nordestina, principalmente durante a Primeira República.

Todavia, com a implantação do Estado Novo esta figura que se encontrava no apogeu[228]: "entrou em decadência, pois os tempos mudaram e a senhora antipática assim como o coronelismo perderam espaço e hoje vivem apenas de recordações de um tempo em que mandavam nos interiores do nordeste[229]".

> E d. Maria Amália subia.
> Depois desceu. Hoje é uma senhora grisalha, gorda, respeitável, com boas cores, bom estômago, boa memória. E vive descontente[230].

O cronista não comentou os motivos que causaram o descontentamento de D. Maria Amália, apenas sabemos que ela perdeu o poder. Mais uma vez, ficou a cargo do leitor deduzir se os motivos que levaram à derrocada estavam relacionados com a chegada de novos coronéis ou ao "término" deste tipo de política coronelística em sua região[231].

Podemos dizer, ainda, que houve claramente uma oposição entre o ontem e o hoje que simbolizaram, respectivamente, a Primeira República e o Estado Novo. Percebemos que o cronista não fez menção direta a esta dualidade política; todavia a nota do editor direcionou a leitura e apoiou claramente a política do Estado Novo tirando qualquer ambiguidade que pudesse confundir o leitor.

A imposição da nota do editor nesta crônica, como se pode observar, se fazia necessária para os padrões propagandísticos adotados pela revista, uma vez que as publicações de Graciliano eram recentes e os editores "precisavam" nortear o público leitor, com o intuito de enfatizar que seus colaboradores enxergam a governo vigente inovador e responsável pela unificação do país como um todo. Outro motivo para a presença da nota do editor estava associado à temática abordada, a política, assunto controverso e ao mesmo tempo necessário, em tempos de consolidação e concretização do Estado Novo.

Portanto, podemos dizer que a colaboração de Graciliano Ramos em *Cultura Política* contou com o apoio da nota do editor para guiar o rumo que os leitores da revista deveriam

---

[228] Em nenhum momento na crônica, o narrador relatou os motivos que levaram d. Maria Amália à decadência, contudo, a nota do editor induz o leitor a pensar que a instauração do Estado levou à bancarrota o poder desta figura feminina.
[229] RAMOS, Graciliano. *Op. cit*, p. 247.
[230] *Ibid.*, p. 247.
[231] Como é de conhecimento, uma das propostas da política estadonovista era a unificação e a reintegração de todas as regiões do país, entretanto, esta política se mostrou falha em alguns momentos, pois não conseguiu juntar os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos dos estados numa totalidade, haja vista que muitos coronéis ainda mandam em muitas províncias do Brasil.

seguir, contudo, tal discurso apenas induz e não legitima a opinião dos leitores, que, não obstante, podem optar por uma leitura voltada para a prática do coronelismo, inclusive em tempos do governo Vargas.

Em suas crônicas, Graciliano narrou a história de personagens tipos, que incorporaram em sua essência características peculiares que as conectaram com a realidade da vida sertaneja, e desse modo desconstruíram e revelaram questões inerentes ao ambiente nordestino contemporâneo à data das publicações em *Cultura Política*, veladas e cifradas nas entrelinhas de acontecimentos triviais, que se perderiam no cotidiano se não fossem resgatadas pela habilidade do escritor, recebendo tratamento estético.

Tendo como base a narrativa cotidiana de uma figura típica nordestina, mas concentradas em seus aspectos humanísticos, as crônicas graciliânicas oferecem dupla possibilidade de interpretação, podendo ser admitidas como textos produzidos sobre diferentes planos de leitura, aquele em que seu sentido encontra-se unido aos ideais defendidos e propagados pelas notas, sempre frequentes, do editor, na tentativa de orientar a leitura do artigo, e outro que sonda a realidade política das relações nordestinas em busca do significado escondido, exigindo do intérprete uma postura mais crítica, e que pretende ir além do assunto que o motivou.

Candido e Arrigucci Jr. apontam que a natureza da crônica realmente se encontra em seu caráter humanizador, ou seja, o ser da crônica consiste em desprender da narrativa um olhar ulterior, capaz de filtrar da memória coletiva toda a sensibilidade da poesia. O cronista, então, responde à necessidade básica de seu fazer literário, ao convite diário de perpetuar a memória por meio da escritura e de obedecer à pulsão natural do escritor, que encontra na imprensa o álibi perfeito para fazer de sua vocação literária um exercício cotidiano e frequente.

Assim, na crônica intitulada em *Cultura Política* como X e em *Revista do Povo* e *Viventes das Alagoas* com o título de D. Maria, o editor, novamente, pretendeu orientar a leitura, focalizando na figura matriarcal da personagem D. Maria, que incorpora com todo vigor a força e coragem da mulher masculinizada para sobreviver em meio à sociedade política e cultural daquele período e exaltada como uma lembrança exemplar da típica mulher sertaneja.

Segundo a percepção do editor, Graciliano deu aos leitores mais uma crônica que retratava a vida sertaneja por meio de uma senhora, chamada dona Maria.

> Continuando seus artigos regionais, dá-nos o autor mais um, tratando da vida sertaneja, na pessoa de uma matrona, típica daquelas paragens brasileiras. É a vida de uma mulher forte, rija e desembaraçada. Tratando de tudo que diz respeito à sua fazendola, ela, dona Maria, é a encarnação da mulher sertaneja que tudo trata, resolve e soluciona. Não possuindo dengos femininos, herdando uma educação masculina, casando por casar, pois quase não dá importância ao marido, ao " Quincas", dona Maria é uma reminiscencia do matriarcado, ainda existente no Nordeste. De tudo trata a mulher: da casa, da roça, das feiras, é enfim, a pessoa de todos os instantes. Enquanto trabalha, o marido encharca-se de cachaça nas vendas. A página é real e fixa a vida da mulher, sem preconceitos, no sertão nordestino. Até contato com o fomigerado lampião teve dona Maria, achando isso a coisa mais natural do mundo[232].

Independente da nota do editor tentar interferir na leitura da crônica, o leitor da crônica X pode perceber um paralelo com a crônica II, já analisada. Nota-se mais uma vez a figura feminina como personagem política, que se comporta como um coronel a ditar as regras que regem a sociedade ao seu redor. Nesta crônica, Graciliano narrou a formação e a consolidação da imagem política de D. Maria, filha única da viúva de um pequeno proprietário sertanejo, que com esforço desesperado "quase transformada em homem" deu uma "rija educação masculina à filha" para dirigir os negócios da família em "conformidade com as instruções maternas[233]".

D. Maria, "apesar de não lhe permitirem a lei certos atos", como bem destacou o escritor, encarnou a figura política na qual refletiu a imagem do coronelismo e do tradicionalismo, casou-se porque era preciso, "ligou-se a um ser tranquilo, de raça branca, está visto, condição indispensável para não se estragar a família[234]", que a princípio tentou encabeçar o título de marido, mas ante a figura austera da mulher encolheu-se e fez-se presente apenas quando as transações exigiam sua assinatura para o cumprimento da lei[235].

Todavia, mesmo que seja perceptível, no texto de Graciliano, a presença de uma protagonista feminina de grande poder e influência, ao contrário do que o editor quer promover em sua nota, esta não é a regra no sertão, mas a exceção, numa sociedade machista em que a figura da mulher é quase que totalmente anulada, pois como argumentou o escritor, a personagem D. Maria era muito diferente, em opiniões e hábitos, das proprietárias comuns:

---

[232] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Politica*. Rio de Janeiro, ano 1, n.10, dez. 1941, p. 288.
[233] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Politica*. Rio de Janeiro, ano 1, n.10, dez., 1941, p. 288.
[234] *Ibid.*, p. 288
[235] Assim como D. Maria Amalia, protagonista da crônica II, o fato de D. Maria só executar certos atos por trás da figura do marido, corrobora a ideia de que os fatos aconteceram antes de 1930, pois até 1932 quando foi instituído o Código Eleitoral Provisório, a mulher não tinha espaço político, ou melhor, não podia votar e nem ser votada.

> Aos quarenta anos, d. Maria, sacudida pelos ventos, queimada pelo sol, era uma bela mulher de carnes enxutas e olhos vivos, risonha, desembaraçada, franca, possuidora de opiniões e hábitos esquisitos, muito diferentes das opiniões e hábitos das proprietárias comuns. Aparecia nas feiras da cidade com vastas roupas de ramagens vistosas, sapatos de homem, chalé cor de sangue, enorme cigarro de fumo picado, forte. Rodeava-a um magote de protegidos, que ela abonava nas lojas, recomendava ao prefeito, ao chefe político e ao delegado. Não podia votar, mas dispunha de alguns eleitores que a tornavam capaz de obter sentenças favoráveis no júri[236].

Desse modo, para que a figura de poder de D. Maria possa reinar absoluta, a imagem do marido tende a ser anulada, uma vez que a personagem é masculinizada para atender as exigências sociais que mantém o homem no poder e no controle da situação política.

A crônica de Graciliano desafia o público leitor a observar nas atitudes da personagem d. Maria a imagem materializada da política nordestina, que agia com os pulsos firmes de uma senhora que controlava a população local, sempre com base na troca de favores e benefícios, uma figura enérgica que

> exprimia-se em linguagem bastante livre e adotava um código moral próprio. Não estava isenta de preconceitos, mas os preconceitos eram individuais. Os pecados ordinários não tinham para ela nenhuma significação. Considerava culpados os indivíduos que de qualquer modo lhe causavam prejuízo: devedores velhacos, serviçais preguiçosos, ladrões de galinhas. Aos outros viventes manifestava indulgência. E era madrinha de todos os meninos que nasciam pelas redondezas. As pessoas sisudas encolhiam os ombros e toleravam certas derrapagens dela[237].

A d. Maria, de Graciliano, incorporou um ideal político que só se mantinha às custas de favores conquistados pelo progresso da fazenda, o crédito no armazém e o pagamento dos impostos, ou seja, manipulado pelo capital, do qual se beneficiavam seus protegidos que faziam vista grossa às fraquezas da mulher, pois participavam de seu círculo de barganha e só lamentavam que "a extraordinária mulher falasse tão claramente, sem nenhum respeito às ideias alheias[238]", o que era perdoado, visto que a energia e robustez daquela senhora eram tão impressionantes, pois mesmo diante do renomado Lampião, como cita o autor no final de sua crônica, d. Maria manteve seu valor.

[236] RAMOS, Graciliano. *Op. cit.*, p. 289.
[237] RAMOS, Graciliano. *Op. cit.*, p. 289
[238] RAMOS, Graciliano. *Op. cit.*, p. 289

Desse modo, considerando o trajeto intelectual percorrido pelo escritor alagoano, podemos obsevar que sua crônica, caracterizada por um olhar agudo e penetrante que sondou o "ser" da personagem protagonista, delineou a figura política por trás de d. Maria e apontou para a relação das questões políticas próprias da região nordestina da década de 30, e arrolarou reflexões a nível político e social.

A política é ainda tema de outras crônicas do autor, como na VII, publicada na seção "Quadros e Costumes do Nordeste" e intitulada em *Viventes das Alagoas* como "Teatro I". Nesta crônica, o cronista comentou a história da construção de um teatro em "uma pequena capital de gostos simples e desejos modestos[239]", conduzida por seu governador, um homem individualista preocupado apenas em se promover.

O cronista colocou os fatos narrados no passado, mas precisamente nas primeiras décadas do século XX, com o objetivo de enfatizar a política adotada pelos governadores da Primeira República. Logo no início, indícios comprovaram que os fatos se passaram no início do século XX[240], pois "ninguém pensava em andar nos ares, naturalmente. Santos Dumont ensaiava os seus primeiros voos baixos em Paris, com muitas quedas, e não se dava crédito aos telegramas que os anunciavam[241]".

Portanto, nesta capital não existia nem automóveis e nem aviões, apenas um cabriolé que pertencia ao governador. O que havia, de fato, era o lento desenvolvimento da cidade, marcado pelos hábitos e costumes dos moradores que se reuniam no fim da tarde nas calçadas para observarem os acontecimentos do dia e comentarem a respeito da vida alheia. E após repetidas conversas, eles voltavam para suas casas movidos "à luz de lâmpadas miúdas, que esmoreciam, despertavam, esmoreciam de novo e embasbacavam o sujeito do interior[242]".

O cronista destacou que vez ou outra, o governador percorria a capital sempre acopanhado por pessoas que lhe seguravam o guarda-chuva, riam de suas anedotas e acatavam as suas opiniões: "Esses cavalheiros exerciam cargos notáveis; eram senadores, deputados, secretários, ou parentes de secretários, deputados e senadores[243]".

Após as eleições, o governador se mantinha no poder por meio de fraudes e irregularidades, inclusive espancando e matando alguns matutos. Neste trecho, o cronista

[239] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.7, set. 1941, p. 264

[240] Segundo Antonio Sodré na obra *Santos=Dumont, um herói brasileiro*, no dia 23 de outubro de 1906, no Campo de Bagatelle, em Paris, o aviador brasileiro, em seu 14 Bis, voou cerca de 60 metros, a uma altura de dois a três metros do chão.

[241] RAMOS, Graciliano. *Op. cit.*, p. 263.

[242] *Ibid.*, p. 264.

[243] *Ibid.*, p. 264.

mostrou os hábitos eleitorais praticados na região sem nenhuma punição. Todavia, os leitores mais atentos poderiam refletir se a prática irregular de governar e tomar posse do poder também não predominava no Brasil como um todo, inclusive na atualidade.

Antonio Candido afirma em "A vida ao rés-do-chão" que a crônica não serve apenas para entreter, mas também como uma forma de reflexão, a ponto de fazer críticas sociais: "[...] elas mantêm o ar despreocupado, de quem está falando coisas sem a menor consequência; e, no entanto, não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social [...][244]".

Além de corrupto, este governador era vaidoso, pois resolveu fazer uma obra que o perpetuasse no poder:

> Sempre escolhido, s. Excia. determinou exibir gratidão: realizar uma obra que o perpetuasse. Refletiu, fez estudos e procurou conselhos. As rodovias foram repelidas, porque no Estado existiam poucos veículos, além dos carros de bois. Excluíram-se também as pontes e quaisquer construções de alicerces profundos e duvidosos. As escolas eram consideradas prejudiciais. Havia algumas, é certo, para dar emprego às filhas dos prefeitos, mas estas não forneciam aos alunos conhecimentos[245].

Portanto, para o governador desse estado não interessava investir em benfeitorias para a população local, como estradas, pontes ou escolas, e sim obras que lhe trouxessem a glória e o perpetuasse. Desse modo, ele não pensou nos benefícios que uma estrada ou escola poderia propiciar ao homem nordestino. Aliás, não interessava a um governador fraudulento instruir a população.

O governador, da crônica "Uma visita inconveniente", publicada na seção "Quadros e costumes regionais", também não se importava com a instrução educacional, de modo que não era prioridade em seu governo, a ponto de delegar esta função aos funcionários inadimplentes. Diferentemente do goverador da crônica VII, que percoria a região, este se mantinha em seu gabinete sem se preocupar com as problemáticas enfrentadas pelo sertanejo. Coube ao sociólogo estrangeiro, portanto, colocar o funcionário em uma situação constrangedora, quando chegou ao nordeste para realizar uma pesquisa e, ao percorrer diversos espaços, percebeu inúmeras fragilidades no sistema educacional brasileiro, principalmente o nordestino.

---

[244]CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: Andrade, Carlos Drummond de et al. *Para gostar de ler*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1987, p.7.
[245] RAMOS, Graciliano. *Op. cit.*, p. 265.

Assim como o governador de "Uma visita inconveniente", que se mostrava despreocupado com as necessidades básicas da população, o governador da crônica VII, conforme já mencionado, não se importava com as misérias do povo e resolveu construir um teatro, argumentando que apareceriam na região apresentações mambembes, no entanto, as pessoas da região "Espetáculos verdadeiros nunca tinham visto[246]". A construção do teatro não seria para o povo e sim para atender aos interesses de uma elite local preocupada com a história artística do Estado repleta de desejos particulares de se promover a partir desses eventos.

Para a construção faltava capital. Grande parte desta escassez de numerário advinha do próprio sistema político da região, "pois os amigos não pagavam impostos e os inimigos, espremidos, estavam secos[247]". Sendo assim, a solução encontrada foi um acordo entre governo e proprietários regionais:

> Assim, os agentes políticos arrancavam dos proprietários numerosos presentes para o governador no universo dele. Nada de banquetes e discursos: valores. Essa contribuição se tornara meio oficial, e a propriedade miúda, gemendo e chorando, se desfalcava com demonstrações de júbilo em telegramas laudatórios[248].

Contudo, a prática de troca de favores não foi suficiente e o governador resolveu recorrer aos cofres europeus. "Decidiu-se, portanto, para levantar o teatro, arranjar na Europa um empréstimo, que no decorrer dos anos subiu extraordinariamente[249]". Um dos grandes beneficiados com o empréstimo foi o encarregado de conseguir o benefício, pois, conforme afirmou ironicamente o cronista, o mesmo viajou por vários países, fixou residência na França e passou o resto de seus dias tranquilo, gordo e europeu, esquecendo, inclusive, a língua materna.

> O caráter parasitário da oligarquia financeira fica patente quando se observa os superlucros obtidos através dos empréstimos. Durante a Primeira República, foram ao todo vinte e sete empréstimos, que contribuíram para deixar as veias do Brasil cada vez mais abertas, assim como os trabalhadores do campo e da cidade cada vez mais miseráveis. Como resultado da subserviência das oligarquias locais (que jogavam o ônus de sua opção política nos ombros das classes subalternas), dos juros extorsivos, das

[246] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.7, set. 1941, p. 264.
[247] RAMOS, Graciliano. *Ibdem*, p. 264.
[248] RAMOS, Graciliano. *Ibdem*, p. 264.
[249] RAMOS, Graciliano. *Ibdem*, p. 264.

> cláusulas leoninas e das polpudas comissões, chega-se à constatação que o Brasil *exportou mais capital do que importou*[250].

Com a chegada do capital estrangeiro, o teatro foi sendo construído e com o tempo demolido e reconstruído em outra área, pois o local era inapropriado. Tempos depois o teatro foi inaugurado e logo na estreia a companhia que fez a apresentação teatral morreu quase toda de febre amarela. De maneira irônica, foi contestado se o governo tinha culpa, pois os atores morreram de doença típica de espaços pobres, sem infraestrutura higiênica, sanitária e de saúde.

Portanto, percebemos um olhar crítico do cronista em relação aos governantes que esquecem as necessidades básicas como saúde, educação, saneamento, alimentação, emprego, moradia etc. Como é perceptível, este teatro foi construído sobre alicerces precários: empréstimos dos cofres estrangeiros, reconstrução do teatro por causa de terreno inadequado e localidade sem infraestrutura capaz de atender às mínimas condições de sobrevivência:

> Diante de tais considerações, a história da construção do teatro pode ser tomada como meio para se discutir alegórica e ironicamente a politica levada a termo pelas elites republicanas, à qual o tecnicismo centralizador do regime de 1937 procurava se contrapor. Argumentos não faltam para justificar tal transposição no sentido: a execução da obra fora resultado de motivações personalistas e autopromocionais, que deixaram de lado o interesse pelo bem comum, ela tornara-se possível mediante a contração de empréstimos no exterior, desviados e nunca pagos, o que refletia a descentralização administrativa, a corrupção dos funcionários e a permissividade do sistema político que não se coibia a má conduta de seus integrantes; mostra da falta de planejamento, incompetência, despreparo e ineficiência técnica da burocracia estadual à frente do projeto; atestado do internacionalismo e do desprezo da classe dirigente pela "realidade nacional", pois privilegiava, em seu palco, a encenação de obras estrangeiras, esquecendo-se das manifestações artísticas nacionais; e represetação de toda precariedade em que se encontrava a vida nacional e do descompasso entre os poderosos, que mantinham o vívido interesse pela operística européia, e o restante da população, desprovida de condições básicas de sobrevivência.[251]

Esta instabilidade que envolveu a construção do teatro causou uma reviravolta na opinião pública e o reconhecimento póstumo tão desejado por este governador não vingou e o

---

[250]ARRUDA, Pedro Fassoni. *A presença imperialista nas origens da industrialização brasileira (1889-1930)*. Revista Lutas Sociais (On Line). Volume 21/22. 2º semestre. 2009. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/7_pedro.pdf. Acesso em 15/08/2013, p. 94.

[251]SALLA, Thiago Mio, *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. 2010. 721 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, USP, 2010. Disponível em: http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=194&lang=pt-br. Acesso: 18/04/2012, p. 379.

mesmo "lamentou a inconstância dos homens, retirou-se e, numa obscuridade conveniente, desfrutou velhice próspera e finou-se na paz do Senhor[252]".

Podemos perceber que tanto este governador, como d. Maria Amália, que eram figuras representativas da Primeira República, terminaram os seus dias com muito conforto financeiro, mas distantes do cenário político e das glórias tão desejadas por ambos.

Uma figura que também viu a sua decadência com a transição de uma época governamental foi o senhor de engenho Pereira do Ingá da crônica "A decadência de um senhor de engenho". Entretanto, diferentemente de d. Maria Amália e o governador da crônica VII que tiveram o seu *status* político e social abalados com o fim da Primeira República, Pereira do Ingá, por sua vez, viu amargamente o seu engenho ruir com o fim do Império e a implantação da República.

Portanto, do engenho que outrora em tempos do Império era próspero e robusto sobrou apenas a ruína e a decadência. Já do teatro, da crônica VII, restou apenas a dívida do empréstimo adquirido no exterior: "Nunca se liquidou o empréstimo, naturalmente[253]". Aqui, no último parágrafo da crônica, o objetivo era mostrar a contemporaneidade da dívida externa com o uso do advérbio "nunca", que com o verbo no pretérito perfeito do indicativo "liquidou", temos a sensação de que a dívida se perpetua até os dias atuais da publicação da crônica em *Cultura Política*.

Quando o cronista colocou que a dívida contraída durante a Primeira República nunca se liquidou, quis destacar o excesso de empréstimos adquiridos no exterior durante o Império e a Primeira República que passaram a ser controlados pelo governo Vargas.

> Assim, entre 1890 e 1927, o Brasil efetuou pagamentos no valor de £ 344,8 milhões e recebeu novos empréstimos no valor de £ 325 milhões. Como se vê, o Brasil assumiu novas dívidas principalmente para pagar os juros das anteriores. Apesar de termos pago mais que o valor dos novos empréstimos, o saldo da nossa dívida externa cresceu de £ 31,1 milhões no fim do Império para £ 267,2 milhões no fim da República Velha[254].

Na crônica IX, publicada em novembro de 1941 em *Cultura Política* e, posteriormente em *Viventes das Alagoas* como "Bagunça", também encontramos uma menção à dívida externa que foi contraída na Primeira República.

---

[252] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.7, set. 1941, p. 264.
[253] RAMOS, Graciliano. *Ibdem*, p. 264.
[254] SINGER, Paul (1975). "O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)". In: FAUSTO, Boris: *História geral da civilização brasileira*, tomo III (O Brasil republicano), 1o volume (estrutura de poder e economia, 1889-1930). São Paulo: Difel., 1975, p.365-6.

Novamente, observamos uma intervenção da revista por meio de nota introdutória que procurou interferir na leitura do texto e estabelecer uma relação entre a ficção criada por Graciliano e a realidade contemporânea da instauração do Estado Novo e sua repercussão no nordeste.

> Nessa página de puro regionalismo o autor pincela um quadro típico do Nordeste do Brasil – o que era a repercussão de um movimento revolucionário. Todas aquelas cenas são passadas rapidamente em revista. Politicos, a cochichar boatos alarmantes, fazendo a revolução. Deputados desolados, porém crendo, até as últimas, no governo antigo. O azáfama palaciano, onde, aqui e acolá, acode um segredo ou uma arenga abafada. O indefectível feriado quando, finalmente, a revolução triunfa. Oradores nas praças, dando expansão aos seus entusiasmos insopitados. Enfim, é um quadro sugestivo de como repercutiu naquelas regiões uma revolução embrionária[255].

Nesta breve introdução escrita pelo editor da revista, as cenas retratadas por Graciliano Ramos ganharam vulto de fotografia, na tentativa de induzir o leitor a se aproximar do texto como um espectador de uma imagem condicionada à realidade da época. Apesar da nota do editor ter pretendido assegurar um "quadro típico do Nordeste do Brasil", utilizando vocativos como "movimento revolucionário" e "revolução embrionária", que seria resultante da subordinação ao novo regime – Estado Novo –, não houve nenhum fato conciso na crônica que corrobore a ilusória versão do editor, que pretendeu com grande eloquência dignificar e engrandecer o que ele chamou de revolução e sua repercussão positiva na região nordestina.

Neste texto, o cronista, mais uma vez, retratou aspectos da relação política praticada no nordeste, totalmente amparada pelas oligarquias estaduais, cujo poder era mantido por meio do pacto conhecido como política dos governadores e que tinha como objetivo final, "propiciar ao regime federativo o equilíbrio procurado nos anos anteriores[256]". Esse sistema de pactuação política entre governos estaduais implicava, na prática, "um congelamento da competição nos estados: os grupos detentores do poder, no momento da realização do pacto, adquirem condições de eternização nos governos estaduais[257]".

Segundo Souza, nesse sistema, os Estados são os principais agentes do processo político. Amparados por suportes legais, os Estados tinham autonomia na política nacional.

---

[255] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.9, nov. 1941, p. 370.
[256] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 162-226.
[257] LESSA, Renato. *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

Porém, essa troca, sem intervenção da União e do direito de controlar as nomeações federais, garantiria que os Estados apoiariam ao presidente da República, sem o que este não subsistiria no poder[258]. Os Estados desfrutavam, ainda, de plena autonomia para "definir métodos de obtenção de apoio eleitoral[259]".

Ou seja, nesta crônica, ao narrar a jornada da cidade que amanhecia sob a fachada da tranquilidade, mas com um vulcão em seu interior prestes a explodir com as notícias alarmantes que chegavam de outros estados e a preocupação das autoridades estaduais de um levante em seu próprio território, o autor pretendia, de forma imparcial, demonstrar a postura política das autoridades locais que reagiam à política nacional de forma conivente, agindo com a prudência característica daqueles que nadavam conforme a maré.

Para o cronista, os políticos do período, se escondiam por trás da fachada partidária, atentos ao benefício próprio, prontos para debandar a qualquer momento ante uma reviravolta política, como é possível verificar neste trecho, em que a presença do "lencinho encarnado" se manifesta como uma adesão partidária:

> Vários se acautelavam, pensando no Rio, e, bastante dignos para renegar de chofre convicções antigas, limitavam-se a introduzir no bolso um lencinho encarnado. Via-se dele uma ponta discreta, que, em conformidade com as notícias, mergulhava ou reaparecia[260].

Mesmo contrariando as artimanhas do editor em guiar a leitura do texto, as crônicas que Graciliano Ramos escreveu em *Cultura Política* desafiaram o público leitor a observar os fatos e questionar a validade de seus significados, fugir à simples interpretação do senso comum, olhar além das hipóteses e estabelecer uma unidade de leitura que desvendasse o sentido mais profundo da crônica que não pode ser encontrado na breve leitura motivada pelas observações do editor, pois se esconde na profundidade do texto.

O cronista sondou o dia-a-dia, construindo uma espécie de fotografia artística do cotidiano, registrando fatos a partir dos pequenos detalhes, retirando-os da efêmera

[258] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 162-226.
[259] LESSA, Renato. *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p.158.
[260]RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Politica*. Rio de Janeiro, ano 1, n.9, nov. 1941, p. 370.

transitoriedade da vida humana para, no eterno desejo de captura da memória[261], perpetuar-se pela arte.

Podemos concluir que, nas crônicas que abordaram o tema política, o cronista evidenciou a forma de governar da região nordestina, principalmente durante o período da Primeira República, sem, contudo, esquecer que situações semelhantes poderiam acontecer no Brasil na contemporaneidade da publicação das crônicas. O cronista, em momento algum, especificou e muito menos citou o nome dos governadores; apenas mencionou de maneira indireta os acontecimentos que induziram o leitor pensar e refletir sobre o método político adotado no período anterior e, até mesmo, o contemporâneo à publicação da revista.

Convém, todavia, ressaltar que, houve uma predominância das notas do editor no tema relacionado à política, pois das cinco notas do editor existentes para as colaborações de Graciliano Ramos em *Cultura Política*, quatro encabeçam o tema da política.

Sem dúvida, o editor optou por colocar as notas nas crônicas que tinham como temática a política pelo fato de seus escritos poderem atingir o sistema governamental adotado por Vargas, tema delicado, que poderia comprometer os propósitos da presença de um escritor de renome como colaborador da revista.

Novamente, como forma de esclarecimento para a nossa análise, utilizamos a forma gráfica para classificar as crônicas que se encontram em *Cultura Política*, de acordo com o tema da política nordestina, conforme podemos visualizar abaixo, na Tabela 3:

Tabela 3: Crônicas: Política nordestina

Seção	**Título em *Cultura Política***	**Título em *Viventes das Alagoas***	**Espaço**	**Tempo**
Quadros e Costumes do Nordeste	I	Carnaval	Cidadezinha sertaneja	Antes de 1930 (citação indireta)
Quadros e Costumes do Nordeste	II	D. Maria Amália	Capital e interior	Antes de 1930 (citação indireta)
Quadros e costumes do Nordeste	VII	Teatro I	Capital	Primeira década do século XX
Quadros e costumes do Nordeste	IX	Bagunça	Capital	Por volta de 1930

[261] "*Il disagio verso nuove forme di cattura della memoria si è presentato in ogni tempo".* (ECO, U. Perché i libri allungano la nostra vita. In: *La bustina di Minerva.* Milano: Bompiani, 2000, p. 231). "A necessidade de novas formas de capturar a memória se apresenta em todos os tempos" (tradução nossa).

Quadros e costumes do Nordeste	X	D. Maria	Sertão Nordestino	Pouco antes de 1930
Quadros e Costumes regionais	XIII	Um funcionário Independente	Cidadezinha sertaneja	Ano remoto de princípio do século.
Quadros e costumes regionais	A decadência dum senhor de engenho	A decadência de um senhor de engenho	Sertão Nordestino	Começo do século
Quadros e costumes regionais	Uma visita inconveniente	Uma visita inconveniente	Capital do Estado	Antes de 1930 (citação indireta)

D. A linguagem e a vida literária nas crônicas de Graciliano Ramos em *Cultura Política.*

Ao considerarem-se as crônicas publicadas em *Cultura Política* que exploraram com maior evidência a temática das letras e da linguagem, cabe recordar a famosa asserção de João Luiz Lafetá na obra *1930: A crítica e o Modernismo* de que "é na (e pela) linguagem que os homens externam sua visão de mundo (justificando, explicitando, desvelando, simbolizando ou encobrindo suas relações reais com a natureza e a sociedade) investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo[262]".

Das 25 crônicas publicadas em *Cultura Política*, nove retrataram direta ou indiretamente a linguagem do homem nordestino, a importância da instrução ou a sua afeição pelo mundo das letras. Convém destacar que Graciliano Ramos fez questão de enfatizar nestas crônicas que é por meio da linguagem que o ser humano pode colocar os seus posicionamentos enquanto homem e cidadão, representando o seu ponto de vista num contexto social e, até mesmo regional, como é o caso dos personagens das crônicas.

Portanto, mesmo publicando em uma revista vinculada ao DIP e tendo, muitas vezes, de se adaptar aos moldes do periódico, o cronista não deixou de esclarecer para os leitores que a língua, o linguajar e a fala do homem nordestino eram uma parte cultural que deveria ser valorizada.

O primeiro escrito publicado em *Cultura Política* que abordou o estudo das letras e da linguagem foi a crônica III, publicada em *Viventes das Alagoas* com o título de "O moço da Farmácia". Nesta crônica, temos a história de um jovem ajudante de farmácia, que viveu em um lugar isolado dos grandes centros urbanos sonhando em um dia se tornar um grande escritor de renome fora dos limites municipais.

[262] LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p.20.

Segundo o crítico Raul Antelo, na crônica III:

> Graciliano traça sua evolução profissional: de "ajudante de farmácia" a técnico das palavras, sua carreira será a da modernização do país, e sua busca, a luta por um lugar nessa estrutura que se reacomoda, desenhando uma trajetória de escritor municipal a romancista federal. Graciliano narra este episódio com a atitude altaneira do intelectual que, embora sabendo-se autor de exageros inexistentes, teima por nos convencer sobre a agudeza de suas observações, irônicas, perspicazes e quase divinatórias, às vezes[263].

Narrada em terceira pessoa e misturando os verbos no presente e no pretérito, o narrador conseguiu distanciar os fatos da contemporaneidade. O cronista, também, não nomeou esse ajudante de farmácia[264], apaixonado pela escrita literária, muito menos cita o nome do lugar, somente sabemos que os fatos se passaram "na cidadezinha de cinco mil habitantes elevados a dez mil pelo bairrismo[265]":

> a crônica abre-se com o tópico "na cidadezinha de cinco mil habitantes", acrescido de um comentário erudito, "elevados a dez mil pelo bairrismo". A frase se repete textualmente algumas linhas abaixo e duplica, pela redundância, o primitivo efeito irônico: sugerir o contrário do que se afirma[266].

Portanto, nessa pequena cidadezinha, o moço da farmácia teve o seu primeiro contato com a escrita literária em um semanário "pouco noticioso e muito independente[267]". Todavia, esta independência do semanário trouxe vários problemas para o seu diretor e foi fechado, tempos depois e somente voltou a circular com "mais notícia e menos independência[268]".

Podemos inferir com esta passagem que a imprensa, mesmo de uma pequena cidade nordestina presa à cultura local e distante dos grandes centros, sofria com um rígido controle de suas publicações literárias e jornalísticas. Mais uma vez, o cronista utilizou da ironia para ressaltar que a censura não se fazia presente apenas nos grandes centros urbanos, mas também no interior nordestino. Em outros termos, os leitores mais atentos poderiam concluir que a censura aos meios de comunicação não aconteceu somente nas cidades interioranas do

[263] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984. p. 30-1.
[264] A personagem "Ajudante de farmácia" já aparece na primeira crônica de Graciliano Ramos numerada em *Cultura Politica* como I e em *Viventes das Alagoas* como "Carnaval".
[265] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.3, mai. 1941, p. 250.
[266] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984, p. 31.
[267] RAMOS, Graciliano, *Op. cit..*, p. 250.
[268] *Ibid.*, p. 250.

nordeste e durante a Primeira República, mas também com a imprensa dos grandes centros e no momento da publicação do periódico[269].

Portanto, utilizando de uma ironia verbal, construída por inversão semântica, o cronista conseguiu transmitir uma informação quando na realidade almejava imprimir outra. Por exemplo, no início da crônica, quando colocou o bairrismo do local e repetiu incessantemente esta informação, o cronista quis enfatizar o fato de que o espaço não passa de um lugar atrasado: "A frase se repete textualmente algumas linhas abaixo e duplica, pela redundância, o primitivo efeito irônico: sugerir o contrário do que se afirma[270]".

Outro exemplo, como já foi citado, é o controle imposto à imprensa. Todavia, é importante deixar claro que em nenhum momento o escritor afirmou diretamente que o DIP controlava a imprensa do governo Vargas. Desta forma, a exigência para o leitor compreender o oposto do que foi dito vem do contexto. Sendo assim, devemos levar em consideração a situação em que o enunciado foi produzido e a maneira como este receptor entendeu o texto. Prontamente, quem praticou a ironia desejou que o receptor fosse capaz de entender o que ele quis dizer de modo que ele pudesse construir outro significado para o assunto mencionado de forma irônica.

> Nada pode ser considerado irônico se não for proposto e visto como tal; não há ironia sem ironista, sendo este aquele que percebe dualidades ou múltiplas possibilidades de sentido e as explora em enunciados irônicos, cujo propósito somente se completa no efeito correspondente, isto é, numa recepção que perceba a duplicidade de sentido e a inversão ou a diferença existente entre a mensagem enviada e a pretendida[271].

Desse modo, quem pratica a ironia pretende que o sentido seja alcançado pelo seu receptor. A estudiosa Linda Hutcheon[272], segue essa mesma linha de pensamento, pois afirma que o destinatário é quem decide se uma expressão é irônica ou não e, também, qual o sentido que uma ironia pode assumir.

---

[269] Graciliano Ramos não cita diretamente a censura imposta pelo DIP e, claro, não podia. A alternativa encontrada foi o equilíbrio das palavras, como muitos cronistas fizeram e ainda fazem em diversos periódicos, pois sabem que estão presos a um espaço fixo e aos moldes de determinada publicação. Sobre a necessidade de equilíbrio adotada por muitos cronistas, Roncari conclui no seu ensaio "A estampa da rotativa na crônica literária" que "Reduzido a essa condição, a quem a visão do todo e do conjunto é negada, recorre o cronista à metonímia, ao isolamento do detalhe significativo, que se refere a um tempo mais profundo que o do dia-a-dia, mas passando por ele, equilibrando-se nele, como uma folha entre as ondas do oceano, outra metáfora da crônica no jornal". (RONCARI, Luiz. A estampa da rotativa na crônica literária. In: *Boletim Bibliográfico. Biblioteca Mário de Andrade.* São Paulo, v. 46, p.16, jan.-dez. 1984.

[270] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984, p.31.

[271] DUARTE, L. P. *Ironia, humor e fingimento literário. Resultado de pesquisa – ironia e humor em literatura.* Belo Horizonte, 1994, p. 55.

[272] HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Trad. Julio Jeha. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

Ainda segundo Linda Hutcheon, quem pratica a ironia pretende fazer uma relação entre o que foi dito e o que não foi. Entretanto, nem sempre consegue atingir o seu objetivo, pois, muitas vezes, o receptor pode não entender o que foi enunciado: "Não há garantias de que o interpretador vá 'pegar' a ironia da mesma maneira como foi intencionada. Na verdade, 'pegar' pode ser um termo incorreto e até mesmo impróprio; 'fazer' seria muito mais preciso[273]".

Assim, utilizando da ironia e consciente de que talvez o seu leitor não possa desbravar a sua intenção, o cronista seguiu contando os rumos do moço da farmácia, pois apesar de todo controle editorial o periódico manteve a sua seção literária que seduziu o "rapaz de raras ocupações e desejos imoderados[274]".

A vontade de se tornar um escritor famoso e os desejos imoderados moveram toda a trajetória profissional do moço, explicitando, inclusive, os caminhos tempestuosos que percorreu na ânsia de se tornar um autor reconhecido. Lutando para realizar o seu sonho, começou a estudar e a desbravar os periódicos e acabou encontrando em um jornal das grandes cidades o seguinte verso: "As ruas fustigadas por violentíssimo temporal[275]". Atônito, concluiu que aqueles vocábulos difíceis, repletos de assonâncias e sonoridades, dificilmente seriam compreendidos pelos habitantes da "cidadezinha de cinco mil habitantes, elevados a dez mil pelo bairrismo", pois o "vocabulário da povoação era minguado, e a sintaxe variava de indivíduo para indivíduo[276]".

Destarte, quando o narrador colocou que a sintaxe variava de indivíduo para indivíduo, ele queria dizer que a população local tinha o seu próprio jeito de falar, com suas particularidades e que provavelmente não conseguiria compor frase tão sonora e difícil. Todavia, esta debilidade gramatical jamais impediria os falantes da pequena cidadezinha de se comunicarem entre si e, ao mesmo tempo, utilizar a sintaxe de maneira correta.

Pois, quando a moradora local, filha do telegrafista, cantou o seguinte trecho de uma canção: "A brisa corre de manso", uma professora escutou e corrigiu a jovem afirmando que o substantivo brisa é feminino e que deveria concordar obrigatoriamente com o adjetivo mansa. No entanto, a professora desconhecia que a preposição *de* tirava a referencialidade do vocábulo brisa e remetia circunstancialidade de modo, exigindo que o adjetivo fosse mantido no masculino.

---

[273] HUTCHEON, Linda. *Ibdem*, p. 28.
[274]RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.3, mai. 1941, p. 250.
[275] *Ibid.*, p.250.
[276] *Ibid.*, p.250.

Portanto, o cronista mostrou, de início, que a habitante da pequena cidade conseguiu se comunicar apenas com a sua linguagem local e, num segundo momento enfatizou que mesmo a professora não conhecia a regra gramatical. Com esta premissa, criticou os serviços dados às filhas dos coronéis que lecionavam nas escolas das regiões por indicações ou troca de favores.

Na crônica VII de *Cultura Política,* intitulada em *Viventes das Alagoas* como "Teatro I", o cronista, mais uma vez, por meio do pensamento da personagem governador, criticou os empregos de professoras dados às filhas dos prefeitos e coronéis. Contudo, nesta crônica, o político teve este pensamento por acreditar que a instrução, a linguagem e as letras não eram essenciais para a formação e a perpetuação de um povo. "As escolas eram consideradas prejudiciais. Havia algumas, e certo, para dar emprego às filhas dos prefeitos, mas estas não forneciam aos alunos conhecimentos[277]".

Outra crônica que fez uma crítica aos conteúdos ministrados nas escolas de maneira equivocada foi "Uma visita inconveniente" que até recentemente estava inédita em livro, publicada apenas em 2012, na obra *Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos*, organizada por Thiago Mio Salla. Nesta crônica, o governador recebeu a visita de um sociólogo estrangeiro interessado em estudar e explorar os diversos setores controlados pelo governo desde as repartições públicas até as escolas. O governador sem entender e conhecer de perto as estruturas do seu governo encarregou um funcionário que também, ignorava os ofícios governamentais para acompanhar o estrangeiro. As andanças e visitas ocorreram com certa normalidade até o sociólogo chegar à escola secundária que o estrangeiro pediu para a professora ministrar uma aula sobre os índios. O funcionário observando as explanações percebeu que ela dizia lorotas e, primeiramente, ficou preocupado, mas depois se acalmou, pois acreditou na possibilidade do sociólogo não comprender a língua provinciana.

Terrível engano, pois o sociólogo percebeu e comentou o desprezo com a educação ministrada no interior do país. Em outros termos, o cronista atentou para o fato de um estrangeiro em poucos instantes ter percebido o descaso da administração pública para com as escolas do nosso país, deixando claro que os funcionários do governo deveriam conhecer a realidade e as necessidades da instrução educacional.

Portanto, nesta crônica a visita do estrangeiro, no caso, o inconveniente, simultaneamente, apontou o despreparo da região e do país com a instrução educacional e a comodidade dos funcionários públicos.

[277] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.7, set. 1941, p. 264.

Entretanto, os responsáveis pela revista não fizeram caso desta denúncia do escritor alagoano, pois os fatos estavam no passado e, assim sendo, dava a entender que a atualidade mantinha uma preocupação com o ensino secundário[278]. Graciliano Ramos, por sua vez, manteve a sua tática de colaboração em *Cultura Política*, ou seja, não citou em nenhum momento o nome do presidente e apenas apontou para a necessidade de valorização do ensino na região nordeste e até mesmo no Brasil. De certa forma, a valorização do ensino era uma das bandeiras levantada pelo escritor de *Vidas Secas* há tempos. Evidenciar o assunto criticamente não feria, portanto, os posicionamentos de Graciliano Ramos.

Ironicamente, a instrução educacional para o moço da farmácia, sujeito local, era de extrema importância tanto que o seu percurso literário foi norteado metaforicamente pelos vocábulos brisa e temporal que representaram ora estados violentos e desconfortantes literariamente, ora situações suaves e calmas diante do mundo da escrita.

No primeiro momento de seu percurso literário preferiu "servir-se dos temporais e evitar as brisas", isto porque, inicialmente, resolveu fazer um texto verboso repleto de palavras e foi acusado de plagiar as obras de Vítor Hugo.

Consciente da necessidade de buscar instrução, "adquiriu diversos volumes, encheu-se de regras, estudou metrificação e leu jornais[279]". Tanto estudo lhe rendeu apenas um pequeno reconhecimento local. Entretanto, queria mais, pois desejava "transpor os limites da cidadezinha, mas por enquanto ainda é um escritor municipal[280]". Prontamente, almejava ultrapassar os espaços existentes entre a terra local que tanto se orgulhava do seu bairrismo para alcançar o universal, as grandes cidades e, enfim, o reconhecimento[281].

---

[278]Meses antes da publicação de "Uma visita inconveniente", Gustavo Capanema empreendera a reforma do ensino secundário por meio do decreto-lei n.4.244, de 9 de abril de 1942, reproduzido integralmente em *Cultura Política*. De caráter centralizador, regulador e elitista, a iniciativa previa entre outras coisas: divisão do ensino secundário em dois ciclos: ginásio e colégio, sendo que este último dividir-se-ia em dois cursos paralelos: o clássico e o científico: prescrição das matérias a serem ministradas em cada um dos níveis; indicação de que os programas das disciplinas seriam organizados por uma comissão geral ou por comissões especiais, designadas pelo Ministério da Educação; definição de critérios de admissão e avaliação dos alunos, das tarefas e exercícios a serem realizados e dos certificados emitidos; especificação da formação dos professores que deveriam receber "formação em cursos apropriados, em regra de ensino superior, entre outras determinações". Com relação aos estabelecimentos de ensino, delimita três categorias: os federais, os aquiparados (mantidos por Estados e pelo Distrito Federal) e os reconhecidos (mantidos por municípios ou pela iniciativa privada). Para funcionarem, os dois últimos precisavam da autorização do Ministério da educação e Saúde, que ainda realizava a inspeção dos mesmos e regulava a inscrição dos docentes, o que reforçava o controle exercido pela União[278]. (SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política*. São Paulo: T.M. Salla, 2010. 721 f. p. 416-417)

[279] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.3, mai. 1941, p. 250.

[280] *Ibid.*, p. 250.

[281] Podemos dizer que o percurso literário do moço da farmácia tem algumas semelhanças com a trajetória literária de Graciliano Ramos que, também, foi um ajudante de farmácia autodidata que leu diversos livros de

Movido por este anseio, o moço da farmácia organizou contos e enviou para as revistas, inclusive para diversos concursos literários. "Esforço vão. Ninguém lá fora o enxerga[282]". Desanimou, pois não sabia qual era o seu erro e acabou se sentindo isolado em suas produções literárias porque na cidade ninguém era capaz de lhe dar explicações. "Aprende só – e isto é doloroso[283]". Neste trecho, o narrador utilizou o discurso indireto livre para enfatizar que o aprendizado isolado é algo doloroso, principalmente para o moço da farmácia. Imediatamente, abatido concluiu que o seu aprendizado "Não dispensa os temporais que fustigam as ruas[284]".

Sendo assim, num primeiro momento, ele acreditou que o seu percurso literário tinha sido marcado apenas por barreiras e temporais. Entretanto, com o advérbio de modo "bem", isolado por um ponto final logo no início do parágrafo, o narrador nos mostrou que a vida literária do moço da farmácia estava tomando novos rumos, ou seja, depois de muitas desilusões com a escrita, finalmente, conseguiu entender que poderia utilizar simultaneamente as brisas e os temporais, certo de que se tratava de uma combinação sofrível. Em outros termos, segundo o cronista a vida de literato se resumia a momentos de bonança e a momentos de provações, pelo fato de vivermos em um país em que a cultura e o reconhecimento literário não são valorizados.

O moço da farmácia continuou a sua caminhada literária, sozinho lendo, aprendendo, emperrando em alguns pontos e, também, envergonhando-se de usar os seus conhecimentos diante do público local. Todos presumiram que ele sabia julgar; o narrador, por sua vez, adianta: "Ainda não sabe, mas saberá[285]".

Com o tempo saberá julgar porque foi armazenando informações valiosas, inclusive alegra-se por ter conseguido perceber defeitos graves em alguns versos. "Assevera interiormente os seus progressos[286]". Motivado por esses julgamentos iniciais pensa em homens que desafiaram as barreiras e subiram sozinhos.

Diante das barreiras seguiu a sua caminhada literária e concluiu que os temporais são chinfrins. Mais uma vez os temporais e as brisas. Refletiu e percebeu que precisa livrar-se de

---

literatura brasileira e estrangeira, como a italiana e a francesa, e diversas gramáticas. Graciliano, ainda, percorreu caminhos tortuosos até ser reconhecido como escritor no cenário nacional.

[282] RAMOS, Graciliano. *Op. cit.*, p. 250.

[283] *Ibid.*, p. 250.

[284] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.3, mai. 1941, p.250.

[285] *Ibid.*, p. 251.

[286] *Ibid.*, p. 251.

ambos. Todavia, não conseguiu, pois habituou com os vocábulos e, coerentemente, com a convivência entre o local e o exterior.

A decisão tomada pelo moço da farmácia foi a de permanência no mundo da escrita, mesmo que lhe custasse muitos anos, inclusive a solteirice, pois o que importava realmente era exercer a profissão de literato, que era "juntar palavras, modificá-las, envernizá-las[287]".

Portanto, ao analisar a trajetória literária do moço da farmácia percebemos que foi semelhante a muitos escritores da época esquecidos no localismo que almejavam ter o seu reconhecimento literário além dos limites municipais, alcançando notoriedade nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Podemos perceber, portanto, que a metalinguagem que perpassou a crônica também se fez presente nas obras de Graciliano Ramos, pois em quase todos os seus romances, o protagonista é um escritor que de alguma forma acabou refletindo sobre o processo da escrita literária, como em *Caetés*, *São Bernardo*, *Angústia* e outras crônicas de *Cultura Política* onde o autor refletiu sobre o mundo das letras e da linguagem.

Desta forma, o processo de escrita é visto, nas crônicas e em suas obras, como um elemento essencial que pode dar sentido à vida e ter caráter de testemunho. Ao aprimorar a sua escrita o homem consegue analisar com mais clareza os moldes de uma cultura imposta por um sistema opressor, ou seja, a própria arte questiona. Nos escritos de Graciliano, vemos, portanto, um duplo viés que se unifica em uma totalidade: obras voltadas para a denúncia da situação dos oprimidos e, simultaneamente, uma complexidade estética que ajuda a consolidar a instituição literária e a sociedade da qual ela é um dos seus principais fulcros.

Portanto, unindo a cultura e a linguagem, o cronista conseguiu se adequar aos moldes da revista e mais precisamente à seção "Brasil social, intelectual e artístico" onde se encontrava a seção "Quadros e costumes do Nordeste", pois, ao retratar uma pequena cidadezinha nordestina colocando os verbos no presente do indicativo ao descrever o ocorrido no passado, o cronista alcançou, por um lado, mais vivacidade para os episódios narrados e conseguiu associar a produção artística aos costumes daquela região, dando a entender que antecederam o governo de Getúlio Vargas.

Entretanto, quando o cronista utilizou o tempo verbal no presente podemos pensar que as mudanças não ocorreram do dia para a noite e que ainda poderia, perfeitamente, haver censuras, atrasos culturais, econômicos e a política do favor, durante a época governamental de Vargas. Diante de tal constatação, a revista não fez caso e nem ao menos introduziu uma

[287] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 1, n.3, mai. 1941, p.251.

nota do editor, mesmo sendo a terceira crônica e o periódico no início ter utilizado com mais freqüência as notas para enfatizar os propósitos da revista, pois, conforme já comentamos, Graciliano Ramos nunca fez uma crítica contra Vargas em *Cultura Política*, mesmo porque não podia, pelo fato de trabalhar para uma publicação do DIP.

Além do mais, os editores da revista sabiam perfeitamente que Graciliano Ramos pertencia à classe dos intelectuais que serviam ao Estado e não aos que se vendiam, pois o escritor de *Angústia* serviu ao Estado como Inspetor Federal de Ensino Secundário e como cronista de *Cultura Política* sem, contudo, ceder o seu pensamento e o seu posicionamento de autonomia intelectual aos moldes do Estado Novo.

Na crônica XVI, publicada na seção "Quadros e Costumes do Nordeste" e, posteriormente, na obra póstuma *Viventes das Alagoas* com o título "Um Gramático", o cronista também fez uso da ironia e da metalinguagem para questionar os escritores e os estudiosos que trabalham com a escrita, mas que, intimamente, não conheciam a língua e a gramática.

Nesta crônica, diferentemente do que acontece na III, o narrador especificou o espaço em que fatos aconteceram: Patos, no estado da Paraíba. Em relação ao tempo dos fatos, ele preferiu apenas colocar os acontecimentos num passado distante: "surgiu há tempo um gramático. Ignoramos a data do aparecimento e o nome do homem se perdeu[288]". O narrador optou por não nomear este gramático, por dois motivos. O primeiro, a história era antiga e nada foi documentado, de modo que a história só foi lembrada anos depois, em 1930. O segundo refere-se à percepção de que dar um nome a este gramático ou até mesmo ao "moço da farmácia", na crônica III, seria o mesmo que especificar e particularizar estas figuras. Entretanto, a intenção do narrador não era essa, uma vez que almejava universalizar os fatos enfatizando que poderia haver em outros lugares e em outros tempos homens/tipos semelhantes a este gramático ou ao moço da farmácia.

Seguindo os padrões impostos pela revista, o cronista fez questão de frisar que a história do gramático foi recuperada, comentada, analisada e discutida nas redações e nos cafés por volta de 1930. Coerentemente, a data não foi casual, pois se tratava de um momento histórico importante para o Brasil, no qual aconteceu a Revolução que pôs fim à Primeira República, colocando no poder Getúlio Vargas. O cronista destacou que os escritos do gramático eram anteriores a 1930, mas o seu aparecimento nos redutos literários só aconteceu nessa época, porque as artes e a literatura foram recuperadas, revividas e discutidas nos

[288]RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.16, jun. 1942, p. 321.

grandes centros após unificação da cultura e da política com a subida de Getúlio Vargas ao poder. Graciliano sabia, perfeitamente, que tal proposta apontada em sua crônica ia ao encontro da valorização propagandística em prol da cultura, muito enaltecida durante o Estado Novo, mas também tinha plena convicção de que a literatura sempre se fez presente em nosso país, inclusive com a colaboração de diversos escritores com a imprensa, antes de 1930.

Ao adentrar a crônica XVI, o leitor percebe que o narrador descreveu a postura de um gramático, visto como "amigo das afirmações curtas, isentas de fel e vinagre" e que, embora não tivesse se preocupado com a leitura de obras clássicas e com a catalogação dos erros e os acertos, possuía "ciência [...] resumida e tranquila, corajosa por necessidade, livre de vacilações, como em geral a dos sertanejos nordestinos[289]". O cronista comparou a ciência do gramático à necessidade natural do sertanejo em ser forte, em enfrentar a vida sem ter medo do desconhecido.

As informações linguísticas obtidas pelo gramático são vistas como a luta pela sobrevivência dos sertanejos nordestinos, que veio de suas próprias experiências e não do aprendizado externo, pois, como também afirma Euclides da Cunha, "o sertanejo é, antes de tudo, um forte[290]". O sertanejo nordestino, portanto, é um povo que precisou aprender por si próprio a (sobre) viver, um povo que como o gramático de Patos aprendeu com a vida mais que com os livros; isto porque, segundo o narrador, "Foi assim que sempre se fez e não se modifica a tradição[291]".

Homero Senna, no capítulo intitulado "Revisão do Modernismo", da obra *Graciliano Ramos: coletânea organizada por Sônia Brayner e dirigida por Afrânio Coutinho*, transcreveu uma entrevista realizada com Graciliano que foi publicada pela primeira vez na Revista do Globo, n.º 473, de 18 de dezembro de 1948. Num dos trechos da conversa, o entrevistador perguntou para a Graciliano Ramos sobre o fato dele ser considerado um dos escritores brasileiros que melhor dominava o idioma, e o escritor, como sempre, não aceitou tal colocação e disse que grande parte de seu conhecimento lingüístico advinha da linguagem do caboclo:

> Talvez se houvesse alguma verdade nisso, eu devesse muito aos caboclos do Nordeste, que falam bem. É lá que a língua se conserva mais pura. Num caso de sintaxe de regência, por exemplo, entre a linguagem de um doutor e a do

[289] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.16, jun. 1942, p. 321.
[290]CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 22 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 1.ed., 1902. 1952, p. 101.
[291] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.16, jun. 1942, p. 321.

> caboclo não tenha dúvida, vá pelo caboclo – e não erra. Note que me refiro ao caboclo do sertão. O do litoral vai-se estrangeirando[292].

Portanto, o escritor sabia que a força da tradição era um elemento importante na formação cultural, social e artística do homem sertanejo, de modo que fez questão de preservar as peculiaridades localistas, como a fala, o folclore e os usos e os costumes, em suas colaborações de *Cultura Politica*.

Mais adiante, na mesma crônica, ainda retratando aspectos da fala local, o cronista citou o exemplo de um chefe político que foi censurado no jornal local e de imediato resolveu escrever a sua defesa. Contudo, percebeu que a sua justificativa iria ficar comprometida e resolveu contratar um escritor conhecedor da língua que fosse capaz de vingar, por meio das palavras, as raivas sentidas.

Aqui o cronista, de certa forma, justifica os intelectuais que, em algum momento de sua trajetória literária, emprestaram a sua pena para a imprensa, inclusive periódicos ligados ao poder, como *Cultura Política*. Portanto, o pouco conhecimento linguístico do chefe político serviu como exemplo para explicar um dos motivos que levaram diversos intelectuais a servir a classe política com seus escritos, suas pinturas, suas músicas, suas esculturas etc.

Sendo assim, quando Graciliano colaborou com *Cultura Política*, mesmo recebendo o dobro dos valores pagos pelos jornais e revistas da época, não deixou de desempenhar o seu papel social de escritor, pois dava aos leitores uma criação literária viva que atendia às expectativas de um grupo de leitores, no caso os da revista, que almejavam, no mínimo, se inteirarem das características culturais e políticas da época. Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* a este respeito afirma que*:*

> ... o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público[293].

De qualquer modo, mesmo contribuindo com um periódico controlado pelo DIP, Graciliano conseguiu trazer os elementos do nordeste, embora estando, muitas vezes, "os

[292] SENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia (Org.) e COUTINHO, Afrânio (Dir.). *Graciliano Ramos* (Coleção Fortuna Crítica 2). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 55.
[293]CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, P. 83-4.

quadros e os costumes" distantes da contemporaneidade de seus leitores. No entanto, este distanciamento temporal não afastou autor e leitores, no caso, os grandes centros que desejavam descobrir um pouco mais sobre a cultura do nosso país e da realidade nordestina.

Mantendo o diálogo com seus leitores, o cronista apresentou uma peculiaridade do gramático de Patos que, de maneira geral, "desaprova o que se refere à fecundação e a certas necessidades fisiológicas, julgadas por ele incorretas. O seu processo é muito sumário[294]". Certamente, há neste trecho uma crítica a todos os literatos que estavam mais preocupados com a disposição das palavras em uma obra do que com escritos de qualidade literária. Portanto, o narrador chamou o gramático de Patos de "Tipo Admirável" pelos seus intuitos morais, que lhe dão segurança e lhe indicam o percurso literário correto, mesmo este desconhecendo, em alguns momentos, as regras gramaticais:

> Ao evocá-lo, elogia o conhecimento popular como algo a ser preservado por suas qualidades – independente, imediato, espontâneo -, e passa a defender a hipótese de que no Nordeste as relações sociais ainda não alienaram o homem de seus autênticos interesses, exemplificando com os auto-construtores, o Juiz de Direito e o Chefe político local[295].

Na crônica V, apresenta-se também a valorização do conhecimento popular, de modo que a personagem principal Ciríaco se comunicava por meio de uma linguagem capenga, feita de avanços e recuos, capaz de seduzir plateias inteiras de sertanejos locais. Assim como este gramático, que desprezava "certas necessidades fisiológicas", Ciríaco também desprezava convenções gramaticais. Inclusive, por valorizar tanto a sua língua, questionou o seu companheiro de moradia, o narrador, grande conhecedor da língua, pois acreditava que o conhecimento dos homens da cidade não passava de invenções.

Sem dúvida, tanto na crônica V como na XVI, há a valorização da linguagem local do homem sertanejo, que conseguia se comunicar por meio da sua tradição, não emperrando em transmitir o que se almejava. Exemplo da preservação da clareza linguística sertaneja foi que, no final da crônica XVI, o gramático se mostrou indeciso diante do uso da crase e, na dúvida, acabou acentuando qualquer *a* com o intuito de uma hora acertar. Ironicamente, o narrador destacou que muitos escritores mais importantes que o gramático de Patos adotaram este princípio, uma vez que diziam conhecer as regras e, no entanto, escreveram ao acaso, sem dar atenção, principalmente, à força semântica e simbólica das palavras: "Lição desprovida de

[294] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.16, jun. 1942, p. 322.
[295] ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984, p.35.

originalidade. Personagens muito mais importantes que o gramático da Paraíba adotam esse princípio[296]".

Desse modo, as crônicas V e XVI são textos críticos a todos que desconhecessem ou desprezam a linguagem comunicativa do homem nordestino, por acreditar que as relações sociais deste homem foram alienadas pela reclusão em solo interiorano, distante dos grandes centros.

Durante as análises percebemos que todas as crônicas que possuíam como temática central a linguagem e a vida litéria não contaram com a intervenção das notas do editor, independentemente do mês ou ano de publicação. Diante de tal constatação, inferimos que tal tema não ia contra os princípios norteadores do periódico e da política vigente, uma vez que o objetivo do Estado Novo era valorizar a arte, a cultura e a literatura que deveriam servir de apoio no processo de unificação das regiões do Brasil.

Portanto, mesmo não havendo notas do editor, Graciliano Ramos manteve sua estratégia de colaborador que se adaptava aos moldes da revista, pois continuou ficcionalizando os fatos e colocando-os em um passado distante. Simultaneamente, não fez nenhuma citação honrosa à figura de Getúlio Vargas ou glorificou as práticas adotadas em seu governo conseguindo equilibrar as palavras em seus escritos na revista.

Por fim, colocamos a seleção e classificação das crônicas em forma de quadro, de acordo com o tema vida literária e linguagens, conforme podemos visualizar na tabela 4:

Tabela 4: Crônicas: Linguagem e vida literária

Seção	**Título em *Cultura Política***	**Título em *Viventes das Alagoas***	**Espaço**	**Tempo**
Quadros e Costumes do Nordeste	III	O moço da farmácia	Cidadezinha de cinco mil habitantes – não identificado	Passado não identificado
Quadros e Costumes do Nordeste	XV	Um homem de letras	Cidadezinha sertaneja	Antes de 1930(começo do século)
Quadros e costumes do Nordeste	XIV	Um antepassado	Sertão Nordestino	Antes de 1930

[296] RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do nordeste. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 2, n.16, jun. 1942, p. 322.

Quadros e costumes regionais	Um homem notável	Um homem notável	Cidadezinha sertaneja	Passado não identificado
		Desafio	Cidadezinha sertaneja	Final do século XIX
Quadros e Costumes do Nordeste	XVI	Um gramático	Patos, no estado da Paraíba.	Por volta de 1930
Quadros e Costumes do Nordeste	V	Ciríaco	Fazenda do interior de Pernambuco	Antes de 1930 (menção a dados biográficos referentes ao início do século XX)
Quadros e Costumes do Nordeste	VII	Teatro I	Capital	Primeira década do século XX
Quadros e cstumes Regionais	Uma visita incoveniente	Uma visita inconvenient e	Capital do estado	Antes de 1930 (citação indireta)

E. Crônicas publicadas em *Cultura Política* fora do contexto nordestino

Apenas duas crônicas publicadas em *Cultura Politica* não retrataram a região nordestina: "A viúva Lacerda", publicada em julho de 1944, na seção "Quadros regionais", e "Booker Washinghton", estampada em agosto de 1944, na seção "Literatura". As duas crônicas foram publicadas em uma fase em que a revista já estava perdendo o seu fôlego e caminhava para a sua decadência. Exatamente por não abordarem a temática da economia, da política, das letras e dos usos e costumes nordestinos, elas foram publicadas na obra póstuma *Linhas Tortas* (1962).

A crônica "A viúva Lacerda" tematizou o nome de alguns logradouros da cidade do Rio de Janeiro e especulou com detalhes os principais motivos da rua ter recebido o nome de Viúva Lacerda. O cronista ficou impressionado com o nome dado ao logradouro pelo fato de não fazer nenhuma menção ao título ou acréscimo que ela ou o seu marido tivesse usado em vida.

Nesse sentido, identificar quem realmente tinha sido a viúva Lacerda seria muito difícil, pois várias hipósteses poderiam ser levantadas. "Mas exatamente por não conhecermos

essas personagens, a nossa imaginação poderá trabalhar com proveito e afinal admitir as figuras que nos satisfaçam[297]".

Em nenhum momento, o cronista citou a localização da rua viúva Lacerda. Sabemos, contudo, que o espaço localiza-se no Rio de Janeiro no bairro Humaitá, distante da região nordestina, que até então tinha sido o cenário predominante das publicações de Graciliano Ramos em *Cultura Política*.

No bairro Humaitá morou José Lins do Rego, companheiro generoso que hospedou Graciliano após sua saída do cárcere em 1937.

Desse modo, ao conhecer e observar o espaço físico o cronista teceu várias possibilidades sobre quem poderia ter sido Lacerda e concluiu que se tratava de um dicionarista, que supostamente havia se casado, pois a rua tinha sido intitulada viúva Lacerda.

Com ironia, o cronista questionou os motivos que teriam motivado a homenagem à viúva e concluiu que ela foi paciente, pois conviveu trinta anos com um homem que ficava muito tempo entregue as suas anotações e aos livros sobre a língua objetivando construir um dicionário.

Portanto, ao se casar com Lacerda, podia considerar-se parcialmente viúva e, com o passar dos anos, completamente viúva, mesmo Lacerda estando dentro de sua própria casa: "Ao casar, a senhora Lacerda já podia considerar-se meio viúva. E no fim da labuta de catalogação, exemplificação e expurgo, estava definitivamente viúva. Mas viúva de um homem que ainda mexia, ranzinza, maníaco, achacado[298]".

Portanto, diante de tal abandono a viúva deveria receber uma homenagem, pois "É razoável que uma placa lhe celebre a viúvez permante, necessária à composição de um dos mais importantes dicionários da língua portuguesa[299]".

Na verdade, Lacerda realmente existiu e foi um dicionarista português muito famoso chamado José Maria d´Almeida e Araújo Corrêa de Lacerda, que dedicou grande parte de seu tempo à confecção do *Dicionário Encyclopédico* ou *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado em Lisboa, por Francisco Arthur da Silva, no ano de 1878. Além da confecção deste dicionário, ainda colaborou com Eduardo Augusto de Faria no processo de elaboração do *Dicionário de Língua Portuguesa*: para uso dos portugueses e brasileiros, no ano de 1858.

Graciliano Ramos no penúltimo escrito para *Cultura Política* não estampou os quadros e costumes regionais do nordeste e sim a cidade do Rio de Janeiro, mais

[297] RAMOS, Graciliano. Quadros regionais. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 42, jul. 1944, p. 173.
[298] RAMOS, Graciliano. Quadros regionais. *Cultura Politica*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 42, jul. 1944, p. 174.
[299] *Ibid.*, p. 174.

especificamente, os logradouros da cidade carioca, com destaque para a rua "Viúva Lacerda". Nesta crônica, a revista não se preocupou em fixar a nota do editor, primeiro porque não fazia uso deste recurso havia tempos, segundo porque estava em processo de decadência e já havia firmado as propostas propagandísticas do periódico junto aos leitores.

A última publicação de Graciliano Ramos em *Cultura Política* foi a crônica "Booker Washinghton", estampada em agosto de 1944, na seção "Literatura". Esta colaboração inaugurou a seção "Literatura", que uniu todas as outras seções que outrora contava com colaboradores literatos, como Marques Rebelo e o próprio Graciliano Ramos. Conforme podemos imaginar, a seção não trouxe as notas do editor, pois não tinha por finalidade conduzir a leitura da crônica e, além do mais, o seu tema não feria e muito menos discutia os rumos da política do Estado Novo.

O cronista, em "Booker Washington", relatou a trajetória de um ex-escravo que ficou famoso nos Estados Unidos como educador. Todavia, antes de colaborar com a crônica em *Cultura Política* Graciliano, já havia dedicado grande parte seu tempo com a história do ex-escravo, pois em 1940 havia publicado, em português, a tradução da obra *Memórias de um negro*, de Booker T. Washington.

Graciliano passou algum tempo empenhado nesta tradução, inclusive enquanto escrevia *Infância*. Nesse sentido, é inevitável não pensar que em muitos momentos houve um paralelo entre a tradução e o livro de memórias, pois o brasileiro e o americano, mesmo estando em continentes distintos, se aproximaram em alguns aspectos como as condições de moradia, os sentimentos de fúria e ódio, o funcionamento dos sitemas educacionais na época em que viveram e o tema da inserção da cultura do trabalho livre, ou seja, a ascensão social do ex-escravo.

Em "Booker Washington", o cronista salientou que o negro era famoso nos Estados Unidos desde 1900, mas que ganhou notoriedade no Brasil a partir da tradução realizada pela editora Nacional, no caso, a de Graciliano Ramos. O cronista não citou que a tradução foi realizada por Graciliano Ramos, mas sabemos que a tradução de *Memórias de um negro* de Booker T. Washington, pela editora Nacional, pertencia ao escritor alagoano.

Na crônica, Graciliano deixou claro, assim como na tradução do livro, que discordava e ao mesmo tempo contemplava algumas características do ex-escravo e educador americano.

O cronista divergia de Booker Washington pelo fato dele não se preocupar com as artes literárias e a linguagem, uma vez que o mesmo não quis conhecer línguas importantes

como o latim e o grego. De fato, para Graciliano, um amante das letras acostumado com a leitura, releitura e reescrita, o não reconhecimento da importância da linguagem e da valorização do conhecimento linguístico e literário era inadmissível.

> Booker Washington diferia pouco dos homens comuns. Em arte escrita admirou os jornais e a biografia. Achincalhou o grego e o latim, com ironia grossa, e indignou-se ao ver um rapaz embrenhar-se nos mistérios da gramática francesa. Passou três meses na Europa, dormindo regularmente quinze horas por dia. E as observações que lá fez, nos instantes roubados ao sono, foram curtas e bocejadas[300].

Graciliano não concordava com o lema adotado por Booker Washington que "não se inquietava com a educação literária, mas era exigente na oficina[301]". Entretanto, por meio da honestidade, da valorização do ensino profisssionalizante, do cristianismo, do pacifismo e da lealdade, Booker Washington conquistou a todos, inclusive os brancos.

No entanto, nem com todos estes princípios Booker Washington conseguiu ser unanimidade perante o cronista, que não via com bons olhos a apatia do americano diante das manifestações contra a desigualdade racial do seu país, principalmente na parte sul.

Apesar destas divergências de ideais, o cronista destacou que admirava o histórico de vida e a honestidade do americano, pois "Booker Washington deixou-nos traços firmes da vida rural no seu país. Nas páginas em que se eximiu da obrigação de expor ideias foi simples, verdadeiro e humano[302]". Além do mais, o negro em suas viagens e palestras nunca escondeu o sofrimento e as dificuldades do seu passado.

Com tais atitudes, Booker Washington conseguiu, conforme apontou o cronista no início da crônica, conviver com passividade entre os brancos e os negros chegando, inclusive a passar a maior parte dos seus dias na região sul, espaço escravista, sem ser oportunado.

Percebemos, portanto, que em sua última colaboração em *Cultura Política* Graciliano Ramos imprimiu o seu posicionamento acerca da figura verídica de Booker Washington e para tal intento não precisou lançar mão do mundo da ficção para escrever sobre uma personalidade real, mesmo porque o contexto não exigia. Como os acontecimentos biográficos aconteceram no início do século XX, o cronista optou por colocar os verbos no pretérito, recurso utilizado como um meio de recuperar da memória os fatos que ocorreram no

[300] RAMOS, Graciliano. Quadros regionais. *Cultura Politica*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 43,ago. 1944, p. 217-8.
[301] *Ibid.*, p. 218.
[302] *Ibid.*, p. 219.

passado. Entretanto, o momento em que o cronista relatou os fatos foi contemporâneo à sua publicação no periódico.

Graciliano, na data desta publicação não precisava mais equilibrar as palavras e situar os fatos temporais no passado para reafirmar que os acontecimentos tinham sido antes da tomada do poder por Getúlio Vargas, mesmo porque nesta época todos os olhos estavam voltados para a segunda guerra mundial e o envio de brasileiros à europa no início de julho de 1944.

Portanto, em suas duas últimas publicações em *Cultura Política* Graciliano Ramos não retratou a vida nordestina e não ficcionalizou os fatos. Ao contrário, colocou em destaques personalidades, no caso José Maria d´Almeida e Araújo Corrêa de Lacerda e Booker Washington.

Colocamos a última seleção e classificação das crônicas em forma de quadro, de acordo com o tema das crônicas publicadas em *Cultura Política* fora do contexto nordestino, conforme podemos visualizar na tabela 5:

Tabela 5: Crônicas publicadas em *Cultura Política* fora do contexto nordestino.

Seção	**Título em *Cultura Política***	**Título em *Linhas Tortas***	**Espaço**	**Tempo**
Quadros regionais	A viúva Lacerda	A viúva Lacerda	Rio de Janeiro (Citação indireta)	Contemporâneo a publicação em *Cultura Política* (1944)
Literatura	Booker Washington	Booker Washington	Estados Unidos e países da Europa para retratar o percurso de Booker Washington. Espaço do cronista não identificado.	1900

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhos tortuosos e impensáveis, como as surras levadas na infância, a aspereza dos problemas da região nordestina, a viúvez precoce, o posto de prefeito em Palmeira dos Índios, a preocupação exagerada com a reescrita de suas obras, a maestria como romancista, a prisão durante o Estado Novo, a colaboração com *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros* e a participação como membro do Partido Comunista Brasileiro, foram apenas alguns episódios que marcaram a vida de Graciliano Ramos.

Levando em consideração o percurso intelectual e literário do escritor alagoano, o presente estudo objetivou a verificação dos principais motivos que levaram Graciliano a contribuir, de 1941 a 1944, com a revista *Cultura Política,* principal publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão controlado pelo *Estado Novo,* de modo a levantar as características da revista e suas estratégias para manter em seu rol de colaboradores figuras importantes, como Graciliano Ramos e, concomitantemente, verificar as estratégias de escrita utilizadas pelo escritor para servir o Estado sem, contudo, se render à ideologia do governo.

Escritor compromissado com a linguagem e a literatura, defensor da dignidade humana e da situação da população nordestina, Graciliano se manteve fiel às suas convicções sem, entretanto, comprometer sua natureza humanística e intelectiva, para quem o homem era a pura matéria da ficção: "nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever o que sou [...][303]".

Nas colaborações de Graciliano Ramos em *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros,* é possível perceber que o autor, na maioria de suas crônicas, colocou os fatos em um passado anterior à revolução de 1930, de modo a capturar da memória os acontecimentos cotidianos e desvelar questões inerentes às situações vivenciadas no cenário nordestino da época do escritor e contemporâneo às crônicas publicadas em *Cultura Política.*

Tais acontecimentos e situações se perderiam no cotidiano, se não fossem recuperadas por meio das narrativas do escritor, através de mecanismos e estratégias próprios da linguagem literária, com os quais ele pretendia descortinar aquilo que se escondia por trás da fachada, contradizendo os ardis do editor, que pretendia guiar a leitura por meio de suas notas e sublinhar as aspirações da revista.

[303] SENNA, Homero. *Revisão do Modernismo*. In: BRAYNER, Sônia (Org.) e COUTINHO, Afrânio (Dir.). *Graciliano Ramos* (Coleção Fortuna Crítica 2). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 55.

Como se observou, principalmente, nas análises apresentadas no terceiro capítulo, em seus relatos, o autor de *Vidas Secas* tratou de temas presentes no dia a dia do homem nordestino de maneira ficcionalizada, primeiro porque não pertencia mais ao cenário nordestino enquanto escrevia suas crônicas e, segundo pelo fato de precisar se adequar aos moldes da revista getulista, inclusive equilibrando as palavras.

Aprofundar a leitura e a análise das crônicas, que compõem a fonte primária desta pesquisa, possibilitou-nos a reflexão sobre diferentes temas do cenário nordestino e, até mesmo, nacional, como a política, a economia, a arte e a cultura, envolvendo reflexões sobre costumes, literatura e linguagem.

Assim, podemos concluir que em *Cultura Política*, o cronista fez considerações sobre a forma de governar, de fazer transações econômicas, sobre os usos e costumes e na linguagem da região nordestina, principalmente durante o período da Primeira República, sem, contudo, desvalorizar a região ou esquecer que situações semelhantes poderiam acontecer também no restante do Brasil. O cronista, não praticou, em momento algum, a generalização destes fatos e muito menos citou o nome dos governadores, apenas mencionou de forma indireta os acontecimentos que induzem o leitor a pensar e a refletir sobre os procedimentos adotados em um período anterior e, até mesmo, contemporâneo à publicação da revista.

REFERÊNCIAS

ANTELO, Raul. *Literatura em Revista*. São Paulo: Ática, 1984.

ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: *Boletim bibliográfico*. Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo, v.46, n. 14, jan./dez. 1985. p. 43-53.

ARROYO, Leonardo. Vida literária, Graciliano e as crianças. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 abr. 1962.

ARRUDA, Pedro Fassoni. A presença imperialista nas origens da industrialização brasileira (1889-1930). Revista Lutas Sociais (Online). Volume 21/22. 2º semestre 2009. Disponível em <http://www.pucsp.br/neils/downloads/7_pedro.pdf.> Acesso em 15/08/2013.

BARBOSA, Rolmes. Graciliano Ramos – viventes e vivência. *O Estado de S. Paulo*. 28 de abr. 1962. Suplemento literário.

BOSI, Alfredo. Céu, inferno. In: *Céu, inferno:* ensaios de crítica literária e ensaios. São Paulo: editora Ática, 1988.

BOSI, Alfredo; FACIOLI, Valentim e GARBUGLIO, José Carlos. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.

BRAYNER, Sônia (Org.) e COUTINHO, Afrânio (Dir.). *Graciliano Ramos* (Coleção Fortuna Crítica 2). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BUENO, Luís. *Uma História do romance de 30*. São Paulo: EDUSP; Editora Unicamp, 2006.

BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergências*. São Paulo: Ática, 2007.

BUMIRGH, Nádia Regina. *Graciliano Ramos e a revista Cultura Política:* pequena abordagem interpretativa na proposta de edição crítica de Viventes das Alagoas. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CANDIDO, Antônio et al. *A crônica:* o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas; Rio de Janeiro: Ed. Unicamp; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

_____. *Ficção e Confissão:* ensaios sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. A vida ao rés-do-chão. In: Andrade, Carlos Drummond de et al. *Para gostar de ler*. 5 ed. São Paulo: Ática. 1987, p. 4-13.

_____. *Literatura e Sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASADEI, Eliza Bachega. *Narrativas Mise en Abyme:* a instalação de uma competência genérica da reportagem na Revista Da Semana (1920-1945). Revista Brasileira de História da

Mídia (RBHM). v.1, n.2, jul./dez. 2012 (versão online), p. 129-137. Disponível em <http://www.unicentro .br/rbhm/ed02/artigos/05.pdf>. Acesso em 10/10/2013

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio (dir.), COUTINHO, Eduardo de Faria (co-dir.). *A literatura no Brasil*. 4ª ed. rev. e at. São Paulo: Global, 1997. V. 6, p. 117- 43.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 22ªed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 1ªed., 1902, 1952.

Cultura Política. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda. 1941-1945. Mensal. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45.

DUARTE, Lélia. Parreira. *Ironia, humor e fingimento literário.* Resultado de pesquisa – ironia e humor em literatura. Belo Horizonte, 1994.

ECO, Umberto. Perché i libri allungano la nostra vita. In: _____. *La bustina di Minerva.* Milano: Bompiani, 2000, p. 231.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas:* influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Editora Símbolo, 1977.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Capanema:* o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Trad. Julio Jeha. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

LAFETÁ, João Luiz. *1930:* A crítica e o modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

LIMA, Valentina da Rocha (Org.). *Getúlio – uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LUCA, Tania de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tania de. *Leituras, Projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MAIA, Pedro Moacir. *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raul Navarro*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

MELO, Ana Amélia. *De fraque a tanga*: o impasse do moderno na literatura graciliana. Rio de Janeiro, 2001. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MEYER, Marlyse. *Folhetim*: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. "Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a crônica." In: *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p.109-196.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária* -prosa II. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

_____. *Dicionário de termos literários.* São Paulo: Cultrix, 1992.

MORAES, Dênis. *O velho Graça:* uma biografia de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

MOURÃO, Rui. *Estruturas, ensaio sobre o romance de Graciliano*. Rio de Janeiro: Arquivo Editora e Distribuidora, 1971.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo:* ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PEREZ, Renard. Literatura – Graciliano: obra póstuma: *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 abr. 1962.

PETERLE, Patricia (Org). *Ignazio Silone:* ontem e hoje. Rio de Janeiro: Editora Comunità, 2010.
_____. *Relatório de Pós-Doutorado*. Assis: FCLAS Unesp, 2012, p. 216.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. São Paulo: Livraria Martins, 1969.

_____. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

_____. *Caetés*. São Paulo: Livraria Martins, 1969.

_____. *Infância*. São Paulo, Livraria Martins,1969.

_____. *Linhas Tortas*. São Paulo: Livraria Martins, 1962.

_____. *Memórias do Cárcere*. Vol. I e II. São Paulo: Livraria Martins, 1970.

_____. *São Bernardo*. São Paulo: Martins, 1969.

_____. *Viagem*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

_____. *Vidas Secas*. São Paulo: Livraria Martins, 1970.

_____. *Viventes das Alagoas* (Quadros e costumes do Nordeste). São Paulo: Martins, 1962.

RAMOS, Ricardo. *Graciliano:* retrato fragmentado. São Paulo: Siciliano, 1992.

RAMOS, Clara. Mestre Graciliano – confirmação humana de uma obra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

REBELO, Marques. *O Trapicheiro*. São Paulo: Livraria Martins, 1959.

RONCARI, Luiz. A estampa da rotativa na crônica literária. In: *Boletim Bibliográfico. Biblioteca Mário de Andrade.* São Paulo, v. 46, p. 9-16, jan.-dez. 1984.

SÁ, Jorge de. *A crônica.* 6 ed. São Paulo: Ática, 1999.

SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha:* Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política. 2010. 721 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, USP, 2010. Disponível em: http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=64 &Itemid= 194&lang=pt-br. Acesso em 18 abr.2012.

SILVEIRA, Paulo de Castro. *Graciliano Ramos:* nascimento, vida, glória e morte. Alagoas: Fundação Teatro Deodoro FUNTED, 1982.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: FAUSTO, Boris: *História geral da civilização brasileira*. Tomo III (O Brasil republicano), v.1 (estrutura de poder e economia, 1889-1930). São Paulo: Difel, 1975.

SODRÉ, Antonio. *Santos=Dumont, um herói brasileiro*. São Paulo: Arindiuva Editora, 2006.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 162-226.

TEIXEIRA, Tatiana. *A crônica política no Brasil:* um estudo das características e dos aspectos históricos a partir da obra de Machado de Assis, Carlos Heitor Cony e Luis Fernando Veríssimo. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/teixeira-tattiana-cronica-politica-Brasil.pdf>. Acesso em ago. 2013.